



revista eletrônica
**ventilando
acervos**
*v. especial
julho 2020*

MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS LGBT

Presidente da República

Jair Messias Bolsonaro

Ministro de Estado do Turismo

Marcelo Álvaro Antônio

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus

Pedro Machado Mastrobuono

Diretora do Museu Victor Meirelles

Lourdes Rossetto

Revista Eletrônica Ventilando Acervos / Museu Victor Meirelles/IBRAM/MinC
– v. especial, n. 1 (jul. 2020) – Florianópolis: MVM, 2020 –

Anual

Resumo em português, espanhol e inglês

A partir de agosto de 2015, disponível em: <http://ventilandoacervos.museus.gov.br>
ISSN 2318-6062

1. Museologia – Periódicos. 2. Museus. 3. Política de Acervos. I. Museu Victor Meirelles. II. Instituto Brasileiro de Museus.

CDD 069

Revista Eletrônica Ventilando Acervos

Editor responsável

Rafael Muniz de Moura

Concepção e Organização

Tony Boita e Rafael Muniz de Moura

Corpo editorial

Rafael Muniz de Moura

Rita Matos Coitinho

Simone Rolim de Moura

Parceiros

Curso de Museologia/UFSC

Instituto de Estudos de Gênero/UFSC

Tombô Produções

NeTrans/UFSC

Revista Memória LGBT

ADEH – Associação em Defesa dos Direitos Humanos

Acontece Arte e Política LGBTI+

Museu da Diversidade Sexual

Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo

Projeto Gráfico e Diagramação

Juno Nedel e Rafael Muniz de Moura

Arte da capa

Juno Nedel

EDITORIAL

A presente edição é a materialização das memórias do *IV Seminário de Política de Acervos – Memórias e Patrimônios LGBT*. O evento foi realizado pelo Museu Victor Meirelles, de 4 a 6 de novembro de 2019, em Florianópolis, e coordenado pelo museólogo Rafael Muniz de Moura junto a outras parcerias.

Sem dúvidas, o evento foi um marco no âmbito da Museologia brasileira, área em que normalmente o debate LGBT é ignorado. Nos museus, as memórias e os patrimônios LGBT tem sido abordados em expografias e ações educativas, mas são pouco conhecidas as ações realizadas no campo da preservação e da gestão de acervos. Nesse sentido, a realização do evento e a publicação deste volume especial buscam contribuir significativamente para a ampliação do debate sobre as práticas museológicas voltadas para a comunidade LGBT.

No Prefácio da edição, a marcante voz de Lirous K'yo Fonseca Ávila descreve as ausências e a invisibilização das travestis na sociedade e nos museus alicerçada nas experiências de seu cotidiano e vivências. *No Museu, onde está a Travesti?* põe em evidência o museu como um dos muitos lugares públicos que não permitem a circulação de travestis, dando a tônica para as discussões mais técnicas ou acadêmicas que se seguem.

No primeiro artigo deste volume, intitulado *O corpo como Arquivo – Tensionando questões sobre história e memória trans*, Juno Nedel problematiza a construção de acervos normativos e aqueles formados por/de pessoas trans, além

de refletir acerca do papel do corpo trans na memória e nos arquivos. Afinal, é possível imaginar o corpo como um arquivo?

Outro questionamento irá subsidiar o artigo de Guilherme Goulart Righetto, intitulado *Ciência da Informação para quem? Competência em informação voltada às vulnerabilidades sociais das pessoas trans*: qual o papel da informação na superação das vulnerabilidades sociais das pessoas trans? O autor sugere algumas estratégias para o uso correto das ferramentas informacionais, evitando, assim, o estímulo dos estigmas da população trans.

Humberto da Cunha Alves de Souza e Luiz Ernesto Merkle refletem sobre o papel dos arquivos na preservação das memórias LGBTI+ no texto *Verdade, memória e esquecimento: mal de arquivo e acervos LGBTI+ como tecnologias de si*, em que apresentam as metodologias desenvolvidas no acervo do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC).

Lara Lucena Zacchi e Luiz Augusto Possamai Borges demonstram no artigo *Espaços de resistência: O Arquivo Edgard Leuenroth como um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil* a importância dos arquivos para a preservação das memórias LGBTQI+, em especial durante períodos de crise, como durante a Ditadura Militar, quando o Arquivo Edgard Leuenroth tornou-se um importante espaço para a preservação de acervos dos movimentos sociais.

No texto *A importância da memória para a garantia de direitos*, Grazielly Alessandra Baggenstoss apresenta de forma primorosa a importância de nossas lembranças como uma ferramenta política. A autora traz à tona alguns conceitos jurídicos que subsidiam o diálogo entre a memória e os acervos.

Tony Boita evidencia em seu texto *LGBTfobia museológica* como os museus e suas práticas museológicas invisibilizam a população LGBT. Mas, para além da crítica, o autor apresenta alguns exemplos de museus convencionais que superaram tais barreiras, mostrando ser possível a positivação de memórias LGBT.

Alex Padilha, Fernanda do Canto e Raisal Ramoni Rosa fecham a sessão de Artigos com as *Memórias e Patrimônios LGBT, registro de um Seminário*, depoimentos de participantes do evento coletados em vídeo pela equipe da Tombô Produções Museológicas e editados para lançamento nesta edição.

No Posfácio da edição, Leonardo Vieira narra de forma meticulosa suas percepções sobre o evento através do texto *IV Seminário de Política de Acervos – Memórias e Patrimônios LGBT: relato e questões*. O autor mergulha nas falas dos palestrantes e busca trazer uma reflexão acerca do evento e desta edição. Em seu relato, Leonardo se aprofunda em bibliografias e em suas vivências pessoais para, de forma crítica, apontar inúmeras reflexões que provocam os setores do patrimônio a abrir cada vez mais o debate e somar esforços contra a invisibilização de memórias LGBT.

Em conjunto, os artigos apresentam um panorama das múltiplas possibilidades de enfrentamento e visibilização dos espaços de memória frente às estratégias fóbicas e de invisibilização do Estado. Somados a isso, a troca de experiências e o diálogo geraram frutos, debates e reflexões que fortaleceram os estudos de democratização dos museus e o diálogo em torno de uma Museologia LGBT.

Por fim, precisamos agradecer à equipe do Museu Victor Meirelles, que, mesmo diante dos perigos do fascismo, permitiu e conduziu de forma brilhante a realização de um evento, assim como esta edição da Revista Eletrônica Ventilando Acervos.

Tony Boita
Organizador do volume

Corpo Editorial
Revista Eletrônica Ventilando Acervos

SUMÁRIO

Prefácio

No Museu, onde está a Travesti?
Lirous Lirous K'yo Fonseca

07

Artigos

O corpo como Arquivo – Tensionando questões sobre história e memória trans
Juno Nedel

16

Ciência da Informação para quem? Competência em informação voltada às
vulnerabilidades sociais das pessoas trans
Guilherme Goulart Righetto

42

Verdade, memória e esquecimento: mal de arquivo e acervos LGBTI+ como
tecnologias de si
Humberto da Cunha Alves de Souza e Luiz Ernesto Merkle

58

Espaços de resistência: O Arquivo Edgard Leuenroth como um lugar de
memória das sexualidades dissidentes no Brasil
Lara Lucena Zacchi e Luiz Augusto Possamai Borges

77

A importância da memória para a garantia de direitos
Grazielly Alessandra Baggenstoss

94

LGBTfobia museológica: algumas reflexões sobre as estratégias simbólicas
utilizadas nos museus para invisibilizar pessoas LGBT
Tony Boita

104

Memórias e Patrimônios LGBT, registro de um Seminário
Alex Padilha, Fernanda do Canto, Raísa Ramoni Rosa

116

Posfácio

IV Seminário de Política de Acervos – Memórias e Patrimônios
LGBT: relato e questões
Leonardo Vieira

119



PREFÁCIO

NO MUSEU, ONDE ESTÁ A TRAVESTI?

Lirous K'yo Fonseca Ávila¹

Coordenadora Geral da Associação em Defesa dos Direitos Humanos (ADEH)

A travesti tem o seu acesso negado em diversos espaços e um dos que não cogitamos participar são das atividades culturais propostas pelos museus. A cultura artística ainda é excludente na vida das pessoas trans, é difícil aceitar que vamos sair para algum lugar e correr o risco de sermos violentadas, ter o nosso acesso negado direta ou indiretamente ou sofrer quaisquer tipo de preconceitos que estraguem o nosso passeio, e é por isso que muitas de nós se acostuma a não sair de casa.

Desde que eu me entendi por travesti, acabei aprendendo que determinados lugares seriam hostis comigo e que as pessoas deixariam explícito que a minha presença não seria bem-vinda. É muito comum a exclusão e o preconceito vir das classes mais altas; ao que parece, a violência aumenta quanto maior prestígio e poder aquisitivo a pessoa acredita ter. Em contrapartida, é essa a classe que mais consome o produto 'travesti'.

O produto 'travesti' é aquele ofertado na esquina, pelo site, seja programa, *striptease* ou vídeos pornô. O Brasil ainda é o país que mais mata travestis e transexuais segundo pesquisas da ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, porém, é o país que mais consome pornografia trans.

Segundo a ANTRA, mais de noventa por cento da nossa população ainda se encontra na prostituição, isso porque o mercado de trabalho ainda não absorve a nossa população. Recheado de justificativas batidas, a exclusão do meio familiar e social acabam nos direcionando diretamente para as ruas e essa realidade acontece no mundo todo.

A violência do corpo trans não tem local e nem hora para acontecer e quando acontece nos locais públicos com muita circulação acabam somando cúmplices que compactuam com as violências. Acredito

¹ Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2500520407531482>

que a família tradicional brasileira ainda teme a nossa presença, servimos como amantes, mas não cabemos nos mesmos espaços que circulam as suas famílias.

É importante ressaltar que uma pessoa que busca a travesti para programa é uma pessoa que tem carro, paga o programa e o motel, logo uma pessoa da classe média. Geralmente são pais de famílias que trabalham a noite ou buscam meninas que trabalham de dia nos seus intervalos de serviço. É muito comum saber de histórias com médicos, taxistas, porteiros e vigilantes que saem de suas casas deixando as suas famílias sobre o pretexto de que vão fazer um extra.

E por que trazer esses dados para esse texto é importante? Porque trarei nele a importância que tem de preservar a história da travesti, de criar estratégias de que nossas vivências e passagens pela vida, não sejam em vão. Nossas vidas costumam ser muito curtas, a expectativa de vida de uma travesti está entre 28 e 35 anos, pouquíssimas são as que envelhecem e as que conseguem não se aposentam e são sujeitas ao cuidado dos familiares ou à solidão.

Somos mortas de formas brutais, geralmente os crimes acontecem antes ou depois do ato sexual. Nossos assassinos? Geralmente pais de famílias que temem serem descobertos, a maioria dos crimes contra travestis e transexuais acabam impunes.

O mais cruel disso tudo é pensar que não somos apenas silenciadas durante a vida, mas que ao morrer somos apagadas da história. A história de uma travesti inicia com um nome ao qual não nos identificamos e somos enterradas com o mesmo nome, negando totalmente a nossa existência na Terra, pois ao buscar os nossos registros você não encontrará uma foto sequer marcada com o nosso nome morto de batismo. Muitas famílias preferem assim, enterrar o corpo e o problema juntos.

O mais incrível é que nós mulheres trans estamos sendo mortas e não viramos notícias. Quantas mortes de mulheres trans você ouviu falar na grande mídia no ano de 2019? No ano passado foram mortas mais de 100 mulheres travestis e transexuais, a maioria delas não completaram 30 anos de idade. Quando saem notícias locais, sempre carregam o nome morto de batismo, às vezes as autoridades locais não se interessam nem em contatar os familiares.

Assim como de um lado vivemos uma exclusão familiar que costuma acontecer a partir dos 13 anos de idade, muitas meninas relatam que foram expulsas entre 14 e 15 anos. Há famílias que aceitam o nosso gênero e sexualidade, às vezes não por completo, mas respeitam a permanência da menina, quando não pela renda familiar, muitas são toleradas somente por dividirem com a família a renda da prostituição. Também existem casos de expulsões severas em que a família volta a procurar a travesti quando descobre que ela está economicamente bem.

Um outro ponto que deve ser frisado é que na existência da trans ou travesti o estupro é algo corriqueiro, tido inclusive como natural para muitas que relativizam os fatos. Por ser uma constante, a maioria das meninas não denunciam os abusos, porque são desencorajadas pela polícia por serem

profissionais do sexo e/ou travestis. Eu mesma já passei por diversas situações e todas elas aconteceram depois que eu me assumi Lirous.

Com tudo isso já relatado posso afirmar que a vida de uma travesti é forjada na violência e em muitas das vezes é só com essa mesma forma de violência que conseguimos responder quando somos agredidas. Socialmente somos postas de lado em todos os aspectos, somos obrigadas a reinventar uma forma de sobrevivência e, ainda por cima, obrigadas a seguir as leis de um país que nos exclui e negligencia.

Desde que eu me forjei como Lirous tive que aceitar que haveria coisas corriqueiras à maioria das pessoas que socialmente não estariam ao meu alcance. Seja um trabalho no mercado formal, a ida a espaços públicos aos quais eu sentia que seria violentada e a educação. Uma delas eu consegui contornar, mas estou ocupando uma universidade onde as pessoas desconhecem as especificidades de uma mulher trans, somos negadas a todo o tempo, invisibilizadas e postas a prova de uma tal de meritocracia fajuta por aqueles que nem sequer tiveram que conversar com os seus pais sobre sexualidade ou pensar no que comer no dia seguinte.

Hoje podemos dizer que existem várias aberturas para que as mulheres trans possam acessar a universidade, mas o que será feito depois com um diploma na mão ainda é uma incógnita. Convivi com diversas travestis que iam para a aula de dia e se prostituíam a noite, tendo os auxílios e bolsas negados em uma seleção não justa onde alguns contemplados podiam ir para a faculdade de ônibus enquanto muitas de nós éramos obrigadas a ir a pé. Ainda o que nos restava de segurança era o diploma somado a um concurso público, que trouxe uma certa estabilidade a muitas travestis.

Quando falamos de travestilidade e transexualidade, falamos de identidade de gênero. A travestilidade é uma identidade de gênero feminina e por isso chamamos de ‘A travesti’, enquanto a transexualidade pode ser ou não binária. Ela pode ser masculina, feminina, nenhuma delas, ou um pouco dos dois.

Às vezes é complicado falarmos de gênero pois no nosso país somos direcionadas a acreditar somente em dois gêneros, como se as pessoas nascessem homens e mulheres. A identidade de gênero é atribuída ao bebê antes mesmo do seu nascimento, quando se descobre o sexo da criança. No discurso biomédico conservador, ainda vemos a reprodução de que homens nascem com pênis e mulheres com vagina, como se o órgão sexual ainda fosse determinante para o desenvolvimento de uma pessoa e não as experiências adquiridas no decorrer de sua longa formação.

Junto com o discurso biomédico, sempre acompanham os papéis de gêneros, esses que vão nortear o caminho em que cada pessoa dependente do seu sexo biológico irá ocupar. Um bom exemplo desses papéis de gênero é o fato de acreditar que homens gostam de azul e mulheres de rosa, que é natural homem saber dirigir e mulheres saberem cozinhar. Os papéis de gênero são determinantes no crescimento das

pessoas, eles começam a ser inseridos através de brincadeiras, ou da proibição delas, e isso vem afetando o desenvolvimento social a nível catastrófico.

É muito comum vermos homens em busca de uma companheira que saiba limpar a casa e cozinhar, para muitos a extensão da mãe no seu relacionamento é primordial para a sua existência. É pensar que muitos homens ‘cisheterossexuais’ não sabem cozinhar, ou sentem vergonha de comprar produtos de limpeza em um supermercado, como se isso fosse afetar a sua ‘homemoridade’. Já em algumas mulheres é comum que acreditem que a sua ‘mulheridade’ é atingida quando sentem dificuldade de usar salto, maquiagem ou de não estarem bem apresentáveis dentro da ditadura machista de comportamento quando são apontadas de não ser uma ‘mulher de verdade’.

Nós, travestis, também sofremos essas violências, geralmente quando não somos o padrão mulher para os ‘cisheterossexuais’ homens ou negamos querer qualquer tipo de relação sexual com eles, passamos de ‘a mulher mais gostosa do mundo’ para ‘travekos’ em questão de instantes. Palavras tidas como xingamentos no universo cis, passam a ser usadas contra a população trans, como exemplo, ‘você não é mulher porque não pode ter filhos’. Sempre que eu vejo a fragilidade da ‘caixinha cis’, chamo assim as caixas que servem para guardar os modelos de homens e mulheres ‘de verdade’, retorno com o mesmo questionamento e não me espanta que as respostas sejam para travestis e mulheres cis. Uma das respostas que me surpreendeu foi quando questionei se a mulher que não pode ter filho não seria mulher e a resposta direta foi que a pessoa não se relacionaria com uma pessoa que não pode ter filho e nem que já tenha, pois para ele, isso seriam meias mulheres, mulheres sem valor, ou que não deram valor (por ter tido um filho em um relacionamento ou se separado).

Por isso eu sempre luto pela unificação das pautas femininas, mas separando bem as suas especificidades. E não somente entre mulheres trans e mulheres cis, é importante saber que há especificidades nas mulheres rurais, das cidades, indígenas, negras e com deficiência e de diversas classes sociais. Temos muito mais a somar juntas do que lutando dentro da nossa própria esfera de feminilidade.

Para ter uma noção de como age essa pressão de feminilidade sobre nós mulheres, muitas travestis e transexuais desenvolvem o que chamamos de ‘disforia’, quando o que olhamos no espelho não é exatamente aquilo que esperávamos. E isso pode ser um cabelo curto, uma gordura, um órgão genital e até pelos pelo corpo e rosto.

A disforia faz com que muitas travestis que não se sintam confortáveis consigo mesma, por não adquirirem o que chamamos de ‘passabilidade cis’ não saiam de suas casas para ir até os eventos, mesmo que estes sejam gratuitos. A ‘passabilidade cis’ é o quanto a sociedade nos lê como ‘mulheres de verdade’, passando despercebidas nos espaços públicos, sem que sejamos apontadas como travestis.

O medo de um confronto em um espaço físico se dá pelo medo de sofrermos violência pelo simples fato de estarmos em um ambiente que pode ter crianças, por exemplo. Algumas pessoas justificam

a violência contra travestis em um shopping por combaterem um ato obsceno, não que estejamos cometendo um, mas que a nossa presença influencia crianças e adolescentes, a tal famosa frase ‘O que eu vou dizer para os meus filhos?’ é muito recorrente nessas situações.

Vale lembrar que sair na rua para uma travesti é sempre muito doloroso, por muitas vezes a violência já começa em casa no momento de se arrumar. Das diversas frases que ouvem criticando a sua travestilidade, as mais comuns são: ‘Eu não criei filho homem para usar batom!’, ‘O que os vizinhos vão dizer?’ e ‘Vai acabar matando a sua mãe do coração’, mas sempre quem morre somos nós.

Logo após o processo de se vestir para sair começa a sequência de violência ao sair para a rua, como se a forma que se apresentasse legitimasse as pessoas de poderem violar o corpo da travesti. As violações são as mais inusitadas, perversas e para muitas, bem corriqueiras. De todas as violências, a mais comum é o xingamento.

É bem comum nos depararmos com pedradas, garrafadas, xingamentos que também parte da polícia que deveria nos proteger. Lembro de quando estava na Universidade Federal de Santa Catarina cursando Serviço Social e chegava com os cabelos molhados sem saber o que era, até perceber que uma moça cuspiu no meu cabelo dentro do ônibus por volta das oito horas da manhã quase todos os dias. Esse ato violento, porém simbólico, era para deixar claro para mim que eu não era bem vinda naquele lugar (ônibus). Eu demorei muito tempo para descobrir o que era, como sempre passava por uma parte cheia de plantas e com macacos acreditava que podia ser disso.

Uma outra coisa curiosa é que toda vez que eu entrava no ônibus eu sempre dava ‘Bom dia!’ ao motorista, mas nem sempre recebia de volta, dependendo do motorista era visível a cara de desprezo que ele fazia por me ver ali. E quando chegava na catraca era o momento que eu mais ficava exposta, e era comum ver as pessoas olhando de forma espantada por eu estar ali. Tudo isso às oito horas da manhã, já os relatos na noite, quando saio para trabalhar como DJ, são bem diferentes.

Até chegar no meu local de destino eu passei por humilhações dentro de casa, xingamentos na rua, pedradas, desprezo, micro violências, resistências ao entrar em determinados espaços, quando não violência física. Então, o que motivaria uma travesti a sair do seu local seguro para estar ocupando as vias públicas, perigosas e desafiadoras de uma cidade? Vale lembrar que à noite, no território das esquinas, as pessoas que violentam de dia se sentem intimidadas de se aproximar, temem reações violentas e as únicas pessoas que se aproximam são os clientes. É na noite que ficamos nós contra eles e esse peso de sermos somente eu e o meu violentador intimida muito, pois no fundo, eles sabem que não temos nada a perder.

Como exemplo, deixo aqui os ataques que terreiros vêm sofrendo por algumas pessoas que se intitulam das religiões evangélicas. O mesmo não acontece com o grupo de travestis. Desconheço casos de grupos de evangélicos que tenham ido desafiá-las nos pontos onde fazem programas. Já soube de irem em suas casas de dia e colocarem fogo, agora à noite, no território delas, eu desconheço. Lembro-me de

um dia que eu estava saindo para trabalhar à noite e uma pessoa na parada de ônibus fez o sinal da cruz quando eu cheguei, mas não passou disso também.

Depois de trazer uma série de relatos de violências cotidianas, volto ao questionamento: 'No Museu, onde está a travesti?'.

Dentre os trabalhos sociais que eu desenvolvo na cidade de Florianópolis, um deles é o de criar estratégias e ações de ocupação dos espaços públicos para travestis e transexuais. Sempre me deparava com a dificuldade de levá-las a eventos. Uma das ações que ficou marcada foi a nossa ida ao cinema para assistir o filme 'A Garota Dinamarquesa'.

Desde o ano de 2014 eu desenvolvo cafés para a população LGBT, sentia muita dificuldade de conseguir trazer a população travesti/trans nesses eventos. Foi quando eu percebi que as meninas não se sentiam convidadas de fato. Então eu resolvi colocar no folder que o convite era para a população LGBT, mas quantas de nós, inclusive as travestis mais velhas, fazem parte do ativismo LGBT e entende o que representa ou significa essa sigla? Em outra tentativa resolvi colocar 'Travestis e Transexuais explicitamente, mesmo assim as que eram profissionais do sexo ficavam com vergonha, acreditavam que o convite não era feito para elas, ainda mais vindo de uma travesti acadêmica.

De todas as estratégias, eu achei melhor perguntar. Fiz uma arte, coloquei lá que o convite se destinava a travestis, transexuais, profissionais do sexo, trans-não-binário e LGBTs. Precisei explicitar tudo no folder e fui até elas na madrugada, fazer o convite pessoalmente. Algumas que eu não conhecia, ficaram desconfiadas, outras com os olhos cheio de lágrimas, algumas ficaram comigo o tempo inteiro conversando, isso porque muitas de nós não tem com quem conversar, nem mesmo entre elas que fazem programa, porque ali todas elas são concorrentes umas com as outras.

Resolvi não trazer o conceito travesti e transexual no início com o propósito da tentativa de trazer um desconforto da dúvida de qual é a diferença entre a 'Travesti e a 'Transexual. Na década de oitenta, a diferença era a forma com que as meninas se apresentavam, acreditava-se que quem fazia a cirurgia de mudança de sexo era a transexual e a travesti era aquela que não tinha interesse ou que não conseguia fazer por não alcançar os objetivos econômicos necessários para fazer a operação.

O termo transexual é um termo importado e vem com uma realidade já muito comum aqui do Brasil. As meninas costumavam sair do país para trabalhar enquanto profissional do sexo, lá fora elas conseguiam levantar dinheiro e fazer todas as cirurgias necessárias, inclusive a de mudança de sexo. Com isso, ao retornarem ao Brasil, essas meninas não queriam ser confundidas com as mesmas que estavam ainda nas esquinas, e então, se criou um termo classista e separatista que perpetuou até meados dos anos de 2010. Hoje em dia, pensando que deve haver diversas transexuais que não tem condições financeiras de fazer a cirurgia, mas que se identificam como transexuais, os termos passaram a ser vistos como uma forma de identificação de cada uma. Eu, por exemplo, me denomino travesti por ainda ser um termo

marginalizado e essa identificação vinda de trans, que têm um pouco mais de privilégios do que as outras, colabora na quebra desses preconceitos.

Vulcanica Pokaropa (<https://www.instagram.com/vulknik>) é uma das artistas mais importantes para a comunidade trans no cenário atual que ocupa os espaços dos museus. Alguns dos seus trabalhos podem ser vistos no canal do Youtube ‘Cucetas Produções’².

Em uma conversa que tivemos, ela apresentou a dificuldade que os museus têm de contratar a população de travestis e transexuais para trabalhar. A não empregabilidade de travestis e transexuais ainda é uma das maiores barreiras para a inserção da nossa população nas cidades. A falta de empatia e de ações mais efetivas para nos tirar da marginalidade pode vir dos administradores dos museus contratando-nos para cargos de chefia, curadoria, no administrativo, educativo ou quaisquer outras áreas de possíveis contratações.

Uma das dificuldades encontradas pela artista Vulcanica Pokaropa foi que a maioria dos museus não adquire obras de travestis e transexuais. Em 2020, o Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM completou 72 anos, a Vulcanica Pokaropa foi a primeira travesti a ter uma de suas obras adquiridas pelo museu para o acervo depois de mais de 70 anos de existência. Os museus devem adquirir obras e trazer exposições de travestis e transexuais a fim de diversificar as suas artes. As atividades em que há identificação do público, como as exposições de obras de arte, também colaboram para trazer a diversidade do público para o museu: e precisamos pensar em curadorias trans.

Muitas pessoas esperam que os nossos trabalhos artísticos sejam ligados somente a gênero e a sexualidades, mas nem sempre nossos trabalhos tem esse tom. Somos capazes de produzir quaisquer coisas, mas parece que quando não falamos sobre gêneros e sexualidades os nossos trabalhos são desqualificados, como se só nos coubesse esse local para nos expressarmos.

Pensar no lugar que ocupa a travesti é pensar primeiro em como criar estratégias positivas para que tenhamos esse acesso, sejamos e nos sintamos bem-vindas e que haja motivadores importantes para que a nossa presença esteja nesses espaços. Não adianta pensar em populações diversas a partir das nossas vivências e experiências. Quando eu fiz o evento do cinema em que levamos cerca de 70 pessoas trans de 18 a 40 anos nas salas de cinema do Shopping Beira Mar em Florianópolis, nos deparamos com a realidade de que muitas delas nunca tinham entrado no shopping, menos ainda entraram em uma sala de cinema.

Não há como pensar em uma ocupação por parte de travestis e transexuais de espaços que sempre lhes foram negados sem um exercício de busca, um exercício de sair do conforto da divulgação virtual, um conforto da não utilização dos seus privilégios, sejam econômicos ou de vida (cor, classe social, conhecimento), para que os grupos mais marginalizados possam estar acessando aos museus ou quaisquer espaços públicos.

² https://www.youtube.com/channel/UCWL4Key_oqqWkVAqS-AMrwg

Os privilégios não nos protegem de sofrermos violências. É saber, não se espantar, se homens vierem a nos abordar de forma arrogante ou com cunho sexual, é saber manter a calma e se defender. Para muitos homens, nos tornamos travestis para fazer sexo com eles e indiferente do espaço que estivermos, se estamos lá, é para servi-los. Se manter perto da travesti convidada que nunca esteve em um lugar traz muita segurança e a encoraja a querer retornar.

Trouxe esse relato estando como Lirous há pelo menos 20 anos. Sou Assistente Social e coordeno uma instituição de direitos humanos que acolhe vítimas de violências em Florianópolis. Sou uma artista, produtora gamer e DJ e meu trabalho pode ser visto aqui: <https://www.instagram.com/lirouskyo>.

Agradeço a oportunidade da escrita e encerro com um questionamento: ‘Se o seu privilégio (conhecimento, cor, acesso à informação, econômico, social...) não serve para ajudar as pessoas que estão em uma linha abaixo de você, para que ele te serve?’ Tenho certeza que você que está lendo tem muito mais privilégios do que eu, e o que você anda fazendo para transformar positivamente o mundo em que vivemos?

ARTIGOS

O CORPO COMO ARQUIVO — TENSIONANDO QUESTÕES SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA TRANS

Juno Nedel¹

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO: Apesar dos inúmeros registros de variações de gênero em diversas culturas ao longo da história e de uma intensa produção científica sobre o assunto desde meados do século XX, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, por que a transgeneridade é entendida como um tema que apenas agora alcançou a atenção midiática e o interesse da população? Neste artigo, busca-se discutir questões teórico-metodológicas envolvendo história e memória, especificamente no que se refere a arquivos, fontes documentais e testemunhos de pessoas trans. A partir das reflexões sobre a normatividade cisgênera e arquivos do corpo, analisa-se o corpo-arquivo trans como um lugar de embate e resistência, intimamente vinculado às relações de poder e às disputas pela história e memória de uma comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Transgeneridade. História. Memória. Arquivo. Corpo.

BODY AS AN ARCHIVE — TENSIONING QUESTIONS ABOUT TRANS HISTORY AND MEMORY

ABSTRACT: *Despite countless records of gender variations in many cultures throughout history and intense scientific production on the matter of transgenerity from the mid-twentieth century, especially in Europe and United States, why has transgenerity been understood as a subject that has barely reached the attention of the media and the interest of the population? This article seeks to discuss theoretical and methodological issues involving history and memory, relating specifically to archives, documental sources and testimonies of trans people. Based on reflections about cisnormativity and archives of the body, it analyzes trans-archival body as a place of querrel and resistance, closely linked to the power relations and disputes over the history and memory of a community.*

KEYWORDS: *Transgenerity. History. Memory. Archive. Body.*

1 Juno Nedel é mestrando vinculado ao Programa de Pós-Graduação de História (PPGH) e ao Laboratório de Estudos de Gênero em História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), orientado pelo Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza na linha de pesquisa Histórias Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder. Também é membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Travestilidade, Transgeneridade e Transexualidade (NeTrans/UFSC/CNPq). É formado em Jornalismo pela UFSC. E-mail: junonedel@gmail.com. Telefone: (48) 99923-5026. Site pessoal: <https://junonedel.com>.

O CORPO COMO ARQUIVO: TENSIONANDO QUESTÕES SOBRE HISTÓRIA E MEMÓRIA TRANS

Seria inapropriado afirmar que pessoas transgêneras e gênero-diversas foram completamente apagadas da história. Há inúmeros registros de diversidades de gênero em sociedades pré-coloniais e pós-coloniais, como as hijira, na Índia, ou as pessoas dos povos nativos norte-americanos que foram chamadas de *mujerados* e *two-spirit* pelos colonizadores da América².

Também houve uma intensa produção científica sobre pessoas trans ao longo do século XX, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos³. O artigo de David Cauldwell, *Psychopathia Transsexualis*⁴, que utilizou o termo “transsexual” pela primeira vez, em 1949, já introduzia a transexualidade como um fenômeno cada vez mais comum, com centenas de casos conhecidos no meio científico.

Apesar de todos esses vestígios históricos, por que a transgeneridade é entendida como um tema que só agora alcançou a atenção midiática e o interesse da população? Por que o discurso que define a transgeneridade como “um fenômeno novo e indocumentado” é constantemente reelaborado, posicionando as pessoas trans em um tempo que nunca é o passado? De que forma os apagamentos, silenciamentos e esquecimentos que atravessam a história da comunidade trans dificultam a aceitação das pessoas transgêneras como sujeitos sociais legítimos no Brasil da atualidade? E não é curioso que estes discursos também encontrem eco dentro da história, uma disciplina comprometida justamente com os limites críticos da *representância* da verdade na narrativa histórica⁵?

O presente artigo se dedica a estas questões. Ele consiste em um excerto de minha dissertação, resultado de dois anos de pesquisa em que estive vinculado ao Programa de Pós-Graduação de História (PPGH), ao Laboratório de Estudos de Gênero em História (LEGH) e ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Travestilidade, Transgeneridade e Transexualidade (NeTrans/CNPq) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em meu projeto de pesquisa de mestrado, busquei investigar o paradigma de patologização das identidades trans, que se consolidou na década de 1950, com a criação e popularização da categoria diagnóstica de “transsexual” na literatura científica.

2 STRYKER, Susan. *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press, 2008.

3 BEEMYN, Genny. *A Presence in the Past: A Transgender Historiography*. In: *Journal of Women's History*, Volume 25, Number 4, Winter 2013. CASTEL, Pierre-Henri. *Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995)*. Revista Brasileira de História, vol.21 no.41 São Paulo: 2001.

4 CAULDWELL, David O. “*Psychopathia Transsexualis*.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949.

5 Paul Ricoeur mobiliza o conceito de representância em sua análise sobre a realidade do passado histórico. Para ele, este não é tanto um problema epistemológico, mas sim um tema próximo a uma ontologia da existência histórica (a condição histórica). Em suas palavras, “(...) “representância” condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que chamamos em outro momento de intenção ou intencionalidade histórica: ela designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos”. Ver mais em RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p. 359.

Contudo, ao longo deste processo de pesquisa, acabei me deparando com alguns obstáculos teórico-metodológicos ao investigar a transgeneridade a partir de seus rastros documentais. E foi a partir deste trabalho com os arquivos e da experiência particular de me ver de fora dos documentos — e, muitas vezes, da própria historiografia, na condição de pesquisador trans — que elaborei as perguntas postas acima.

Neste artigo, busca-se discutir questões teórico-práticas envolvendo história e memória, especificamente no que se refere a arquivos, fontes documentais e testemunhos de pessoas trans. A partir das reflexões sobre a normatividade cisgênera⁶ e arquivos do corpo⁷, analisa-se o corpo-arquivo trans como um lugar de embate e resistência, intimamente vinculado às relações de poder e às disputas pela história e memória de uma comunidade.

Este artigo é dividido em três partes. Em um primeiro momento, exponho algumas considerações sobre a elaboração de uma historiografia comprometida eticamente com a vida de pessoas trans. Na sequência, dedico-me a destrinchar as distinções teórico-políticas entre cis e trans, argumentando sobre a importância epistêmica de utilizarmos “cisgênero” como categoria de análise. Por fim, voltarei meu olhar para os pressupostos historiográficos que eu gostaria de dismantelar; 1 – A ideia de que a transgeneridade é um fenômeno novo, que só alcançou a atenção midiática e o entendimento do público de maneira geral com a chegada do século XXI; 2 – A visão de que a ausência de pesquisas históricas sobre transgeneridade deve-se à inexistência de fontes primárias ou secundárias sobre o assunto, ou mesmo que, se essas fontes existem, são de volume irrisório.

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE UMA HISTORIOGRAFIA TRANS

Talvez o principal desafio de elaborar uma pesquisa histórica que dialogue com a transgeneridade consista no caráter contemporâneo, polissêmico e culturalmente específico do termo *transgênero*. É fato que a palavra *transgênero* suscita dúvidas, reações cautelosas, opiniões acaloradas e mesmo críticas por parte daqueles que não entendem a sua relevância, fazendo com que este tema seja constantemente relegado ao conjunto dos assuntos polêmicos e intratáveis. Falar sobre transgeneridade, no momento presente desta pesquisa, é arriscar-se ao descrédito e ao desdenho; é expor-se ao perigo de ser titulado como ideólogo e baderneiro. Gostaria de começar este texto reiterando que sim, podemos falar sobre a transgeneridade de uma perspectiva histórica. E sim, estou ciente dos riscos que isso implica.

6 VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.

7 ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194.

O interesse científico pelo tema da transgeneridade⁸ não é recente e remonta ao século XIX, na Europa em particular. Este interesse pode ser situado no núcleo de uma explosão discursiva sobre a sexualidade que, tal como analisado por Michel Foucault, ocorreu a partir do século XVIII, em compasso com o desenvolvimento do capitalismo na sociedade ocidental europeia. Pode-se dizer que a entrada da vida na história está intimamente ligada com a emergência do capitalismo⁹.

Nesse contexto vimos surgir o biopoder, uma variedade de poder que tomou a vida como elemento essencial de produção e como sua principal fonte de valor¹⁰. Em outras palavras, trata-se de um espectro de iniciativas relativamente organizadas para intervir na vitalidade humana, incluindo nisto nascimento, desenvolvimento, adoecimento e morte¹¹. A vida mesma foi convertida em capital. Se antes as dimensões vitais pertenciam ao campo do pessoal e do privado, a partir do século XVIII e particularmente no século XX elas foram tomadas de assalto: sexo, genes, membros corporais, afetividade, psiquismo e até mesmo a imaginação foram invadidos, violados e colonizados pela disputa biopolítica¹².

Mas o biopoder não substituiu completamente os dispositivos do poder soberano; do contrário, o problema político fundamental da modernidade está calcado em uma multiplicidade de forças que reagem entre si, articulam-se e distribuem-se sob a aliança entre governo, população e economia política¹³. Assim, o biopoder atravessa ao menos três âmbitos distintos: 1 – a produção de saber sobre os processos vitais humanos; 2 – as relações de poder que tomam os seres humanos como objeto; 3 – os modos de subjetivação de si¹⁴.

O sexo, para Foucault, é o centro da disputa biopolítica. E como consequência da proliferação de dispositivos de saber-poder biopolítico, multiplicaram-se também as disciplinas e categorias sobre a sexualidade, bem como emergiram novas identidades sexuais e houve uma implantação numerosa das “perversões” no âmbito médico-científico. Este impulso científico de analisar, categorizar e também produzir distinção entre os sexos atingiu o seu ápice na década de 1950, quando as vidas de pessoas trans

8 Aqui, utilizo retroativamente o conceito de transgeneridade, tendo em vista que este só foi proposto em 1990. Ao final do século XIX, utilizavam-se frequentemente — e de maneira intercambiável — os conceitos de “inversão sexual” e “hermafroditismo”; a partir dos anos 1950, o termo “transexual” se torna mais comum. Explicarei o uso do conceito “transgeneridade” adiante.

9 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.132 – 133.

10 PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde Soc* 2015; 24 Suppl 1:19-26, p.20

11 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999

12 PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde Soc* 2015; 24 Suppl 1:19-26, p.20

13 LAZZARATO, Maurizio. *Del biopoder a la biopolítica*. 2007. Tradução de Muxuilunak. Disponível em: <<https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm>>. Acessado em junho de 2019.

14 RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. *Biopower Today*. *BioSocieties* (2006), 1, p. 195–217.

foram foco de diversos estudos¹⁵ do campo da psicanálise, sexologia e endocrinologia, principalmente na Inglaterra, França, Alemanha e nos Estados Unidos.

As ciências nascentes, que Foucault chamou de *Scientia Sexualis*¹⁶, buscavam encontrar a suposta verdade sobre o sexo, tendo a confissão como método-chave. Em todos os cenários confessionais — incluindo instâncias médicas, jurídicas, pedagógicas, familiares — quem fala produz uma narrativa sobre a sexualidade que é interpretada por uma figura de autoridade. Neste contexto, o poder circulava pela produção de saber sobre o sexo com uma configuração específica: as figuras de autoridade nessas instituições eram, de maneira geral, especialistas homens, cisgêneros e brancos. Esta aliança médico-legal gerou ficções reguladoras de sexo e gênero muito específicas, sendo elas próprias de significado multiplamente contestado dentro de seu campo¹⁷. Uma dessas ficções reguladoras foi o dimorfismo sexual: ou seja, a ideia de que a espécie humana apresenta apenas dois sexos bem definidos e características físicas não-sexuais marcadamente diferentes.

Desde o final do século XIX até meados do século XX na Europa e nos Estados Unidos, o fenômeno que hoje se entende por transgeneridade foi interpretado por parcela da comunidade médico-científica como um desvio patológico das normas sociais saudáveis de expressão de gênero. Materializada no trabalho de autores clássicos como Krafft-Ebbing (1892)¹⁸, Havelock Ellis (1936)¹⁹ e David Cauldwell (1949)²⁰, esta perspectiva foi então incorporada no Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM) e na Classificação Internacional de Doenças (CID) da OMS, em 1980 e 1990 respectivamente. Em ambos os casos, a transexualidade foi classificada como transtorno de identidade de gênero, uma variante de transtorno mental e de comportamento. Daqui em diante, chamarei de “paradigma patologizante” esta tendência biomédica-científica de enquadrar a transgeneridade como patologia ou como um transtorno de identidade psíquico.

A inclusão da transgeneridade como doença nos manuais diagnósticos até 2019 legitimou uma série de práticas médico-psiquiátricas com a finalidade de corrigir, disciplinar e medicalizar pessoas trans. Como consta na base de dados do Sistema Único de Saúde (SUS), os transtornos específicos da personalidade (F60-F69) da CID 10:

(...) representam modalidades de comportamento profundamente enraizadas e duradouras, que se manifestam sob a forma de **reações inflexíveis** a situações pessoais e sociais de natureza muito variada. Eles representam **desvios extremos** ou

15 Alguns dos nomes mais conhecidos são Harry Benjamin, David Cauldwell e John Money. Trabalharei parte destas publicações ao longo de minha pesquisa.

16 FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

17 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.58

18 KRAFFT-EBING, Richard Von. *Psychopathia Sexualis*. Paris. G. Carré, 1895.

19 ELLIS, Havelock. *L'inversion sexuelle*. Mercure de France, 1909.

20 CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949.

significativos das percepções, dos pensamentos, das sensações e particularmente das relações com os outros **em relação àquelas de um indivíduo médio** de uma dada cultura. Tais tipos de comportamento são geralmente estáveis e englobam múltiplos domínios do comportamento e do funcionamento psicológico. Frequentemente estão associados a sofrimento subjetivo e a **comprometimento de intensidade variável do desempenho social**. (DATASUS²¹, 2008. Grifo do autor)

Trata-se, portanto, de uma perspectiva largamente contestada que posiciona a transgeneridade como uma reação inflexível, um desvio extremo de personalidade em relação ao que se espera de um indivíduo médio na cultura brasileira, associando este fenômeno ao comprometimento do desempenho social.

Não por acaso, na nova versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que deve entrar em vigor até 1º de janeiro de 2022, a Organização Mundial da Saúde retirou a transexualidade da seção de transtornos de personalidade e a posicionou no capítulo dedicado à saúde sexual. Esta virada representa uma mudança de paradigma médico-científico, na medida em que a transgeneridade deixou de ser entendida como patologia. Nas palavras da coordenadora do Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisas da OMS, Lale Say, a mudança ocorreu porque a agência de saúde da ONU teve um “melhor entendimento de que isto [a transgeneridade] não é realmente um problema de saúde mental”. Para ela, a reclassificação deve reduzir o estigma sobre pessoas trans, ao mesmo tempo em que garante o acesso às intervenções de saúde necessárias²².

Por entender a historicidade do discurso patologizante e seus impactos nas vidas de pessoas trans e gênero-diversas, este artigo rejeita veementemente o paradigma patologizante da transgeneridade. Também rejeita a visão muitas vezes combinada à patologização que enquadra a transgeneridade como um marcador de degeneração moral. E rejeita, acima de tudo, a concepção supostamente fundada em argumentos biológicos, que entende a transgeneridade como um desvio da verdadeira natureza humana e o sexo como uma verdade marcada no corpo, particularmente no órgão genital.

Penso que esta é a condição fundamental de uma historiografia que pretenda ter um comprometimento ético, político e epistêmico com a vida de pessoas trans: é necessário situar historicamente os discursos sobre a transgeneridade, analisar de que forma eles engendraram saberes-poderes e entender quais foram as suas condições de aparecimento.

Além de tudo, é fundamental que haja um rompimento crítico com a dualidade sujeito-objeto²³, que reiteradamente atribui às pessoas trans e gênero-diversas a condição de objetos de análise, negando-nos o status de sujeitos com agência para produzir nossas próprias epistemologias e modos de vida. Na

21 Disponível em http://www.datasus.gov.br/cid10/V2008/WebHelp/f60_f69.htm, acessado em 29/07/2019.

22 Retirado de <https://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>, em 29/07/2019.

23 ANZALDÚA, Glória. *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. San Francisco, Califórnia: Aunt Lute Books, 1987. p.80

tentativa de suprir esta lacuna teórica e existencial, tomei emprestadas referências da nascente epistemologia trans e do campo de estudos transgêneros.

A origem do que hoje se entende como o campo de estudos transgêneros, ou *transgender studies*, remonta aos anos 1990. Trata-se de um campo socialmente comprometido e interdisciplinar, entremeado com contribuições das humanidades, ciências sociais, psicologia, ciências da natureza e artes. Seu escopo inclui qualquer tema que perturbe, desnaturalize, rearticule e torne visível os vínculos normativos que geralmente assumimos que existem entre sexo binário e as expectativas sociais atribuídas a determinados tipos de corpo e gênero²⁴. Em outras palavras, para além de dedicar-se apenas ao estudo da transgeneridade, este campo também abarca análises sobre todos aqueles mecanismos culturais que sustentam ou frustram possibilidades específicas de ser.

A emergência deste campo disciplinar, sobretudo nos Estados Unidos, esteve intimamente relacionada com um comprometimento crítico diante das pesquisas biomédicas e conectada com as contribuições das teorias feministas, estudos gays-lésbicos, teoria queer e estudos subalternos. Muitas vezes, esta relação com outros campos de estudo foi permeada por tensão e discordância. Um exemplo disso são as críticas²⁵ direcionadas à teoria da performatividade de gênero²⁶ de Judith Butler, que, ao entender o gênero não como um senso de identidade interno, mas como um efeito construído performativamente, por vezes esvazia ou mesmo ignora a materialidade das práticas e das marcas de inscrição do gênero no corpo de pessoas trans.

No Brasil, entretanto, esta é uma área de estudos incipiente, bastante tida como identitarista e de pouca relevância, em particular no campo da história. Como já apontou Blas Radi, filósofo trans argentino, as áreas e projetos acadêmicos dedicados aos estudos de gênero e sexualidade, de modo geral, são talvez os mais relutantes — ou mesmo hostis — às contribuições dos estudos trans. Em diversos casos, a “teoria queer” funciona como um rótulo que, de um lado, garante a inclusão de pessoas trans na condição de objetos de análise e, de outro, dificulta a participação dessas pessoas nestes mesmos espaços acadêmicos²⁷.

24 STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006. p.3. STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013, p.1-3. RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.43-63.

25 Jay Prosser comenta: “O que é deixado de lado sobre a transgeneridade na leitura queer sobre performatividade de gênero subversiva é o valor do tema que mais frequentemente preocupa a pessoa transexual: a narrativa de se tornar um ‘homem biológico’ ou uma ‘mulher biológica’ (ao contrário de aparentar performativamente ser um/uma) — resumindo, a materialidade do corpo sexuado” Retirado e traduzido de “Judith Butler: Queer Feminism, Transgender, and the Transubstantiation of Sex” in: S. Stryker and S. Whittle (Eds) *The Transgender Studies Reader*. Pp. 257-281 New York: Routledge. 2006.

26 BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

27 RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.44

As razões para a falta de circularidade deste tema dentro da disciplina da história são diversas e, ainda que esta fosse a minha pretensão, seria impossível esgotá-las neste momento. Mas é preciso ressaltar o estigma social e os obstáculos materiais que há muito tempo dificultam o acesso das pessoas trans aos espaços formais de ensino e do mercado de trabalho, culminando em sua marginalização social no Brasil²⁸. Pessoas trans e gênero-diversas, assim como pessoas negras, indígenas, imigrantes, portadoras de deficiência e outras minorias sociais, são pressionadas a investir parte de sua energia e de seu tempo — que poderia ser dedicado aos estudos e ao trabalho acadêmico — em tornar suas instituições habitáveis para si e para sua comunidade²⁹.

Com isso, não pretendo afirmar simplesmente que a ausência de pessoas trans em espaços acadêmicos é a principal razão para a falta de interesse neste objeto de estudo, pois isso implicaria 1 – uma ontologização das diferenças, pressupondo que o conhecimento produzido por pessoas trans será sempre necessariamente contra-hegemônico; 2 – uma desconsideração do conjunto de pesquisas produzido por intelectuais cisgêneres no Brasil e fora dele, tendo a transgeneridade como objeto de estudo a partir de outras disciplinas³⁰.

O que eu gostaria de apontar é que o monopólio das narrativas trans por parte das pessoas cisgêneras, seja dentro dos espaços acadêmicos ou fora deles, configura uma injustiça epistêmica³¹ que nos obstrui o lugar de agentes de nossas próprias ficções. Em outras palavras, é preciso que nós pessoas trans tenhamos parte na construção das narrativas e epistemologias que regulam nossa existência. Os estudos sobre transgeneridade, aliás, devem fazer parte de um processo mais abrangente de redistribuição financeira, cultural e intelectual de recursos para uma população que, como se verifica estatisticamente³², é privada deles na atualidade.

1.2 TRANSGÊNERO: UM TERMO POLISSÊMICO

O primeiro uso da palavra *transgênero* é geralmente atribuído a Virginia Prince, ativista pelos direitos à liberdade de expressão de gênero nos Estados Unidos, ao final da década de 1980. *Trans* é um

28 BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Rev. Estud. Fem. [online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. LOURO, G. L. Pedagogia da Sexualidade. In: Louro, G. L. O Corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. BOHM, Alessandra M. Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009

29 AHMED, Sara. Selfcare as warfare. 2014. Disponível em: <<http://feministkilljoys.com/2014/08/25/selfcare-as-warfare/>>. Acessado em 28/07/2019.

30 Notadamente os trabalhos de Berenice Bento, Guacira Lopes Louro, Mara Lago, Jorge Leite Júnior, Pierre-Henri Castel, Bento Manoel de Jesús, Manoel Rufino David de Oliveira, para citar alguns.

31 FRICKER, Miranda. Powerlessness and Social Interpretation. Episteme: A Journal of Social Epistemology, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006.

32 De acordo com relatório da ANTRA, 90% da população de trans, travestis e transexuais entrevistadas utilizavam a prostituição como fonte de renda e subsistência. Devido à baixa escolaridade e à exclusão escolar/familiar, as pessoas trans encontram pouquíssimas oportunidades no mercado de trabalho formal. O dossiê completo está disponível aqui: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contr-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acessado em 14/08/2019.

prefixo de origem grega que significa *além de, através e do outro lado*; portanto, o significado de *trans* + *gênero* pode ser entendido etimologicamente como “do outro lado do gênero”.

Prince utilizou essa palavra para descrever pessoas que, bem como ela, não se enquadravam no sexo que lhes foi atribuído ao nascer. A pessoa transgênera, na concepção de Prince, era aquela que mudava a sua expressão de gênero³³ ao longo da vida sem necessariamente recorrer às cirurgias de redesignação sexual ou modificação corporal³⁴.

Com isso, Virginia Prince ofereceu uma alternativa às definições vigentes de travesti — um termo cunhado por Magnus Hirschfeld em 1910 — e transexual — palavra sugerida por David Cauldwell em 1949 —, ambos vocábulos com forte herança das análises biomédicas patologizantes, a partir do século XVIII, em diversos países da Europa e nos Estados Unidos. Por esta razão, ainda que as palavras *travesti*, *transexual* e *transgênero* sejam tratadas frequentemente como sinônimos intercambiáveis, na prática elas possuem heranças históricas e sentidos muito diferentes entre si.

No momento presente desta pesquisa, transgênero é um termo abrangente que engloba todas as pessoas cuja identidade e/ou expressão de gênero seja diferente daquela que lhe foi atribuída ao nascer³⁵. As pessoas dentro dessa categoria podem descrever suas identidades com uma miríade de palavras distintas. Podemos incluir nela, por exemplo, travestis, transexuais, pessoas não-binárias e de gênero fluido. Em algumas interpretações, o termo transgênero também pode abranger as identidades performáticas de Drag Kings e Drag Queens³⁶. Na condição de conceito abrangente, transgênero é frequentemente abreviado para trans*, em que o asterisco representa a multiplicidade de identidades de gênero contidas neste acrônimo.

Existem pessoas trans que se afastam do gênero determinado ao nascer porque sentem fortemente que pertencem a outro gênero específico (masculino/feminino). Há pessoas trans que sentem que não pertencem ao binário homem/mulher, expressando seu gênero de outras maneiras. Também há pessoas que apenas não concordam ou se sentem confortáveis com as normas sociais que delimitam como alguém de determinado sexo deveria agir. De qualquer forma, assumir-se trans consiste em um movimento desde um ponto de partida não escolhido — o sexo atribuído ao nascer — através de uma fronteira imposta socialmente — as normas binárias de gênero, no caso da sociedade ocidental capitalista contemporânea.

33 O conceito de expressão de gênero, aqui, refere-se à forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais atribuídas a um determinado sexo. Retirado de: “JESUS, Jaqueline. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. p.24”

34 STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. p.4

35 JESUS, Jaqueline. Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012. p.7-8. “GLAAD Media Reference Guide”, 2019. Disponível em: <http://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>. Acessado em 05/06/2019. STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. p.28

36 LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.70

Em todos esses casos, constituir-se como trans não implica necessariamente um desconforto físico ou desejo de passar por modificações corporais. É bastante comum a concepção de que a pessoa trans é aquela que “nasceu em um corpo errado” e se sente desconfortável com o seu próprio aspecto físico. Trata-se de uma abordagem equivocada que ignora o fato de que o problema não está no corpo, mas nos dispositivos de saber-poder que regulam, disciplinam e produzem tipos de corpos desejáveis e corpos monstruosos, justificando sua diferença como um fator biológico, atemporal e inquestionável.

Essa concepção nos revela, em primeiro lugar, o pressuposto relativamente difundido de que existe um tipo de “corpo certo” e, ainda, que sentir-se desconfortável com seu próprio corpo e/ou realizar modificações corporais é uma exclusividade da experiência trans. Com isso, não pretendo negar que modificações corporais sejam um componente relevante na história das vidas trans, mas reitero que realizar ou não terapia hormonal e cirurgias de redesignação sexual deve ser visto mais como uma questão de escolha pessoal do que como um fundamento ontológico das identidades trans.

No entanto, é preciso solucionar uma confusão bastante comum nas discussões sobre este tema, dentro e fora do ambiente acadêmico: quando falamos de pessoas trans e transgeneridade, não estamos falando apenas de um marcador identitário. Isso porque, ao reduzir o fenômeno da transgeneridade meramente a uma questão de dizer-se ou sentir-se trans, ignoram-se as violências que já se imprimem sobre os corpos antes mesmo que eles sejam reconhecidos ou se assumam como transgêneros.

Basta lembrar daquilo que Paul Preciado chamou de a primeira fragmentação do corpo, isto é, o momento da atribuição do sexo de uma pessoa na sociedade capitalista ocidental contemporânea. Quando a autoridade médica determina “é menino/menina”, essa afirmação não é uma descrição, mas uma prescrição: o nome próprio e o sexo atribuído ao nascer vão efetivar, ao longo da vida da pessoa recém-nascida, uma constante reiteração desse gênero performativo. Deseja-se desde o nascimento que uma menina/um menino vá agir de acordo com o que se espera de uma menina/um menino. Além de tudo, essa interpelação médica é prótica: produz corpos “de homem” e “de mulher”³⁷.

Dentro do ideal social, um corpo só ganha sentido na condição de corpo que possui sexo definido, necessariamente binário (macho/fêmea) e sem nenhuma ambiguidade. Dizendo de outra forma, os órgãos sexuais deixaram de ser compreendidos apenas como órgãos reprodutores e passaram a ser também órgãos *produtores* da coerência do corpo humano — isto é, são geradores da totalidade do corpo humano³⁸.

Entretanto, há muitas brechas nas tecnologias de produção de corpos cis-binários: o que fazemos com as pessoas que foram nomeadas meninos/meninas ao nascer, mas que, do contrário, se entendem como meninas/meninos? E o que fazemos com as pessoas que apenas não se enquadram nas

37 PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017. p.130

38 Ibidem. p.131

expectativas de gênero projetadas sobre elas, sejam elas homens ou mulheres? É possível que um órgão humano qualquer — digamos, uma língua ou uma orelha — justifique e dê coerência a uma série de expectativas e comportamentos tidos como socialmente legítimos para uma pessoa ao longo de sua vida? Então por que cremos que os órgãos genitais dão conta de atribuir coerência a toda uma narrativa biográfica?

Ao tensionar essas questões pretendi mostrar que, quando reduzimos a transgeneridade a uma questão identitária, estamos turvando nossas lentes de investigação para a materialidade das tecnologias de sexo e gênero na nossa sociedade. Proponho que analisemos a transgeneridade também como um marcador social de diferenças ligado a desigualdades materiais aferíveis economicamente.

Falar de transgeneridade é falar de classe, raça e etnia. Isso porque o binarismo de gênero está vinculado a modelos supremacistas que entendem determinados corpos como mais humanos do que outros³⁹. Porque o binarismo cisgênero, quando vinculado à branquitude — que é menos uma cor e mais um modo de perceber a si e organizar a vida⁴⁰ — é uma inscrição particularmente privilegiada na história do poder dentro da sociedade brasileira. Porque assumir-se trans é assumir-se como um corpo que, à sua maneira, transgride o dispositivo binário de gênero (homem/mulher)⁴¹. Mais do que isso, ser nomeado e entendido como trans (ainda que você mesmo não se afirme como tal) é ser lido como um corpo que se desvia das normas oficiais de conduta de gênero na sociedade brasileira.

Na condição de corpos desviantes, as pessoas trans e gênero-diversas estão sujeitas a sofrer uma série de sanções sociais, expressas em dificuldade de acesso ao mercado de trabalho formal; não-reconhecimento institucional de seus nomes e identidades de gênero; violência física e psicológica; fragilização de suas redes familiares e de afeto; espancamentos públicos; ausência de tratamento médico de qualidade; fetichização de seus corpos; espetacularização de suas mortes; naturalização da violência contra sua comunidade; desqualificação de suas experiências e perspectivas de mundo; genocídio; processos de exclusão e violência sistêmica, entre outros exemplos. Essas violências integram a vida diária de muitos corpos desviantes da norma, como sapatonas, bichas e outros desobedientes de gênero, especialmente as pessoas vindas de comunidades não-brancas e empobrecidas⁴².

Mais uma vez: a leitura social de um corpo como um corpo trans revela a condição sociopolítica e cultural específica das pessoas que se desviam de uma matriz de inteligibilidade de gênero. Nesta matriz, apenas tipos específicos de corpos são compreendidos como homens ou mulheres “de verdade”. Todas

39 JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: _____. Transfeminismo: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. p.6

40 mombaça, jota. rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017. p.10

41 LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.70

42 mombaça, jota. rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017. p.09

as pessoas restantes que escapam a essa combinação são, assim, caracterizadas como cópias, falsidades, monstruosidades e perversões⁴³.

Posicionar-se ou ser lido como trans não é apenas uma questão de identidade, porque a transgeneridade, bem como as questões de classe, raça e etnia, está enredada em relações de poder que fundamentam desigualdades macroestruturais. Ao contrário do que se acredita, nossos corpos não são feitos de ilusão, porque sangram, respondem e guardam vestígios das tecnologias de gênero que se marcam diariamente na nossa carne desde o nascimento. As experiências de vida trans, portanto, têm materialidade.

1.3 CISGÊNERO: NOMEANDO O INVISÍVEL

Para falar de trans, precisaremos necessariamente falar de cis. *Cisgênero*, *cissexual* ou simplesmente *cis* são termos que foram cunhados pela comunidade trans no início dos anos 1990, e que desde então têm sido utilizados para definir as pessoas que se identificam unicamente com o sexo que lhes foi atribuído ao nascer⁴⁴. Basicamente, cis é o contrário de trans.

Para a socióloga Leticia Lanz, cisgênera é:

(...) a pessoa que se encontra bem ajustada ao rótulo de identidade de gênero (mulher ou homem) que recebeu ao nascer em função do seu órgão genital (macho ou fêmea). Indivíduos cisgêneros estão de acordo, e normalmente se sentem confortáveis, com os códigos de conduta (incluindo vestuário) e papéis sociais atribuídos ao gênero a que pertencem, ao contrário de indivíduos transgêneros que, de muitas e variadas formas, se sentem desajustados em relação aos rótulos de gênero que originalmente receberam ao nascer. (LANZ, 2016, p. 4)⁴⁵

O uso de cis como categoria de análise traz consigo diversos elementos de relevância para a pesquisa historiográfica. Em primeiro lugar, considerando o contexto de sua produção, o termo cis foi proposto pela comunidade trans com o objetivo de nomear um grupo de pessoas que geralmente nomeava outres — movimento que consiste em um discurso “de reação”⁴⁶ ou *talking back*⁴⁷, já que a transgeneridade começou a falar por ela mesma.

Em segundo lugar, o uso do conceito cis oferece uma mudança de paradigma em que as pessoas trans deixam de ser definidas em relação a uma normalidade cisgênera; do contrário, a transgeneridade se

43 BENTO, Bento; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. In: Revista Estudos Feministas, vol. 20, nº 2, p.569-581. Florianópolis, 2012. BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

44 BONASSI, Brune Camillo. Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.' 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. p.23

45 LANZ, Leticia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.3

46 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.96

47 BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

torna o ponto de partida, o lugar de onde observamos a cisgeneridade e a nomeamos. A partir dos significantes⁴⁸ cis e trans, é possível mudar a perspectiva da maioria das publicações sobre transgeneridade, na qual se colocam as pessoas trans como o Outro que precisa ser explicado e entendido em sua condição que difere do normal⁴⁹.

Além disso, cis proporciona um alargamento de nossas concepções sobre gênero, tendo em vista que o mapa de sujeitos opressores e oprimidos não pode mais ser lido exclusivamente nos termos das experiências de homens e mulheres cis⁵⁰. E finalmente, o termo cis nos proporciona novas ferramentas de análise que possam dar conta de numerosas experiências coletivas que, até a sua criação, eram ininteligíveis. Privilégio cis e cissexismo⁵¹ são algumas delas. Em contrapartida, noções como patriarcado⁵², homofobia e heteronormatividade não conseguem situar precisamente as experiências trans em uma rede complexa de relações de poder⁵³.

Dizendo de outro modo, “cis” é uma condição que é principalmente política. Isso porque a pessoa que é percebida como cisgênera e que mantém seu sexo jurídico tal como foi designado ao nascer não tem sua identidade de gênero patologizada ou deslegitimada como “anormal”. As identidades cis foram frequentemente entendidas como “naturais” e “originais”, enquanto as identidades trans foram historicamente concebidas como “desviantes”, “patológicas”, “anormais”; nomear a experiência cis, portanto, possibilita a análise crítica dessas identidades e dos discursos que fabricaram a sua suposta naturalidade.

É verdade que há resistência em aceitar a cisgeneridade como uma categoria de análise legítima mesmo dentro de comunidades epistêmicas que fomentam discussões sobre gênero, como é o caso de diversas vertentes feministas. Um dos argumentos seria o de que, se gênero é puramente performativo

48 Aqui significante aparece tal qual compreendido por Jacques Lacan. Para Lacan, uma mesma palavra pode conter vários significados e nenhum deles estará necessariamente vinculado a ela em todas as situações — ou seja, há uma dissimetria entre significado e significante. O significado do significante é sempre situacional.

49 BAGAGLI, Bia. 2014. O que é cisgênero? Disponível em Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões Trans*: Disponível em: <goo.gl/ksF0SF>. Acesso em 08 de janeiro de 2017.

50 RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.54-55.

51 Basicamente, cissexismo é a desconsideração da existência de pessoas trans na sociedade. Aparece frequentemente em discursos que excluem direta ou indiretamente pessoas trans, ou que assumem o ideal das corporalidades cisgêneras como regra. É cissexista, por exemplo, quando presumimos que todas as mulheres possuem útero ou que é biologicamente impossível para um homem engravidar. Neste exemplo de cissexismo, ignoramos a uma só vez a existência de mulheres e homens trans, pessoas não-binárias, pessoas intersexo e mulheres cis que porventura tenham passado por operações cirúrgicas para remoção de útero.

52 Ao entender o patriarcado como um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, incluímos os homens trans e pessoas transmasculinas na condição de opressores ou oprimidos? Este sistema de dominação binário também se estende para a diversidade dos povos indígenas, que possuem outro entendimento cultural sobre expectativas de sexo e gênero? Neste sistema patriarcal, homens brancos e negros possuem o mesmo poder político e econômico de oprimir mulheres? É possível que mulheres, nesse sistema patriarcal, ocupem status hierárquico em relação a outras mulheres? Mulheres brancas e negras ocupam o mesmo lugar neste sistema de dominação? Essas são apenas algumas questões que carecem de resposta.

53 RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.54

ou uma construção social, então não existe nenhuma hierarquia ontológica entre gêneros; logo, seríamos todos trans. O problema disso é que as relações de poder ainda colocam as pessoas que não se identificam com o sexo assignado ao nascer em uma posição de desvantagem social, com implicações materiais graves⁵⁴.

A cisgeneridade, de maneira semelhante à branquitude, é uma categoria suplementar que só nomeia o outro, mas não a si mesma. Se a branquitude é uma construção ideológica na qual o branco se vê e classifica os não-brancos a partir de seu próprio ponto de vista⁵⁵, a cisgeneridade, por sua vez, é uma construção ideológica na qual as pessoas cis se veem e classificam pessoas não-cis a partir de seu próprio ponto de vista⁵⁶.

Ainda que cada pessoa seja racializada e generificada na modernidade capitalista eurocêntrica, nem todas as pessoas são oprimidas ou vitimizadas com base em seu gênero ou raça⁵⁷. Interseccionar as nossas categorias de análise, assim, permite que enxerguemos as pessoas que são vitimizadas por uma combinação específica de diferentes opressões. Permite que enxerguemos, por exemplo, as opressões que incidem em particular sobre as pessoas trans pretas e indígenas brasileiras, na medida em que racismo e transfobia se combinam frequentemente com epistemicídio⁵⁸.

Ao utilizar cis como categoria de análise, não pretendo apenas legitimar o acesso de pessoas trans e gênero-diversas às categorias de dignidade, humanidade e direitos humanos, estendida historicamente a pequenas parcelas da população. Mais do que isso, gostaria de evidenciar e reconfigurar as próprias estruturas de produção dessas categorias, atentando para o modo como a branquitude, cisgeneridade e heterossexualidade as atravessam.

2. DESMANTELANDO PRESSUPOSTOS SOBRE HISTORIOGRAFIA TRANS

Considerando as dificuldades metodológicas de se pesquisar sobre um tema cujos contornos não são bem delimitados, gostaria de contestar alguns pressupostos muito comuns, seja no meio acadêmico ou fora dele, quando nos propomos a estudar sobre transgeneridade de uma perspectiva histórica.

54 RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. In: TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.55

55 SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), Branquidade, identidade branca e multiculturalismo (V. Ribeiro, Trad., pp.307-338). Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.312- 313

56 Agradeço à intelectual indígena Geni Daniela Núñez Longhini pelas constantes reflexões sobre interseccionalidade entre cisgeneridade e branquitude que publica em suas redes sociais.

57 LUGONEZ, Maria. Heterosexuality and the Colonial / Modern Gender System. In: Hypatia, Volume 22, Number 1, Winter. 2007. p. 192-3.

58 CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

Não é minha pretensão esgotar a problemática ou transmitir conhecimento como se este fosse isento de críticas, mas instigar questões e criar as possibilidades para a produção de conhecimento futuramente⁵⁹. Os pressupostos que eu gostaria de contestar são:

1 – A ideia de que a transgeneridade é um fenômeno novo, que só alcançou a atenção midiática e o entendimento do público de maneira geral com a chegada do século XXI;

2 – A visão de que a ausência de pesquisas históricas sobre transgeneridade deve-se à inexistência de fontes primárias ou secundárias sobre o assunto, ou que, se essas fontes existem, são de volume irrisório.

2.1 “NO MEU TEMPO ESSAS COISAS NÃO EXISTIAM”: SERIA A TRANSGENERIDADE UM FENÔMENO NOVO?

Não são escassos os relatos sobre as variações de gênero presentes nas culturas humanas ao longo do tempo. O conceito de “gênero”, aqui, refere-se a um sistema de organização social de diferentes tipos de corpos em categorias distintas de pessoa. Algumas culturas compreendem três ou quatro gêneros; outras atribuem o gênero ao trabalho a ser desempenhado, e não ao sexo biológico dos indivíduos⁶⁰. Isso quer dizer que, ao contrário do que pregam a crença corrente e uma parcela dos estudos feministas sobre o assunto, gênero não remete apenas à construção social feita sobre um sexo determinado; mais do que isso, gênero é uma categoria contingente que varia histórica e culturalmente, e que não guarda relação necessária ou direta com o sexo biológico do indivíduo⁶¹.

Sejam *hijira*, na Índia, *two-spirit* dos povos nativos norte-americanos, *mahu* da Polinésia ou *mujerados*, as mulheres-homens percebidas pelos colonizadores espanhóis durante a colonização da América, podemos identificar inúmeras outras possibilidades de gênero para além do binário homem/mulher ao longo da história humana.

Mas o modelo hegemônico de gênero binário, ocidental e colonial deixou a sua marca nos discursos científicos, políticos, jurídicos, midiáticos e religiosos, e costuma ser interpretado como um aspecto quase inerente da espécie humana — isto é, como um fenômeno homogêneo, atemporal, que atravessa de maneira idêntica a todas as culturas. Este modelo binário de gênero fixa os significados de homem e mulher como se eles fossem produtos de um consenso, indícios de uma universalidade categórica ou mesmo provas de uma verdade sobre a existência humana.

59 FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura).

60 Por volta de 1576 no Brasil o português Pero de Magalhães de Gândavo atestou sobre a existência de mulheres tupinambás que seguiam o ofício e as obrigações sociais dos homens em suas tribos. Segundo o relato, essas mulheres cortavam seu cabelo da maneira masculina, iam à caça com arco e flecha, andavam em companhia dos homens e assumiam esposas para si. Ver mais em: TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. p.67

61 BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.45. STRYKER, Susan. Transgender History. Berkeley, CA: Seal Press, 2008. p.11

Reside aí o desafio da pesquisa histórica: fazer explodir essa noção de fixidez e entender a natureza daquilo que faz com que a representação binária do gênero aparente ter uma permanência intertemporal⁶². Em outras palavras, é preciso que nos perguntemos: por que “homem” e “mulher” são categorias compreendidas como mais trans-históricas ou menos contingentes do que qualquer outra categoria de identidade, como “hijira”, “mujerados” ou “transgênero”?

É fundamental compreender o gênero como conceito contingente antes de entrarmos propriamente na prática de pesquisa. Isso porque a transgeneridade é um fenômeno cultural e historicamente específico e deve ser analisado como tal. Mas percebe-se, por exemplo, que mesmo em estudos acadêmicos os termos “transgênero”, “travesti” e “transexual” frequentemente são utilizados como sinônimos intercambiáveis entre si, embora cada um possua uma carga histórica particular e, no âmbito das identidades sociais, representem grupos distintos.

Isso nos leva a complicações ainda maiores quando produzimos uma pesquisa historiográfica sobre transgeneridade: Como devemos nos referir às pessoas gênero-diversas que viveram antes de o termo “transexual” ser utilizado pela primeira vez no discurso científico? A categoria “transgênero” pode incluir indivíduos de culturas não-ocidentais? Caracterizar como transgêneros os sujeitos de culturas ocidentais, porém marginalizadas — como as travestis da etnia Ticuna, habitantes da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Bolívia⁶³ — não seria uma forma de imperialismo epistemológico?

De um lado, considerando as múltiplas histórias de indivíduos que se percebiam e eram percebidos por suas sociedades como estando fora de uma conformidade de gênero, seria inapropriado limitar a história da transgeneridade às pessoas que viveram no tempo e espaço em que este conceito se tornou disponível⁶⁴. Por outro lado, também seria inapropriado assumir que pessoas “transgêneras”, como nós concebemos o termo atualmente, existiram ao longo da história. Como historiadoras/es, o melhor que podemos fazer é reconhecer a existência de pessoas que se encaixariam no que chamamos hoje de “transexual” ou “transgênero”⁶⁵.

A isso, acrescento que é preciso atentar para as formas culturalmente específicas de gênero e sexualidade, respeitando (quando houver) as nomenclaturas próprias de cada cultura para suas experiências e práticas. Verifica-se, por exemplo, que algumas pesquisas do campo antropológico de fato têm se concentrado em buscar palavras correspondentes aos termos “lésbica”, “gay” e “transgênero” em línguas locais; na ausência dessas palavras, assumem equivocadamente que essas experiências não

62 SCOTT, Joan. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica." Educação e Realidade. Vol. 20, No. 2 (jul-dez, 1995), p.87.

63 O documentário “Nñima”, em fase de produção pela cineasta Flávia Abtibol (com financiamento do Itaú Cultural Rumos) abordará questões de gênero e auto pertencimento nas aldeias entre as travestis indígenas.

64 Na autobiografia “A viagem solitária” (2011) o psicólogo e escritor brasileiro João Nery conta que transicionou na década de 1970, em plena ditadura militar. No entanto, só foi conhecer o termo “transgênero” muito mais tarde; até então, vivera sem saber exatamente como descrever sua relação corporal e existencial.

65 BEEMYN, Genny. A Presence in the Past: A Transgender Historiography. In: Journal of Women's History, Volume 25, Number 4, Winter 2013. p.113

existem por lá. Isso demonstra, dentro dos estudos de gênero, uma tendência GLBT⁶⁶ global, isto é, um movimento de classificação das formas locais de gênero e sexualidade como variações de um mesmo modelo *queer* estadunidense ou europeu⁶⁷.

Na prática, essas pesquisas estabelecem uma espécie de escala global para o progresso, tomando o modelo de liberdade europeu e estadunidense como um padrão a ser atingido por todas as minorias sexuais e de gênero em qualquer contexto nacional estudado. Como consequência, formas locais de gênero e sexualidade tendem a ser interpretadas como um fenômeno pré-moderno e pré-político, enquanto os modelos euro-estadunidenses são classificados como liberais e contemporâneos⁶⁸.

Vem daí a tendência — verificada principalmente em estudos sobre transgeneridade produzidos em países do norte global — de estabelecer uma história da transgeneridade universal, fundamentada em experiências de um passado pré-colonial utópico e romantizado. Trabalhos como os de Kate Bornstein⁶⁹ e Leslie Feinberg⁷⁰, entre outros, foram muito criticados por terem descontextualizado e se apropriado de relatos de ancestrais indígenas como forma de legitimar uma história transgênera única, quando poderiam ter situado estas dinâmicas de gênero em seus contextos culturais e históricos particulares, bem como em relações de poder específicas⁷¹.

Essa tentativa de criar uma história transgênera conjunta geralmente incorre na romantização do xamânico e do indígena como sistemas primordiais que estão fora do tempo e do espaço civilizatório. Quando acadêmicsxs escrevem sobre pessoas não-brancas como se elas vivessem no passado, ou como se o tempo presente de determinados indivíduos representasse o futuro de outros, chamamos isto de negação de coetaneidade⁷². Estes usos de temporalidade invariavelmente afastam as pessoas analisadas do tempo de quem observa, já que negamos a elas um lugar no nosso “aqui” e “agora”. Nesse caso, trata-se de um olhar colonialista que apaga particularidades de outras experiências e vocabulários culturalmente específicos.

66 Halberstam posicionou o G em primeiro lugar justamente para enfatizar a maior legitimidade que se confere às pautas “gays” em contraposição aos demais grupos da sigla.

67 HALBERSTAM, Jack. Masculinidades femininas globais. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Silvia de Moraes (Orgs.). Fronteiras de gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. p.227 - 228

68 HALBERSTAM, Jack. Masculinidades femininas globais. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Silvia de Moraes (Orgs.). Fronteiras de gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011. RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.43-63. STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds.). Transgender Studies Reader 2. New York: Routledge, 2013, p.1-3. VALENTINE, David. Imagining Transgender: The Ethnography of a Category. Durham: Duke University Press, 2007, p.29–65

69 BORNSTEIN, Kate. 1994. Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us. New York: Routledge.

70 FEINBERG, Leslie. 1996. Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman. Boston: Beacon.

71 DEVUN, Leah; TORTORICI, Zeb. Trans, Time, and History. In: Transgender Studies Quarterly (TSQ), 2018. 5 (4): p.518-539

72 FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013. p.71-84

Ou seja, é necessário evitar a identificação de uma história universal trans fundamentada em uma espécie de essencialismo ancestral. Tampouco é desejável que nos apeguemos ao altericismo radical, deixando que a multiplicidade de nomes e experiências de gênero estanquem nosso processo de pesquisa. Penso ser possível identificar nesta multiplicidade de experiências de gênero os laços que conectam diferentes comunidades através do tempo, percebendo a história como múltiplas séries temporais que se sobrepõem e interseccionam⁷³.

2.2 “AS PESSOAS TRANS NÃO APARECEM NOS LIVROS DE HISTÓRIA”: COMO LIDAR COM A ESCASSEZ DE FONTES HISTÓRICAS?

De fato, a operação historiográfica reside, em primeiro lugar, na confrontação de um olhar do presente a um conjunto de discursos do passado, tomando como base a análise metódica de uma série de testemunhos e fontes documentais⁷⁴.

As experiências presentes, assim, são um catalisador da pesquisa, pois é no presente que se imbricam as demandas (e disputas) da memória e da história. Nesse sentido, historicizar as experiências humanas pode desvelar a tensão contínua que existe entre a permanência e a interrupção de processos históricos, entre o que já foi e aquilo que se espera que seja, entre o que é dito e aquilo que sequer chega a ser mencionado⁷⁵.

Historicizar a transgeneridade — e, sobretudo, utilizar a transgeneridade como chave interpretativa para abrir uma multitude de caminhos inquietantes — é, também, desestabilizar as categorias que frequentemente tomamos como naturais e pré-discursivas, analisando-as em sua contingência histórica, social e cultural.

O problema dos arquivos, fontes documentais e testemunhos é central para a historiografia. Se retomarmos a concepção oferecida por Paul Ricoeur⁷⁷ — mas inspirada em Certeau⁷⁸ —, encontraremos três fases no trabalho de historiadoras/es: 1 – a fase documental; 2 – a de explicação/compreensão; 3 – a de representação. É na fase documental que se investigam os vestígios que nos conduzem da memória à

73 FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p.9

74 ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194.

75 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

76 BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história" In: Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987. CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018.

77 RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p.169

78 CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

escrita da história. E é precisamente nessa etapa que nos deparamos com os principais empecilhos ao elaborar uma pesquisa histórica sobre transgeneridade.

Com isso, não pretendo afirmar que não existem arquivos, documentos e testemunhos disponíveis para pesquisa; do contrário, as fontes históricas primárias sobre transexualidade são abundantes. Gostaria de argumentar, contudo, que a fase documental em uma pesquisa histórica sobre transgeneridade suscita problemas epistêmicos e metodológicos cuja resolução demanda criatividade e inovação. Pretendo refletir brevemente sobre essas questões para, na sequência, propor alguns caminhos alternativos que nos ajudem a contornar esses obstáculos.

Começamos pelo testemunho que, aliás, é onde tudo começa⁷⁹. Para produzir uma historiografia comprometida com as vidas de pessoas trans, é fundamental escutar e entender o que pessoas trans e gênero-diversas têm a dizer, evitando consultar apenas figuras de autoridade (psiquiatras, médicas/os, familiares) cisgêneras. Paul Feyerabend⁸⁰ já demonstrou a importância da variedade de opiniões para a produção de conhecimento, argumentando que os métodos que estimulem a variedade são os únicos compatíveis com a concepção humanitarista. Não se trata de descartar de maneira total e irrefletida todos testemunhos de pessoas cis que contradigam as narrativas trans, mas de utilizá-los para descobrir os princípios ocultos que podem ter gerado esta contradição. Nesse ponto, podemos nos inspirar no método jornalístico: uma narrativa objetiva é aquela que “ouve os dois lados da história”.

Eis aí o nosso primeiro problema, que se subdivide em uma miríade de questões:

1 – Como encontrar pessoas trans e gênero-diversas que tenham vivido tempo o suficiente para oferecer seu testemunho, tendo em vista que a taxa de mortalidade da população trans no Brasil impede a maior parte dessas pessoas — sobretudo as pessoas não-brancas e pobres — de alcançarem a terceira idade?

2 – Como evitar o extrativismo epistêmico ao utilizar em nossas pesquisas acadêmicas o conhecimento e as visões de mundo de pessoas trans sem que este gere qualquer retorno prático para suas comunidades?

3 – Considerando que nem toda pessoa trans e gênero-diversa se assume abertamente como tal e tampouco é facilmente identificável como uma pessoa que não é cis, como podemos contar com o seu testemunho sem que este viole o seu direito de manter a própria identidade em segredo?

Solucionar tais problemas teórico-metodológicos requer a abertura de caminhos alternativos para a operação historiográfica. Felizmente, com o aumento de visibilidade da comunidade trans no debate

79 RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018. p.182

80 FEYERABEND, Paul. Contra o método. São Paulo: Unesp. 2007

público a partir dos anos 1990 e a conquista (ainda que frágil) de alguns direitos sociais⁸¹ no século XXI, pessoas trans e gênero-diversas têm encontrado mais espaço para contar histórias a partir de suas próprias perspectivas. Isso vem acontecendo principalmente através de escritas de si, como diários, rimas orais e autobiografias.

Embora esse tipo de fonte documental já tenha sido muito utilizado por historiadoras/es no passado, apenas recentemente é que as escritas de si passaram a ser consideradas como fontes privilegiadas, com metodologias de análise e pesquisa específicas. Segundo Ângela de Castro Gomes, foram as transformações nas práticas arquivísticas — com a constituição de centros de pesquisa e documentação — e nas práticas historiográficas que proporcionaram maior atenção a este novo espaço de investigação: o espaço privado⁸².

As escritas de si são as práticas de produção de si relacionadas com o privado. Elas ocorrem através da escrita de diários e autobiografias e também do armazenamento de objetos pessoais sem qualquer valor excepcional (como fotografias e cartões-postais). É por meio das escritas de si que os indivíduos conferem significados especiais ao mundo que os rodeia, materializando a sua história e a história dos grupos aos quais pertencem. Dessa forma, a escrita de si também permite que uma pessoa constitua uma identidade própria através de seus documentos⁸³.

Não por coincidência, as autobiografias foram um recurso bastante utilizado por pessoas trans que quiseram protagonizar suas narrativas sobre experiências pessoais como transição de gênero, mudança de nome e terapia hormonal⁸⁴. Para aquelas pessoas que sabem ler e escrever, ou que têm condições de traduzir suas experiências para outras mídias, as escritas de si permitem um domínio simbólico da própria narrativa e do tempo. O que faz das escritas de si um objeto de análise particularmente interessante para historiadoras/es é que elas conseguem evidenciar as inconsistências, fragmentações e múltiplas temporalidades na trajetória de um indivíduo, em vez supor a existência de um “eu” coerente.

A narrativa em primeira pessoa, portanto, tem o poder de aproximar e mobilizar a sinceridade como valor de verdade, mas não pode ser tratada metodologicamente como uma forma naturalizada e espontânea de expressão⁸⁵. Por outro lado, as escritas trans de si podem evidenciar, na história, experiências alternativas de tempo e espaço, além de revelar outros modos de vida possíveis para além da norma cis-binária de gênero.

81 Em fevereiro de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que pessoas transgêneras podem alterar nome no registro civil sem cirurgia de mudança de sexo no Brasil.

82 GOMES, Ângela de. (org). *Escritas de Si. Escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.10.

83 *ibidem*, p.11.

84 Um exemplo é “A viagem solitária” (2011), autobiografia de João W. Nery, até então conhecido como o primeiro homem trans a transicionar no Brasil, durante a ditadura militar. Também temos “A queda para o alto” (2007), prefaciado por Eduardo Matarazzo Suplicy, em que Anderson Herzer conta as suas experiências como um homem trans em sua passagem pela FEBEM.

85 GOMES, Ângela de. (org). *Escritas de Si. Escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p.22.

Contudo, na dificuldade de encontrar uma variedade de relatos pessoais, é provável que nos sintamos tentados a buscar essa complementaridade de pontos de vista em dados estatísticos e objetivos. Vem daí o nosso segundo problema: atualmente existe um déficit de pesquisas que possam proporcionar dados sociodemográficos e registros de qualidade sobre a comunidade trans na América Latina e principalmente no Brasil. Isso é ainda mais válido se considerarmos as pessoas transmasculinas e não-binárias, tendo em vista que as pesquisas existentes tendem a focar nas experiências de mulheres trans e travestis. De maneira geral, se estas pesquisas existem, são realizadas por ONGs e/ou iniciativas autônomas, mas não estatais.

A ausência de dados e, acima de tudo, a ausência de mecanismos e critérios de credibilidade para obtê-los, ajuda a fomentar um ciclo em que: a) não existem pesquisas que possam proporcionar dados sociodemográficos de qualidade sobre pessoas trans, mas principalmente sobre homens trans e pessoas não-binárias; b) a ausência dessas pesquisas é tida como uma justificativa de que essa população não possui problemas específicos que mereçam o foco de pesquisas⁸⁶.

Por fim, ao nos dedicarmos à análise das fontes históricas primárias, encontraremos um terceiro problema. Já vimos que a palavra “transgênero” foi proposta ao final da década de 1980 e que o termo “transexual” foi popularizado na década de 1950; antes disso, entretanto, os fenômenos como homossexualidade, bissexualidade, intersexualidade e transgeneridade eram muitas vezes analisados simultaneamente a partir de um mesmo conceito. Ao final do século XIX e no início do século XX, quando a homossexualidade passou a ser objeto de estudo de pesquisadores como Richard Von Krafft-Ebing, Magnus Hirschfeld e Henry Havelock Ellis, muitos dos indivíduos considerados homossexuais se enquadrariam no grupo que hoje entendemos como trans.

Um exemplo disso é a figura do hermafrodita psíquico, que deu origem à categoria dos perversos sexuais no século XIX⁸⁷. O hermafrodita psíquico era entendido como alguém que possuía as características mentais atribuídas ao “outro sexo”, mas não necessariamente apresentava indistinção sexual verificável no corpo. É semelhante à figura do invertido sexual, que se supunha possuir dentro de si uma alma “do outro sexo”. Nos dois casos, era esta condição mais “interna” do que “externa” ao sujeito que explicava, sob o olhar da ciência da época, uma performatividade de gênero diferente do que se concebia como normal para uma pessoa. Se observarmos esses conceitos com os olhos do presente, é possível que vejamos neles as raízes do que hoje se entende como homossexualidade, bissexualidade e transgeneridade, embora estes sejam fenômenos muito diferentes entre si.

86 RADT, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. TSQ: Transgender Studies Quarterly. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.46

87 LEITE JÚNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Convenientemente esta indistinção inicial de conceitos pode se converter em uma vantagem no processo de levantamento de fontes históricas. Isso em razão de que, apesar de não haver uma tradição consolidada de estudos históricos sobre transgeneridade no Brasil, há um corpus considerável de pesquisas sobre a história da homossexualidade. É possível citar de passagem as contribuições de Luiz Mott⁸⁸, James Green⁸⁹ e João Silvério Trevisan⁹⁰, por exemplo.

E, via de regra, as fontes utilizadas para analisar a história da homossexualidade têm muito a nos dizer sobre a história da transgeneridade. Elas ajudam a evidenciar o contexto histórico, político e social que fomentou a diferenciação entre homossexuais, bissexuais, intersexos e trans a partir da figura do hermafrodita, do hermafrodita psíquico e do invertido sexual. Elas ajudam a entender o momento histórico em que o conceito de orientação sexual foi apartado da identidade de gênero e passou a ser entendido como um efeito direto dessa mesma identidade (sob uma ótica heteronormativa). Elas ajudam a visualizar a importância que o saber médico teve na emergência dos saberes sobre a sexualidade e as identidades de gênero em nossa sociedade. Ajudam, ainda, a entender as reconfigurações discursivas que sustentaram o fato de a homossexualidade ter deixado de ser enquadrada como uma patologia pela OMS em 1990, o que só ocorreu com a transexualidade 29 anos depois.

Penso, como Revel, que as transformações que presenciamos atualmente no mundo social só existem pela ação de sujeitos que, na lógica de seus contextos peculiares, esforçam-se para garantir para si um lugar, seja isoladamente e/ou com uma comunidade⁹¹. É papel de historiadoras/es identificar esses lugares, elucidando a historicidade dos processos de exclusão e evidenciando que tipo de experiências esses processos têm silenciado.

Evidentemente nem o conjunto de pesquisas sobre homossexualidade nem as escritas trans darão conta da tarefa de historicizar nossas categorias de análise. Antes, é preciso que nos perguntemos mais a fundo onde buscamos nossas fontes: existe um arquivo característico do biopoder? Existem formas de arquivamento próprias ao momento da produção de diferença entre os sexos dentro da sociedade euro-estadunidense capitalista moderna? Se existe um arquivo do biopoder, qual é o seu formato e a sua natureza?

Se não podemos dispor na totalidade dos arquivos do Estado, das estatísticas, da imprensa e dos relatórios de políticas públicas, devemos rumar na direção dos arquivos menores. Estes, para Philippe

88 MOTT, Luiz Roberto de Barros. O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

89 GREEN, James Naylor. Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

90 TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

91 REVEL, Jacques. "Micro - história, macro - história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". Revista Brasileira de Educação, Vol. 15, No.45 (set./dez. 2010), p.444.

Artiéres, são aqueles que constituem frequentemente o fundo das caixas, que são postos à parte e retirados da análise porque são considerados como arquivos de interesse limitado⁹².

Talvez, de maneira semelhante às historiadoras/es das técnicas de modificação corporal, tenhamos que voltar nossos olhares para os arquivos do corpo e para as imbricações das modificações corporais nas performances de gênero. Talvez, como Michel Foucault⁹³, possamos buscar essas referências nos discursos da medicina grega ou ainda, como Gayle Rubin⁹⁴, busquemos nossas bases na contracultura e na cultura popular. Quem sabe, como Eduardo Galeano⁹⁵, não possamos procurar nas pichações de paredes, muros e banheiros o que o povo anda dizendo. Busquemos em poemas, autobiografias, filmes, música, arte. Busquemos aquilo que se diz em toda parte, pois é aí que encontraremos o arquivo do biopoder: na vida dinâmica em sua potência transformadora.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transgeneridade foi discursivamente construída como um fenômeno nascente, que só agora recebe a atenção das publicações científicas e dos meios de comunicação, jamais podendo habitar o passado histórico. Esta interdição do tempo presente às pessoas trans consiste em uma negação de coetaneidade, isto é, a atribuição de um tempo diferente a essas comunidades, tomando como referência o tempo cisgênero heteronormativo branco. Esses apagamentos, silenciamentos e esquecimentos configuram processos de exclusão e marginalização macroestruturais, que atravessam a história e a memória de uma comunidade inteira.

Busquei demonstrar que, ao contrário do que se costuma pressupor, há uma abundância de fontes primárias e secundárias sobre a transgeneridade, visto que muito se produziu sobre esta temática a partir de meados do século XX, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Contudo, tendo em vista 1 - a atualidade do uso de transgênero como categoria de análise na historiografia, 2 - a polissemia do termo “transgênero”, 3 - a baixa expectativa de vida da comunidade trans no Brasil, que dificulta o acesso a testemunhos pessoais, 4 - e a ausência de dados estatísticos de qualidade sobre essa população, entre outros problemas, produzir uma historiografia comprometida eticamente com as vidas das pessoas trans requer criatividade e inovação nos métodos de pesquisa.

Por fim, aponte algumas soluções que considero viáveis para contornar estes problemas teórico-metodológicos, como a reinterpretação do corpus de pesquisas sobre a história da homossexualidade, o

92 ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194

93 FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999

94 RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sex.pdf?sequence=1

95 GALEANO, Eduardo. O livro dos abraços. Porto Alegre: L&PM, 2015.

uso das escritas transgêneras de si como fontes históricas e o reconhecimento dos arquivos menores, arquivos do corpo, e de sua importância para o estudo das performatividades de gênero.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Sara. Selfcare as warfare. 2014. Disponível em: <<http://feministkilljoys.com/2014/08/25/selfcare-as-warfare/>>. Acessado em 28/07/2019.
- ANZALDÚA, Glória. *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*. San Francisco, Califórnia: Aunt Lute Books, 1987. p. 80
- ARTIÉRES, Philippe. Arquivos do corpo, arquivo da biopolítica. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. ISSN 1984-2147. Florianópolis, v. 3, n. 6. 2011. p.193 – 194.
- BAGAGLI, Bia. 2014. O que é cisgênero? Disponível em 'Transfeminismo: feminismo interseccional relacionado às questões Trans*': Disponível em: <goo.gl/ksF0SF>. Acesso em 08 de janeiro de 2017.
- BEE MYN, Genny. A Presence in the Past: A Transgender Historiography. In: *Journal of Women's History*, Volume 25, Number 4, Winter 2013.
- BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito de história" In: *Obras escolhidas*. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559. LOURO, G. L. *Pedagogia da Sexualidade*. In: Louro, G. L. *O Corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- BOHM, Alessandra M. Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis. 2009. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2009
- BONASSI, Brune Camillo. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero.* 24/03/2017 127 f. Mestrado em Psicologia. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.
- BORNSTEIN, Kate. 1994. *Gender Outlaw: On Men, Women, and the Rest of Us*. New York: Routledge.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.58
- CARNEIRO, Sueli. *A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*. Feusp, 2005. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005
- CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, vol.21 no.41 São Paulo: 2001.
- CAULDWELL, David O. “Psychopathia Transsexualis.”. *Sexology*, N. Y., Dec. 1949.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

- DEVUN, Leah; TORTORICI, Zeb. Trans, Time, and History. In: *Transgender Studies Quarterly (TSQ)*, 2018. 5 (4): p.518-539
- ELLIS, Havelock. *L'inversion sexuelle*. Mercure de France, 1909.
- FABIAN, Johannes. *O Tempo e o Outro: Como a Antropologia Estabelece Seu Objeto*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.
- FEINBERG, Leslie. 1996. *Transgender Warriors: Making History from Joan of Arc to Dennis Rodman*. Boston: Beacon.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Unesp. 2007
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquitude não marcada. In V. Ware (Org.), *Branquidade, identidade branca e multiculturalismo* (V. Ribeiro, Trad., pp.307-338). Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção Leitura)
- FRICKER, Miranda. Powerlessness and Social Interpretation. *Episteme: A Journal of Social Epistemology*, v. 3, n. 1-2, p. 96 – 108, 2006.
- GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM, 2015.
- GOMES, Ângela de. (org). *Escritas de Si. Escritas da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GREEN, James Naylor. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HALBERSTAM, Jack. Masculinidades femininas globais. In: AREND, Silvia Maria Fávero; PEDRO, Joana Maria; RIAL, Carmen Sílvia de Moraes (Orgs.). *Fronteiras de gênero*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.
- JESUS, Jaqueline. *Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012.
- _____. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. Espaço de experiência e horizonte de expectativa. In: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2006, 305-327.
- KRAFFT-EBING, Richard Von. *Psychopathia Sexualis*. Paris. G. Carré, 1895.
- LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015. p.70
- LAZZARATO, Maurizio. *Del biopoder a la biopolítica*. 2007. Tradução de Muxuilunak. Disponível em: <<https://sindominio.net/arkitzean/otrascosas/lazzarato.htm>>. Acessado em junho de 2019.

- LEITE JÚNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- LUGONEZ, Maria. Heterosexuality and the Colonial / Modern Gender System. In: *Hypatia*, Volume 22, Number 1, Winter. 2007.
- MOMBACA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. São Paulo: Fundação Bienal (32a. Bienal de São Paulo – Incerteza Viva) e OIP – oficina imaginação política, 2017.
- MOTT, Luiz Roberto de Barros. O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo... *Saúde Soc* 2015; 24 Suppl 1:19-26.
- PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N1 edições, 2017.
- PROSSER, Jay. “Judith Butler: Queer Feminism, Transgender, and the Transubstantiation of Sex” in: S. Stryker and S. Whittle (Eds) *The Transgender Studies Reader*. Pp. 257-281. New York: Routledge. 2006.
- RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. Biopower Today. *BioSocieties* (2006), 1, p. 195–217.
- RADI, Blas. On trans* epistemology: Critiques, Contributions, and Challenges. *TSQ: Transgender Studies Quarterly*. Volume 6, Number 1. Fevereiro de 2019. p.43-63.
- REVEL, Jacques. "Micro - história, macro - história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado". *Revista Brasileira de Educação*, Vol. 15, No.45 (set./dez. 2010).
- RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2018.
- RUBIN, Gayle. Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf?sequence=1
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o 'encardido', o 'branco' e o 'branquíssimo': raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SCOTT, Joan. "Gênero: Uma categoria útil de análise histórica." *Educação e Realidade*. Vol. 20, No. 2 (jul-dez, 1995).
- STRYKER, Susan; WHITTLE, Stephen (eds). *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006.
- STRYKER, Susan; AIZURA, Aren (eds.). *Transgender Studies Reader 2*. New York: Routledge, 2013.
- TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Brasil. 2015.

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA QUEM? COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO VOLTADA ÀS VULNERABILIDADES SOCIAIS DAS PESSOAS TRANS

Guilherme Goulart Righetto

Doutorando em Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: rgghtto@gmail.com

RESUMO: Trata o presente artigo de um recorte sobre as pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2016 a 2019 sobre a temática da competência em informação voltada às vulnerabilidades sociais e aos grupos socialmente minoritários, com ênfase nas pessoas trans, ou seja, e em síntese, aquelas que perpassam a dicotomia homem/masculino e mulher/feminino. A competência em informação pode ser determinada como uma ação que viabiliza a constatação acerca das necessidades de informação da pessoa, observando as questões intrínsecas ao seu uso e independente à situação de vida deste. Voltada aos grupos vulneráveis/minorias sociais, o desenvolvimento da competência em informação tende a ser algo pertinente a ser discutido e pesquisado, afinal, torna-se uma maneira de exercício contínuo para o desenvolvimento social, especialmente em se tratando das pessoas trans. Justifica-se o desenvolvimento das pesquisas pelas seguintes premissas: (1) a precariedade e, por vezes, completa falta de estudos área da Ciência da Informação sobre pessoas comuns/pessoas em situação de vulnerabilidade social; (2) a visível discrepância entre o discurso da área (paradigmas sociais e inclusão), (3) a elitização dos estudos e/ou foco em discussões rasas e que não perpassam a universidade e a (3) ausência de promoção das discussões e práticas para o contexto (caráter técnico predominante). Apresentados os resultados, que incluíram um projeto de extensão e a elaboração de produções científicas, constata-se que é imprescindível a adesão de práticas profissionais voltadas ao uso consciente, concreto e competente da informação às minorias/populações vulneráveis e aos que corroboram com esta situação de estigma, preconceito e segregação social.

PALAVRAS-CHAVE: Competência em informação. Pessoas trans. Vulnerabilidade social. Minorias sociais.

INFORMATION SCIENCE FOR WHO? INFORMATION LITERACY AIMED TO THE SOCIAL VULNERABILITIES OF TRANS PEOPLE

ABSTRACT: *This article deals with an excerpt on the research carried out between the years 2016 to 2019 on the information literacy theme aimed at social vulnerabilities and socially minority groups, with an emphasis on trans people, that is, and in summary, those who pervade the male/masculine and female/feminine dichotomy. Information literacy can be determined as an action that makes it possible to find out about the person's information needs, observing the issues intrinsic to its use and independent of the person's life situation. Focused on vulnerable groups/ social minorities, the development of information literacy tends to be something pertinent to be discussed and researched, after all, it becomes a way of continuous exercise for social development, especially in the case of trans people. The development of research is justified by the following premises: (1) the precariousness and, at times, complete lack of studies in the Information Science area about ordinary people/people in situations of social vulnerability; (2) the visible discrepancy between the area's discourse (social paradigms and inclusion), (3) the elitization of studies and/or focus on shallow discussions that do not pervade the university and (3) the lack of promotion of discussions and practices for the context (predominant technical character). After presenting the results, which included an extension project and the elaboration of scientific productions, it appears that it is essential to adhere to professional practices aimed at the conscious, concrete and competent use of information to vulnerable minorities/ populations and those who corroborate this situation. of stigma, prejudice and social segregation.*

KEYWORDS: *Information literacy. Trans people. Social vulnerability. Social minorities.*

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA QUEM? COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO VOLTADA ÀS VULNERABILIDADES SOCIAIS DAS PESSOAS TRANS

1. À GUIA DE INTRODUÇÃO

O âmago deste trabalho emergiu, em primeiro momento, como resultado final da Dissertação de Mestrado intitulada “Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina”, defendida em fevereiro de 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).

O proposto, aqui, foi apresentar o movimento da competência em informação além da elitização acadêmica e restrita às instituições de ensino; é o despertar dessa “metacompetência” como ferramenta efetiva na construção cidadã dos excluídos, menosprezados, estigmatizados e socialmente vulneráveis. Em foco, encontram-se as pessoas trans(gênero), ou seja, aquelas que não se identificam com as atribuições biológicas de nascença (MELERO, 2018).

Trata-se da sedimentação do “papel mais proativo” que Belluzzo (2018) destaca à competência em informação no Brasil: no incentivo à promoção e disseminação de maiores estudos e pesquisas por docentes, pesquisadores, profissionais, grupos de pesquisa e universidades para que seja possível angariar espaços objetivando melhor posicionamento e discussão da temática como tema central e transversal na área de educação, de comunicação e correlatas; junto às bibliotecas em geral, na pesquisa científica e tecnológica, vislumbrando no horizonte o apoio “na definição de políticas públicas e estratégias de ação que são indispensáveis a um país em desenvolvimento como o Brasil” (BELLUZZO, 2018, p. 138).

Contudo, a partir do exponencial crescimento de informação oriundo no século passado e da marca do sistema econômico e produtivo capitalista, emergem novas formas de sociedade, denominadas como sociedade da informação, “sociedade informacional” (CASTELLS, 1999), do conhecimento, bem como novas perspectivas para o desenvolvimento científico. Com o advento da internet e seus atributos, tais como os mecanismos de buscas, as bases de dados e a tecnologia móvel, apresenta-se uma nova configuração social na qual a informação é disseminada de forma efêmera e fragmentada.

Assim sendo, é necessário estar apto para utilizar com entendimento e consciência a informação. Mais do que simplesmente saber manusear a máquina, a grande questão que ronda as relações sociais no panorama da globalização é como lidar, humanizar e compreender as diferenças que podem estar tão perto – numa tela de um dispositivo digital, etc. – e ao mesmo tempo, tão longe da vida das pessoas.

Considera-se pertinente a proposta da competência em informação no que diz respeito à relação simbiótica entre a pessoa e a informação. Para Lau (2007), a competência em informação é um conjunto de habilidades que pode ser aprendida. Contudo, deve-se ter a autonomia – iniciativa ou atitudes que para

se chegar à aprendizagem. A utilização de ferramentas adequadas inferidas em métodos e técnicas, aplicadas individualmente ou em grupo com a supervisão de profissionais proporcionará o desenvolvimento das habilidades necessárias ao uso da informação e o sucesso na aprendizagem desta.

Desta forma, assim como a competência em informação é uma prática social, Wersig e Neveling (1975) consideram como objetivo da Ciência da Informação sua missão social, particularmente no contexto da transferência do conhecimento para aqueles que o precisam. Le Coadic (1996) também a caracteriza como social, alertando que se trata de uma ciência que busca assimilar fatores sociais e culturais, tendo como função social o amparo científico para aqueles que procuram a informação.

Seguindo esta linha, Araújo (2012) considera substancial a abordagem social ou sociocultural da Ciência da Informação, pois os usuários da informação não são seres que vivem em uma realidade paralela, estando inseridos em realidades com significados construídos socialmente. Portanto, reforça-se a importância dos estudos sociais voltados aos segmentos sociais vulneráveis e às suas necessidades de informação.

A competência em informação pode ser determinada como uma ação que viabiliza a constatação acerca das necessidades de informação da pessoa, observando as questões intrínsecas ao seu uso e independente à situação de vida deste (JOHNSTON; WEBBER, 2006). Voltada aos grupos vulneráveis/minorias sociais, o desenvolvimento da competência em informação tende a ser algo pertinente a ser discutido e pesquisado, afinal, torna-se uma maneira de exercício contínuo para o desenvolvimento social, especialmente em se tratando das pessoas trans.

Em conformidade com Suess (2010), a terminologia trans refere-se às pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer – incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, *crossdressers*, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero *queer* e outras autodenominações relacionadas.

Outrossim, desenvolver a competência em informação é uma forma de promover a cidadania e forma de apoio social. Paludo e Koller (2004) inferem que o apoio social é um dos elementos de proteção com maior intervenção positiva no desenvolvimento humano. É associado à relação que o indivíduo tem com o sistema social que está inserido e na forma como as conexões interpessoais suprem certas necessidades ou funções. O apoio social consiste na verbalização de informações, na redução dos efeitos do estresse, no suporte em momentos de crise, de doença, e em diversas circunstâncias que visam à harmonia social (PALUDO; KOLLER, 2004).

O apoio pode ser classificado como: emocional e afetivo, que diz respeito à qualidade e à sustentação dos laços, constatado nas manifestações de amor, de afeto e de confiança; informacional e instrumental ou material, por meio de informações e de ajuda no caso de problemas cotidianos e de saúde,

por exemplo; e as interações positivas, que visam a participação em ações que dão prazer e bem-estar (COSTA; DELL'AGLIO, 2009).

Acredita-se, no entanto, que outra forma de apoio social se valida por intermédio de estudos/discussões sobre a temática da competência em informação sobre e para os que se encontram às margens da sociedade, – pessoas em grupos vulneráveis e parte de uma minoria – impulsionando no protagonismo social, no empoderamento e na libertação, ao visibilizar e incluir socialmente estas pessoas pra que futuramente, possam participar ativamente como cidadãos – de assumir o controle do próprio destino, de ter voz ativa na sociedade (GARRAFA, 2005; FARIAS; VARELA, 2017).

Feita a breve contextualização das problemáticas envolvidas, justifica-se aqui os motivos que, em síntese, nos guiaram às pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2016 a 2019: (1) a precariedade e, por vezes, completa falta de estudos na CI sobre pessoas comuns/pessoas em situação de vulnerabilidade social; (2) a visível discrepância entre o discurso da área (paradigmas sociais e inclusão), (3) a elitização dos estudos e/ou foco em discussões rasas e que não perpassam a universidade e a (3) ausência de promoção das discussões e práticas para o contexto (caráter técnico predominante).

2. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Existem algumas definições e traduções do termo *information literacy*, mas em síntese, o conceito enfatiza o “aprender a aprender” e a necessidade de aprender ao longo da vida na sociedade da informação e do conhecimento (CENDÓN; COSTA, 2012). Utilizaremos aqui a tradução “competência em informação”, e a percepção que abrange a ideia do “aprender a aprender”, ou seja, o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, conhecimentos, valores, comportamentos e atitudes das pessoas para alcançar a condição de cidadão no que concerne à informação.

Por competência, Gonzalez (2012) aponta quatro pressupostos: atitude por meio da iniciativa, ou seja, da inteligência prática; conhecimento, isto é, experiência pessoal anterior adquirida no assunto; habilidade, realizada na capacidade de produzir algo; e liberdade para decidir. A competência em informação agrega estes pressupostos ao favorecer a compreensão de situações em constante mutação, na atualização tecnológica referente aos recursos informacionais e nas necessidades de informação do coletivo. (DUDZIAK, 2008).

Um dos conceitos mais utilizados universalmente na definição de competência em informação é o da ALA (2000): trata-se do “conjunto de habilidades indispensáveis ao ser para reconhecer quando uma informação é necessária e ter habilidades para localizá-la, avaliá-la e usá-la eficazmente”. (ALA, 2000).

A informação, quando reconhecida como necessária e convertida em conhecimento, torna-se bem social de intervenção da realidade e mecanismo de transformação social. No prisma da competência em

informação, as pessoas desenvolvem aptidões para utilizar a informação na prática e compreender fenômenos, resolver questões, tomar decisões, ter noção de seu espaço na sociedade, incluindo seus direitos e deveres, além de edificar o conhecimento nas esferas pessoal, educacional e profissional. (SANTOS, 2017).

Uma conjuntura social competente em informação é hábil a exercer sua cidadania, ou seja: as pessoas têm a capacidade de distinguir a fidedignidade das informações em qualquer contexto, são capazes de reconhecer e usar fontes de informação adequadas e percebem as lacunas existentes.

A premissa de sociedades (da informação, do conhecimento, pós-moderna...) igualmente competente em informação, entretanto, ainda é uma utopia, haja vista a discrepância de divisão dos ativos financeiros, materiais e educacionais disponíveis. Nessa instância, as pessoas tendem a tornarem-se socialmente vulneráveis. (OTTONICAR; VALENTIM; PERES, 2015).

2.1. A multidimensionalidade da vulnerabilidade social

Oriundo do movimento de Direitos Humanos, o termo vulnerabilidade foi solidificado na década de 80 na saúde pública ao tratar da epidemia do HIV/AIDS. As características da epidemia, a forma que ela foi atingindo grupos, de diversos modos e em diferentes países, fez com que se articulasse a incidência do vírus com o cenário socioeconômico, buscando inferir quais os grupos sociais e pessoas poderiam estar entre os possíveis vulneráveis à epidemia. Assim, os termos riscos e população de risco foram, gradualmente, substituídos pelo termo vulnerabilidade. (CORREA; SOUZA, 2011).

O termo vulnerabilidade também se refere à exclusão econômica e social. Nesse panorama, uma pessoa ou um grupo torna-se vulnerável quando ocorre uma situação que o leva a quebrar seus vínculos sociais com o trabalho, a família ou seu círculo de relações (ADORNO, 2001). Diz respeito à possibilidade de sofrer um declínio no bem-estar, em particular uma queda abaixo de um limite mínimo de referência ou de pobreza. Este declínio é provocado por choques contra os quais a proteção é dispendiosa ou não é possível. Os choques podem afetar os seres, por exemplo, por perda/falta de emprego, acidente ou morte. Eles também podem atacar comunidades inteiras, como aldeias, regiões ou grupos socioeconômicos particulares. (DUCLOS, 2002).

A medida da vulnerabilidade é particularmente importante para monitorar o bem-estar dos minoritários. Por causa das circunstâncias já difíceis destas pessoas, os resultados da vulnerabilidade são tipicamente mais severos para estas. Também são muitas vezes mais vulneráveis devido suas características (ou seja, sua exposição), incluindo um menor nível de ativos para protegê-los, um menor acesso aos seguros e a insumos e mercados de saída (para isolá-los), um menor acesso à proteção pública e um menor nível de capacitação. (DUCLOS, 2002).

A vulnerabilidade traz consigo a ideia de procurar compreender primeiramente todo um conjunto de elementos que caracterizam as condições de vida e as possibilidades de uma pessoa ou de um grupo –

a rede de serviços disponíveis, como escolas e unidades de saúde, os programas de cultura, lazer e de formação profissional, ou seja, as ações do Estado que promovem justiça e cidadania entre eles – e mensurar em quais circunstâncias essas pessoas tem acesso ao ofertado. (ADORNO, 2001).

Assim, a vulnerabilidade representa a busca para a erradicação de preconceitos e a possibilidade da construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É a busca por mudança de foco no tratamento das populações-alvo dos programas sociais. (ADORNO, 2001).

Estes pontos sobre a vulnerabilidade voltada às pessoas e os processos sociais de acesso – ou a falta deles – nos reportam à vulnerabilidade social, categoria de vulnerabilidade concernente à estrutura da sociedade e seus componentes. Os primeiros trabalhos sob a luz da vulnerabilidade social foram realizados pela motivação de uma abordagem mais ampla e extensa que ancorasse as diversas modalidades de desvantagens sociais e não apenas a pobreza. (CORREA; SOUZA, 2011).

Segundo Monteiro (2011), a temática vulnerabilidade social não é nova, uma vez que essa terminologia vem sendo usualmente aplicada em diferentes disciplinas das Ciências Sociais há certo tempo. A vulnerabilidade social é caracterizada por um complexo campo conceitual, constituído por variadas concepções e dimensões que podem voltar-se para o enfoque econômico, ambiental, de saúde, de direitos, etc. Ainda que o tema venha sendo trabalhado ao longo de anos, ressalta-se que seu conceito está em constante construção, visto sua magnitude e complexidade. A emergência da temática se dá nos anos 1990, com a fadiga da matriz analítica da pobreza, limitada a questões econômicas. (MONTEIRO, 2011).

Apesar de sua frequente discussão ao longo das últimas décadas, tal expressão não possui um significado único e consolidado na literatura, denotando seu caráter multidimensional e amplo. Prova disso é que para Prowse (2003), enquanto certos estudos tratam a vulnerabilidade entrelaçada à pobreza, outros a delimitam como sintoma angular da pobreza e ainda há quem a caracterize como uma das dimensões da pobreza.

Assim como os conceitos de necessidades básicas insatisfeitas ou pobreza multidimensional, a vulnerabilidade social vem ascendendo conforme a autenticação que a categoria pobreza, sem qualificação própria, é limitada e incapaz de expressar as complexas situações de mal-estar social (ao contrário do *welfare state*) a que diversos grupos e populações estão sujeitas. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018).

Conforme o modelo teórico construído por Castel (1998), a afiliação das pessoas na estrutura social se dá mediante seu acesso a dois campos primordiais, simultaneamente: (1) o **mundo do trabalho**, incluindo os seus riscos e proteções; (2) e o das **relações de proximidade**, denotadas pelas relações familiares, de amigos e demais relações sociais e em grupo, que viabilizariam proteção e segurança.

Consoante a esse entendimento, a conjuntura social das pessoas seria decorrente da densidade de sua inserção em cada um dos campos apontados. Por sua vez, cada campo contemplaria três níveis de inserção. Para o mundo do trabalho, as inserções se dariam pelas vias do (1) **trabalho estável**, regido por contrato indeterminado e com direitos e proteções aos danos sociais; (2) do **trabalho precário**, aquele sem contrato ou por contrato de curta duração, revogados os direitos e proteções trabalhistas; e (3) a não inserção, disposta pela situação do não trabalho (desemprego ou impossibilidade de trabalhar). (CASTEL, 1998).

Quanto ao campo das relações de proximidade, as pessoas estariam propícias a experimentar inserções (1) fortes (amparadas no alicerce familiar seguro, ciclo de amizades permanentes e parceiros estáveis); (2) frágeis (representadas pelas relações instáveis e inseguras); ou, ainda, (3) nenhuma inserção, o que consistiria no isolamento social. (CASTEL, 1998; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018).

A partir desses dois campos e suas respectivas variações, Castel (1998) qualifica três zonas sociais de inserção:

- a zona de integração, constituída mutuamente entre as inserções em trabalho estável e as relações de proximidade sólidas;
- a zona de desfiliação, situada no eixo oposto e demarcada pelo não trabalho e pelo isolamento relacional (caso dos sem-teto, etc.); e
- a zona de vulnerabilidade, localizada entre os dois eixos e delimitada pela inserção precária no trabalho e pela fragilidade das relações de proximidade.

A manifestação do conceito vulnerabilidade social, então, é assinalada para descrever a condição social daqueles atores sociais situados entre a integração e a desfiliação social. Esse entendimento, contudo, deve ser interpretado de forma dinâmica, já que, na prática, os atores podem transitar entre estas zonas ao longo da vida, embora exista o “lugar estratégico” da zona de vulnerabilidade: “É um espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária em sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional” (CASTEL, 1998, p. 26).

Ainda assim, esta zona vem sofrendo grande expansão desde o fim do século XX e a propagação processual de flexibilização, precarização e fluidez laboral, reduzindo compulsoriamente os direitos e proteções garantidos em outrora.

Compreende-se, de acordo com o discorrido, que a vulnerabilidade social conjectura uma mescla de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a pessoas ou grupos, podendo ser insuficientes ou inadequadas para o aproveitamento das oportunidades sociais. O desenvolvimento dessa relação, muito possivelmente, irá mensurar o grau de deterioração na qualidade vida destas pessoas/grupos. (MONTEIRO, 2011).

Destarte, a redução dos níveis de vulnerabilidade social se viabiliza a partir do acesso aos bens e serviços pelos subalternizados, ampliando o universo material e simbólico, bem como as condições de mobilidade social. Um exemplo de mecanismo no fortalecimento social é disposto pela elaboração e realização de políticas públicas (MONTEIRO, 2011), divergente e antônimo do assistencialismo.

2.2. Competência em informação e vulnerabilidade social: conjecturando proximidades

A discussão sobre o desenvolvimento da competência em informação no âmbito da vulnerabilidade social e das minorias sociais – visto que estas abrigam os grupos socialmente oprimidos (BAYLÃO, 2001) – é importante e fundamental para o suprimento às **necessidades de informação** de pessoas ou grupos socialmente vulneráveis. O processo de desenvolvimento da competência em informação na sociedade envolve, entre outras habilidades, assimilar as contínuas mudanças tecnológicas. Não se limita apenas ao uso das tecnologias disponíveis, vai além e envolve práticas de informação que influenciam nos campos pessoal, social e profissional. (BRUCE, 2002).

A competência em informação é parte do processo educacional e, portanto, um dos direitos do ser humano. Em contrapartida, o documento “Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes” (UNESCO, 2009) aponta que a cobertura dos programas governamentais e não-governamentais continua sendo, em geral, limitada às necessidades e à demanda efetiva, marginalizando as populações rurais, indígenas e afrodescendentes, migrantes, pessoas com necessidades especiais e privadas de liberdade ao manter e aumentar a exclusão, ao invés de reduzi-la.

Um dos principais temas das pautas de discussões contemporâneas referentes à cidadania e às desigualdades sociais consiste na análise do planejamento, implementação e avaliação das estratégias que visam superar os preconceitos e promover a igualdade e inclusão social. A efetivação da cidadania tem como base o reconhecimento da sociedade como plural e diversa. Esta visão complementa as teorias democráticas tradicionais e amplia as possibilidades de viabilizar meios para a inclusão efetiva das demandas e de seus componentes. (COACCI, 2015).

A competência em informação é um dos componentes de emancipação cognitiva do ser humano. Hoje, e, considerando a vulnerabilidade social, a predisposição de localizar informações, assimilá-las e incorporá-las como conhecimento adquirido, seja em âmbito profissional e/ou pessoal tem valor inestimável. A compreensão das diferenças sociais é um dos desafios da sociedade, em esfera global. Em determinados locais do mundo, pessoas morrem de fome e de doenças, enquanto em outros locais as pessoas adoecem por excesso de comida. Apesar das facilidades e amplitude que as TIC trouxeram, houve também “desequilíbrio e exclusão, construindo um conhecimento novo, que vem para despertar em cada um a busca pela mudança”. (BARI, 2010, p. 349).

Sob este foco, a contemporaneidade apresenta um desafio mais amplo para a Ciência da Informação: se em princípio, a preocupação era voltada ao desenvolvimento de ferramentas e meios para a recuperação da informação nos suportes disponíveis de conhecimento, atualmente há a necessidade de educar as pessoas, pois estas têm o direito de usufruir do conhecimento constituído pela humanidade e sistematizado pelas áreas em questão. O conceito e a aplicabilidade da competência em informação se tornam gradativamente interdisciplinares, ocorrendo uma junção de teorias, desde o campo da educação até outros campos da ciência. (BARI, 2010).

No quesito educação, a competência em informação está diretamente relacionada ao aprender a aprender e ao senso crítico: é o agrupamento da noção e conhecimentos essenciais para se discernir quando a informação é necessária para solucionar um problema ou para a tomada de decisão, tanto quanto unir esta informação exata em terminologias e vocabulário pesquisáveis, para que, na sequência, seja possível localizar as informações de forma eficaz, recuperar, compreender, estruturar e avaliar sua pertinência e compartilhar com outras pessoas. (HORTON JR., 2008). E mais: a pessoa competente em informação sabe a maneira de se beneficiar dos conhecimentos existentes para compreendê-los e integrá-los em seus próprios conhecimentos (LAU, 2007). Nesta confluência, estamos nos referindo não a uma *mera* competência, mas a uma metacompetência (*metaliteracy*), revestida de dimensões e de características que a tornam fundamental na sociedade.

Portanto, é necessário que os cidadãos compreendam como a informação e os conteúdos podem ser acessados, como esses conteúdos se originam, como são criados, financiados, protegidos, avaliados e compartilhados. Esses mesmos cidadãos precisam conhecer as funções, os papéis, os direitos e obrigações das instituições de informação e mídia na sociedade, as potenciais oportunidades, desafios e o potencial abuso recorrente com populações minoritárias específicas, como idosos ou mulheres – e/ou qualquer pessoa em geral (UNESCO, 2013).

Dentro deste entendimento, o *Manifesto de Florianópolis sobre a Competência em Informação e as populações vulneráveis e minorias* foi proposto no XV CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XV CBBBD) justamente nesse contexto, ao apontar tal competência como fator crítico e inerente ao desenvolvimento social, cultural e econômico em território brasileiro na contemporaneidade, merecendo atenção especial no concernente à mobilização da sociedade civil e dos órgãos governamentais para a sua inclusão às ações de democracia e exercício pleno da cidadania (MANIFESTO..., 2013).

Acredita-se que o país necessita imediatamente reavaliar suas políticas direcionadas às populações vulneráveis/minorias, compreendidas como aqueles que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, especialmente no

que tange às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia com fins em sua efetiva inclusão social (MANIFESTO..., 2013).

A competência em informação, sem embargo, deve ser assimilada como um direito fundamental da pessoa humana, intrínseco ao seu próprio ser e vital à sua sobrevivência. É preciso criar discussões, ações e programas/iniciativas que validem essas afirmações, inserindo a referida competência neste cenário, de modo a suscitar efetividade em prol da consciência e dos direitos cidadãos (MANIFESTO..., 2013).

Por conseguinte, se pensarmos que a cidadania é também uma construção educacional/contínua e nessa construção o acesso à informação e ao saber são instrumentos de crescimento econômicos e sociais (DEMO, 1996), podemos vincular a relevância das diversas profissões atreladas à educação, o papel destas para a cidadania, e nesta perspectiva, insere-se a missão real da CI como necessária para os grupos vulneráveis/minorias, enfatizando aqui as pessoas trans.

No contexto brasileiro, e se tratando em específico da competência em informação, ainda existem poucos estudos sobre o desenvolvimento dessa competência voltada às pessoas trans e à população LGBT+. Para Belluzzo (2018), as temáticas “Competência em informação e Inclusão social e digital”, “Competência em informação e Cidadania e aprendizado ao longo da vida” e “Competência em informação e Diferentes grupos/comunidades” demonstram a preocupação – ainda que embrionária – com focos de atenção considerados basilares e que envolvem as principais linhas de ação da competência e informação.

No entanto, mereciam maior interesse da área/profissionais, uma vez que apresentam uma trajetória histórica que possibilitou constatar que a noção de competência em informação sofreu alterações ao longo do tempo, em conformidade com as questões sociais. As possibilidades de aplicação da competência em informação não devem se restringir a programas de ensino, tampouco em atividades e espaços profissionais; é preciso perpassar a visão de simples elaboração de material instrucional e de apoio ao manuseio das tecnologias para a aprendizagem; pressupõe focalizar em abordagens sociais (inclusão, cidadania e inclusão digital), principalmente, em países em desenvolvimento como o Brasil (BELLUZZO, 2018).

Quanto às produções acadêmicas/programas brasileiros, tais temáticas ainda são igualmente irrisórias conforme Belluzzo (2018) infere. Por conseguinte, essa lacuna assegura a necessidade de maiores estudos e pesquisas que possam consolidar as referidas áreas no contexto brasileiro, visto a influência no acesso e uso da informação mediante mídias e tecnologias inovadoras.

Os impactos e benefícios tecnológicos na vida contemporânea são incontestáveis; porém, é sabido que grande parte da população ainda se encontra à margem da utilização consciente e plena desses recursos, necessitando de mediação adequada devido à complexidade das novas habilidades e a

necessidade da existência de políticas públicas que possam garantir a informação para todas as pessoas (BELLUZO, 2018).

Apesar disso, e paulatinamente, alguns esforços foram empreendidos: um deles é o projeto de extensão já concluído em 2018 e intitulado “Competência em informação da população LGBTQ+, por meio das dimensões técnica, estética ética e política”. Oriundo a partir das lacunas encontradas para a feição desta pesquisa, o projeto é coordenado pela professora Elizete Vieira Vitorino (líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação – GPCIn) com a participação de um doutorando e dois graduandos (um homem cis *gay* e uma mulher trans).

O referido projeto foi aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2017 e a execução se deu durante o ano de 2018 em parceria com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH). Dentre os feitos do Projeto, ressaltam-se:

- 1) Implementação do Observatório LGBTQ+ no site do GPCIn, criado em parceria com os alunos das disciplinas CIN7508 – Fontes de Informação especializadas e CIN 7306 – Competência em Informação, nos semestres 2018-1 e 2018-2. Atualmente, o observatório encontra-se disponível no menu à direita no *site*¹.
- 2) Divulgação do projeto no catálogo de extensão 2018 da UFSC.
- 3) Elaboração e apresentação oral de artigo no Congresso Brasileiro de Extensão (CBEU 2018), intitulado “COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTQ+ DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, SC, POR MEIO DAS DIMENSÕES TÉCNICA, ESTÉTICA, ÉTICA E POLÍTICA” (VITORINO; RIGHETTO; MOREIRA; MARTINS, 2018). com autoria de Elizete Vieira Vitorino; Guilherme Goulart Righetto; Renata Moreira e Yuri Dutra Martins².
- 4) Oficina ministrada no Painel de Biblioteconomia em Santa Catarina 2018, com o título: Competência em Informação e Minorias Sociais: necessidades e fontes de informação, ministrantes: Elizete Vieira Vitorino, Dra., e Guilherme Goulart Righetto, Mestre. Neste mesmo evento foi apresentado o artigo “Possíveis fontes de informações voltadas para o público LGBTQ+”, elaborado pelos discentes do curso de Biblioteconomia da UFSC Hugo Victor da Silva Patrick e Steffen Esnarriaga dos Santos, sob a orientação da Profa. Elizete Vitorino³.
- 5) Oficina ministrada na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC (SEPEX 2018), com o título “Competência em informação no contexto social: corporeidades, subjetividades e

¹ Disponível em: <https://gpcin.ufsc.br/projeto-de-extensao-em-andamento/>.

² Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1oczwphj2tqFbXdVi9exVgP8UcXAEz_ZF/view.

³ Disponível em: https://442b6224-adcc-47f2-80e9-7aa9f6ee3160.filesusr.com/ugd/631f6e_22bfc938c2b74ea3990f03fd312a42c9.pdf.

cidadania”, ministrada por Elizete Vieira Vitorino e Guilherme Goulart Righetto e com o apoio dos bolsistas Renata Moreira e Yuri Dutra Martins.

- 6) Publicação da obra intitulada “#TRANSliteracy: competência em informação voltada às pessoas trans*” (RIGHETTO; VITORINO, 2019a) e de outras pesquisas sobre a competência em informação voltada às pessoas trans (RIGHETTO; CUNHA; VITORINO, 2019; RIGHETTO; VITORINO, 2017; 2018; 2019b).

Cabe destacar que o viés do projeto buscou desenvolver a competência em informação da população LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros e demais identidades) da Grande Florianópolis, por meio das dimensões técnica, estética, ética e política e, em específico, (a) identificar as necessidades de informação da população LGBTQI+ com vínculo na ADEH; (b) compilar fontes de informação, com foco nas necessidades de informação da população LGBTQI+ com vínculo na ADEH; (c) realizar oficinas sobre o uso das fontes de informação selecionadas para a população LGBTQI+ com vínculo na ADEH, com base nas dimensões técnica, estética ética e política e, (d) analisar a competência em informação desenvolvida da população LGBTQI+ com vínculo na ADEH, com base no modelo de *Information Search Process* (ISP) de Carol Kuhlthau.

Se vislumbra que a tríade ensino-pesquisa-extensão se debruça na efetivação da cidadania: o reconhecimento da sociedade como plural e diversa, estendendo as teorias democráticas tradicionais e possibilidades de viabilizar meios para a inclusão social. Destarte, a aprendizagem ao longo da vida, pressuposto básico da competência em informação, se manifesta como continuidade nas redes de apoio às minorias (COACCI, 2015).

O fator propulsor desta proposta é visível: a competência em informação na sociedade é uma realidade, porém não é igualitária. Ser competente em informação implica em ser potencialmente capaz e independente para realizar escolhas simples ou complexas, a partir de necessidades de informação que, se identificadas, podem promover a cidadania e efetivar a sociedade democrática às populações vulneráveis. Além disso, o acesso e uso da informação são fundamentais na efetivação das liberdades humanas e na contribuição para os vários pilares do desenvolvimento humano, principalmente quanto à emancipação das pessoas (DÜRMAIER, 2009).

Acredita-se que um dos grandes desafios da sociedade é o aprofundamento das desigualdades sociais em relação ao acesso e uso da informação, e isso requer a intervenção em níveis locais e globais porque a informação deixa de ser apenas um estoque e passa a ser um problema social e a ter valor como geradora de conhecimento (BELLUZZO, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que “portas devem ser abertas” para o desenvolvimento da competência em informação nas pessoas em situação de vulnerabilidade social. Destarte, torna-se necessária a ampliação de estudos empíricos sobre as temáticas abordadas, em conjunto, considerado um dos desafios parcialmente vencidos nesta obra. A necessidade de estudos na área se dá, sobretudo, pela ausência de diálogos/pesquisas científicas que unam as referidas temáticas.

A expressão de Belluzzo (2014) contesta a premissa: a ascensão e a importância da competência em informação para o Brasil nos últimos anos indicam fortemente a necessidade de compartilhamento de experiências e vivências aplicáveis à realidade brasileira, em detrimento aos desafios que exigem e implicam na redução das iniquidades sociais e desigualdades regionais, relativo principalmente às políticas de acesso e uso da informação para o exercício da cidadania e o aprendizado ao longo da vida.

No contexto de vulnerabilidades sociais das pessoas trans, o desenvolvimento da competência em informação deve ser tratada de maneira mais aprofundada, considerando a diversidade e as especificidades da demanda social, tanto internas quanto as coletivas, além da interdisciplinaridade empírica e consistente, que faça a informação e as habilidades que tornam o ser competente em informação ser contemplada para aqueles que mais a necessitam.

Assim sendo, a criação de declarações, manifestos ou formas outras de solidariedade de nada valem se não há efetivamente a aderência em campo e a interdisciplinaridade prática da área/profissional. Nesse sentido, a reflexão sobre a missão da CI na pós-modernidade como uma ciência social e pós-moderna em prol aos socialmente vulneráveis torna-se vital para a significação da área em si. Logo, entende-se que é fundamental a proatividade e a empatia como virtudes basilares para se fazer a real inclusão social/digital, ou seja, uma força motriz com capacidade para modificar e readequar a sociedade para se chegar ao protagonismo social – da ciência, do cientista, do profissional e da sociedade, incluindo fatores como o empoderamento, a liberdade e a emancipação – e alcançar as demandas reais e potenciais.

Portanto, cabe a nós, profissionais, pesquisadores ou equivalentes – *peessoas, antes de tudo!* – quais condutas comportamentais e profissionais adotar, no intuito de amenizar a falta de informação e as barreiras construídas pelo preconceito e opressão existentes. É importante ressaltar também que as pessoas trans (I) têm particularidades mais densas em relação ao restante da população LGBTQI+, e por isso, precisam de apoio incondicional e irrestrito.

Por fim, se aponta que é imprescindível a adesão de práticas profissionais voltadas ao uso consciente, concreto e competente da informação às minorias/populações vulneráveis e aos que corroboram com esta situação de estigma, preconceito e segregação social. O uso da informação é uma prática social, e a competência (do uso) em informação só faz sentido quando se destina aos interesses que

orientam o fazer empírico, os fenômenos que a movem e a reação pelas ações aderidas para a sociedade. Ademais, não existe cidadania competente em informação sem a participação, a igualdade e a liberdade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS), 2001.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Illinois (EUA): ALA, 2000. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org/acrl/files/content/standards/standards.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 22, n.1, p. 145-159, 2012.

BARI, Valéria Aparecida. A relação entre a inclusão social na Universidade Brasileira e o desenvolvimento da Competência Informacional: implicações no campo teórico da Ciência da Informação e na prática de seus agentes sociais. In: XI ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2010.

BAYLÃO, Raul Di Sergi. Um conceito operacional de minorias. **Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, Brasília, v. 17, n. 9, p. 209-233, jan./jun. 2001.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O conhecimento, as redes e a competência em Informação (CoInfo) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação conceitual. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, Número Especial, p. 48-63, out. 2014.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **A competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. 215 p.

BRUCE, Christine Susan. **Information literacy as a catalyst for educational change: A Background Paper**. Paper commissioned for UNESCO, 2002.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CENDÓN, Beatriz Valadares; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira. Programas de Formação de Usuários para o Desenvolvimento de Competências Informacionais. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 17, 2012, Gramado, RS. **Anais...**, Gramado, 2012.

COACCI, Thiago. DO HOMOSSEXUALISMO À HOMOAFETIVIDADE: DISCURSOS JUDICIAIS BRASILEIROS SOBRE HOMOSSEXUALIDADES, 1989-2012. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 21, p. 53-84, dez. 2015.

CORREA, Carolina Salomão; SOUZA, Solange Jobim e. Violência e vulnerabilidades: os jovens e as notícias de jornal. **Fractal**, Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 461-486, dez. 2011.

COSTA, Leticia Graziela; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social**. In: LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; KOLLER, Sílvia Helena (Eds.), *Adolescência e juventude: Risco e proteção na realidade brasileira* (p. 219-263). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 176p.

DUCLOS, Jean-Yves. **Vulnerability and poverty: a few distinctions**. 2002. Disponível em: <https://www.pep-net.org/sites/pep-net.org/files/typo3doc/pdf/I-vulnerability-poverty-duclos.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

DUDZIAK, Elizabeth A. Os faróis da Sociedade de Informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 41-52, maio/ ago. 2008.

DÜRMAIER, Ana Thereza de Miranda Cordeiro. Do conceito e da medida da pobreza de informação e comunicação. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 19, n. 3, p. 133-143, 2009.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. **Investig. Bibl.**, v. 31, n. 73, p. 91-110, dez. 2017.

GARRAFA, Volnei. Inclusão social no contexto político da bioética. **Rev. Bras. Bioética**, v. 1, n. 2, p. 122-132, 2005.

GONZALEZ, Leonise Verzoni. **COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E EDUCAÇÃO DE USUÁRIOS: um estudo com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAP/UFRGS)**. In: *Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias*, 17, 2012, Gramado, RS. **Anais...** Porto Alegre, 2012.

HORTON JR., Forest Woody. **Understanding information literacy: a primer**. Paris: UNESCO, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Texto para discussão**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2364b.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

JOHNSTON, Bill; WEBBER, Sheila. As we may think: information literacy as a discipline for the information age. **Research Strategies**, v. 20, n. 3, p. 108-121, 2006.

LAU, Jesús. **Diretrizes sobre desenvolvimento de habilidades em informação para a aprendizagem permanente**. Boca Del Rio: IFLA, 2007. Tradução para o português por Regina Célia Baptista Belluzzo, jul. 2008. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/ifla-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MELERO, Maria Beatriz. **Metade dos brasileiros não sabem o que significa ser trans, diz pesquisa**. Revista Cláudia, 2 jun. 2018. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/metade-brasileiros-nao-sabem-transgenero-aponta-pesquisa/>. Acesso em: 19 maio 2020.

MANIFESTO de Florianópolis sobre a competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 25., **Anais...** Florianópolis: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. 2013.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS DO MERCOSUL, 3., 2011, Pelotas. **Anais...** Pelotas, SEPOME, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes**. Brasília: UNESCO, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Media and Information Literacy: Policy and Strategy Guidelines**. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225606>. Acesso em: 19 maio 2020.

OTTONICAR, Selma Letícia Capinzaiki; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim; FERES, Glória Georges. Competência em informação e os contextos educacional, tecnológico, político e organizacional. **Revista IberoAmericana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 124-142, out. 2015.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. **Inserção ecológica no espaço da rua**. In: KOLLER, Silvia Helena (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (p.123-154). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

PROWSE, Martin. **Towards a clearer understanding of 'vulnerability' in relation to chronic poverty**. Oxford: University of Manchester, 2003. (CPRC Working Paper, n. 24).

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação das pessoas trans: em busca de narrativas. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB), 2017, Marília - SP. **Anais do XVIII ENANCIB**, 2017.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação de minorias sociais: pessoas trans da região de Florianópolis, Santa Catarina. In: XIX Encontro nacional de pesquisa em Ciência da Informação, 2018, Londrina. **Anais do XIX ENANCIB**, 2018. p. 1577-1592.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. **#TRANSliteracy: competência em informação voltada às pessoas trans***. 1. ed. Pimenta Cultural, 2019a. 253p. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/transliteracy>. Acesso em: 19 maio 2020.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. The 'meeting' of information literacy with the trans people narratives. **Informação & Sociedade: estudos**, v. 29, p. 109-128, 2019b.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da; VITORINO, Elizete Vieira. O papel social do bibliotecário voltado às pessoas trans: aproximações teóricas. **Em questão**, v. 25, p. 212-238, 2019.

SANTOS, Camila Araújo dos. **Competência em Informação na formação básica dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica**. 2017. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita - Campus de Marília, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_ca_do.pdf. Acesso em: 14 maio 2019.

SUESS, Aimar. **Análisis del panorama discursivo al redor de la despatologização trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales**. In: MISSÉ, Miquel; COLLPLANAS, Gerard (ed.). *El género desordenado— críticas en torno a la patologización de la transexualidad*. Barcelona, Madrid: EGALES, 2010.

WERSIG, Gernot; NEVELING, Ulrich. The phenomena of interest to information science. **The information scientist**, v. 9, n. 4, 1975.

VERDADE, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: MAL DE ARQUIVO E ACERVOS LGBTI+ COMO TECNOLOGIAS DE SI

Humberto da Cunha Alves de SOUZA¹

Luiz Ernesto MERKLE²

Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade,
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (PPGTE/UTFPR)

RESUMO: Este artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento em Tecnologia e Sociedade, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que aborda a questão dos acervos LGBTI+ como tecnologias de si e sua relação com a produção da memória LGBTI+. O referencial teórico utilizado nas reflexões sobre verdade, memória e esquecimento é a noção de Mal de Arquivo (DERRIDA, 2001); a concepção de tecnologia é a dos Estudos CTS (BAZZO *et al.*, 2003; FEENBERG, 1992, 2009; HARAWAY, 2009); e na defesa dos acervos como tecnologias se baseia na noção de Tecnologias de Si (FOUCAULT, 2004b). Defendemos que os acervos LGBTI+ sejam compreendidos como tecnologias de si e propomos uma reflexão crítica sobre as práticas de arquivamento e produção da memória LGBTI+ e os efeitos que elas produzem. Para tanto, comentamos dois casos concretos envolvendo acontecimentos a serem registrados no acervo do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC).

PALAVRAS-CHAVE: Mal de arquivo. Tecnologias de Si. Acervos LGBTI+. Estudos CTS.

VERDAD, MEMORIA Y OLVIDO: MAL DE ARCHIVO Y COLECCIONES LGBTI+ COMO TECNOLOGÍAS DE SÍ

RESUMEN: Este artículo es un fragmento de una investigación doctoral en curso en Tecnología y Sociedad, en la Universidad Tecnológica Federal de Paraná, que aborda el tema de las colecciones LGBTI+ como tecnologías de sí y su relación con la producción de memoria LGBTI+. El marco teórico utilizado en las reflexiones sobre la verdad, la memoria y el olvido es la noción de Mal de Archivo (DERRIDA, 2001); la concepción de la tecnología desde los Estudios CTS (BAZZO *et al.*, 2003; FEENBERG, 1992, 2009; HARAWAY, 2009); y la defensa de las colecciones como tecnologías se basa en la noción de Tecnologías de Sí (FOUCAULT, 2004b). Defendemos que las colecciones LGBTI+ se entiendan como tecnologías de sí y proponemos una reflexión crítica sobre las prácticas de archivar y producción de memoria LGBTI+ y los efectos que producen. Con este fin, comentamos dos casos específicos acerca de eventos que se registrarán en el Centro de Documentación Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC).

PALABRAS-CLAVE: Mal de Archivo. Tecnologías de Sí. Colecciones LGBTI+. Estudios CTS.

¹ Doutorando em Tecnologia e Sociedade, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Mestre em Comunicação, pela Universidade Federal do Paraná (2015). Coordenador voluntário do Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC). E-mail: hu.souza@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutor em Ciência da Computação pela Western University (UWO). Professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) e do Departamento Acadêmico de Informática (DAINF) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: merkle@utfpr.edu.br.

VERDADE, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: MAL DE ARQUIVO E ACERVOS LGBTI+ COMO TECNOLOGIAS DE SI

INTRODUÇÃO

Levanta-se então infinita, fora de proporção, sempre em curso, em “mal de arquivo”, a espera sem horizonte acessível, a impaciência absoluta de um desejo de memória
(Jacques Derrida)

Iniciativas exclusivamente destinadas à preservação da memória de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneras, transexuais, intersexo e de outras identidades de gênero e orientações sexuais (LGBTI+) começam a surgir no Brasil a partir do ano de 2007. Uma notícia do Ministério da Cultura replicada em diversos sites naquele ano³ aponta o Centro de Documentação Prof. Doutor Luiz Mott (CEDOC), do Grupo Dignidade⁴, hoje administrado pelo Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX)⁵, como o primeiro centro do país exclusivamente dedicado ao tema. Iniciativas como esta são celebradas como espaços de preservação da memória da população LGBTI+.

Desde os gregos a relação entre memória e esquecimento nos ocupa. Com medo do esquecimento e por desejo de ser lembrado em sua glória que Zeus, na cena da mitologia grega, deita-se com Mnemosine, a titânide da memória, e desta união nascem as musas, responsáveis por inspirar as diversas formas do pensamento e por cantar e contar a glória de Zeus na guerra contra os Titãs, a chamada Titanomaquia. O esquecimento que provoca medo em Zeus, o Deus do Olimpo, evoca a preservação da memória, um modo de permanecer imortal nas canções das musas. Existe, portanto, uma complexa relação entre verdade, memória e esquecimento. As diversas iniciativas como o CEDOC, enquanto lugares destinados a reunir a memória da comunidade LGBTI+, produzida por elas ou sobre elas, evocam esta complexa relação. Assim como as canções que as musas cantavam sobre a glória de Zeus, estes espaços pretendem reunir estas memórias por vezes como uma verdade esquecida desta comunidade e contá-las num gesto que representa a busca pelo reconhecimento deste *outro*, discriminado e excluído.

Assim, com base nas reflexões teóricas de Jacques Derrida (2001) e Michel Foucault (2004b), pretendemos abordar esta complexa relação entre verdade, memória e esquecimento e caracterizar estas

³ Cf. <<https://www.ufmg.br/online/arquivos/015514.shtml>>.

⁴ O Grupo Dignidade é uma organização não governamental de Curitiba, fundada em 1992. Foi pioneira no estado do Paraná na luta pelos direitos da população LGBTI+ e a primeira organização LGBTI+ no país a receber o Título de Utilidade Pública Federal por decreto da Presidência da República, em maio de 1997. Cf. <<https://www.grupodignidade.org.br/>>.

⁵ O IBDSEX é uma organização não governamental de Curitiba, fundada em 2010 a partir do Grupo Dignidade, e tem como foco a pesquisa e formação em diversidade sexual e de gênero. Cf. <<https://www.ibdsex.org.br/>>.

iniciativas como o CEDOC enquanto tecnologias de si. No próximo tópico exploramos as noções de verdade, memória e esquecimento a partir das reflexões sobre o mal de arquivo, de Derrida. Em seguida, caracterizaremos os acervos LGBTI+⁶, representados aqui pelo CEDOC, como “tecnologias de si” seguindo o conceito foucaultiano.

VERDADE, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: MAL DE ARQUIVO

Como dissemos anteriormente, acervos LGBTI+ são celebrados como iniciativas que preservam a memória desta respectiva comunidade. Todavia, ao selecionar, coletar, preservar, organizar e/ou disponibilizar documentos, mais que somente preservar uma memória – e especialmente se esta memória estiver sendo compreendida como **uma verdade** sobre esta comunidade –, um acervo funciona como um lugar de significação, de produção dos sentidos que alega somente preservar e/ou representar.

Isto, claro, não é o mesmo que dizer que as pessoas LGBTI+ não passaram pelas situações de violência e preconceito que os documentos produzidos e preservados nos acervos pretendem mostrar. Trata-se de reconhecer que um acervo LGBTI+ produz aquilo que alega preservar porque a atividade mesma de gerir documentos é uma ação política atravessada por crenças e valores. Existe, portanto, uma relação dual e complementar entre verdade e poder e, como veremos, entre memória e esquecimento.

Em um evento intitulado *Memory: The question of archives*, o filósofo franco-argelino Jacques Derrida (2001) apresentou um ensaio, intitulado e publicado posteriormente com o título “Mal de arquivo: uma impressão freudiana”, onde reflete sobre esta relação entre verdade, memória e esquecimento nos/dos arquivos. Para o psiquiatra brasileiro Joel Birman (2008, p. 106), “a intenção teórica de Derrida foi a de colocar em questão o conceito de arquivo, que é fundamental como se sabe, no campo da *história*, com base no que foi enunciado na psicanálise com os conceitos de inconsciente [...] e de pulsão de morte”. A nossa intenção, aqui, é emprestar tais reflexões de Derrida, especialmente das noções que ele elabora sobre mal de arquivo, verdade, memória e esquecimento, para pensá-las no caso dos acervos LGBTI+ e, somente por esta razão, as palavras “arquivos” e “acervos” serão ambas usadas no texto.

Derrida inicia retomando o duplo sentido na etimologia da palavra *arkhê*, que remete à *arquivo*, como **começo** e **comando**, isto é, como lugar da memória, mas também do poder. Diz ele:

Arkê, lembremos, designa ao mesmo tempo o *começo* e o *comando*. Este nome coordena aparentemente dois princípios em um: o princípio da natureza ou da história, *ali onde* as coisas *começam* – princípio físico, histórico ou ontológico –, mas também o princípio da lei *ali onde* os homens e os deuses *comandam*, *ali onde* se exerce a autoridade, a ordem social,

⁶ Agradecemos a Patrícia Teixeira, que é da biblioteconomia, e que nos fez uma pertinente provocação sobre o uso que fazemos de “acervos” no lugar de “bibliotecas LGBTI+”, que seria uma terminologia mais adequada. Consignamos aqui seu atencioso comentário, no entanto, optamos por seguir com “acervos LGBTI+”, pois com esta expressão queremos nos referir às iniciativas exclusivas de registro, preservação e recuperação das memórias LGBTI+.

nesse lugar a partir do qual a *ordem* é dada – princípio nomológico (DERRIDA, 2001, p. 11).

Enquanto lugar de memória, um arquivo não pode ser encarado apenas como o lugar de depósito de verdades, estas “ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são” como diria Nietzsche (2007, p. 37). Ele é, ainda, um lugar onde se exerce um poder, o poder do arconte, daquele que arquiva, o poder de arquivar. Arconte também tem raiz na palavra *arkhê* e designava os magistrados superiores que comandavam os espaços em que eram depositados os documentos oficiais. Além da gestão destes documentos e espaços, os arcontes também eram os responsáveis pela interpretação dos documentos. O exercício deste poder hermenêutico é, também, o que constitui o arquivo em sua etimologia para Derrida. A dualidade revelada pela raiz da palavra nos lembra que um arquivo não apenas é um espaço de depósito e guarda de documentos de um país, grupo ou pessoa, mas um lugar onde um poder é exercido, o poder do arquivista, que é guardião mas também aquele que atribui sentido a estes documentos. Com efeito, a ideia de arquivo remete à ideia de políticas de arquivo.

É outra maneira de dizer que o arquivo, como impressão, escritura, **prótese ou técnica hipomnésica em geral**, não é somente o local de estocagem e de conservação de um conteúdo arquivável *passado*, que existiria de qualquer jeito e de tal maneira que, sem o arquivo, acreditaríamos ainda que aquilo aconteceu ou teria acontecido. Não, a estrutura técnica do arquivo *arquivante* determina também a estrutura do conteúdo *arquivável* em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados de informação (DERRIDA, 2001, p. 28–29, negrito nosso).

Isto é, seria ingenuidade nossa pensar que um acervo LGBTI+ apenas preserva uma memória das pessoas ou comunidade – especialmente se com este desejo de memória estivermos reiterando um desejo de verdade, um desejo de lembrar as pessoas LGBTI+, suas histórias, dores e glórias enquanto uma verdade sobre estas pessoas e/ou comunidade. As escolhas que atravessam a própria ação de arquivar e a estrutura técnica e tecnológica de um arquivo (e de um acervo LGBTI+) tornam este arquivo um lugar de exercício de poder, um **arquivo arquivante**, como na expressão de Derrida. O arquivo produz a memória que diz somente preservar ou lembrar e, porque está constituído desta relação dual entre começo e comando, verdade e poder, está sujeito ao próprio esquecimento, à própria ruína – o que Derrida chamou de **mal de arquivo**.

A perturbação do arquivo deriva de um mal de arquivo. Estamos com mal de arquivo (*en mal d'archive*). Escutando o idioma francês e nele, o atributo “*en mal de*”, estar *com mal de arquivo*, pode significar outra coisa que não sofrer de um mal, de uma perturbação ou disso que o nome “mal” poderia nomear. É arder de paixão. É não ter sossego, é incessantemente, interminavelmente procurar o arquivo onde ele se esconde. É correr atrás dele ali onde, mesmo se há bastante, alguma coisa nele se anarquiza. É dirigir-se a ele com um desejo compulsivo, repetitivo e nostálgico, um desejo irreprímível de retorno

à origem, uma dor da pátria, uma saudade de casa, uma nostalgia do retorno ao lugar mais arcaico do começo absoluto. Nenhum desejo, nenhuma paixão, nenhuma pulsão, nenhuma compulsão, nem compulsão de repetição, nenhum “mal-de”, nenhuma febre, surgirá para aquele que, de um modo ou outro, não está já com mal de arquivo (DERRIDA, 2001, p. 118–119).

“Mal de arquivo” não é um mal em si, mas algo constitutivo de todo arquivo. Uma relação entre desejo de verdade, desejo de memória e ameaça de esquecimento. Todas desde sempre já ali presentes, ali onde se arquiva. Esta ameaça de esquecimento não é algo que se apresenta externamente ao arquivo, não vem de fora para perturbá-lo. Ao contrário, é sua própria condição de constituição e existência. Como coloca Derrida, estar com mal de arquivo é “arder de paixão”, é dirigir-se ao arquivo (e a qualquer acervo LGBTI+ evidentemente) com um “desejo compulsivo [...] de retorno à origem”, uma “nostalgia do retorno ao lugar [...] do começo absoluto”. Uma “saudade de casa”. Digamos de outra forma: um desejo por um lugar de verdades.

Este desejo compulsivo, esta paixão, esta febre, este “mal de” é a própria possibilidade de um arquivo. Mas é, igualmente, sua impossibilidade – nós criamos arquivos e acervos porque queremos lembrar de algo ou alguém. Com efeito, o arquivo não pode ser sem seu exterior, sem seu excesso, isto é, sem aquilo que pode ficar de fora, ocultado, excluído ou silenciado; sem os signos que precisam ser esquecidos pelo poder do arquivista para a produção das memórias a serem preservadas e lembradas posteriormente. É por isso que “o arquivo trabalha sempre *a priori* contra si mesmo” (DERRIDA, 2001, p. 23). O arquivamento não é feito sem o exercício deste poder do arquivista que carrega em sua própria ação a possibilidades dos esquecimentos. “O arquivista produz o arquivo, e é por isso que o arquivo não se fecha jamais. Abre-se a partir do futuro” (DERRIDA, 2001, p. 88) – a falta não somente está desde sempre já presente como é uma força contínua na constituição de um arquivo ou acervo.

A possibilidade de esquecimento é uma possibilidade da memória em si mesma – só é possível lembrar do que outrora esquecemos, do passado como um tempo já esquecido. Com efeito, o arquivo será, no futuro, a possibilidade de uma memória do presente que anseia pelo esquecimento. Sem a capacidade de esquecermos hoje não haverá arquivo ou acervo amanhã. Por esta razão ele não diz somente do passado, mas do futuro, como colocou Derrida. Porque o que queremos relembrar – aquilo que podemos esquecer – está desde sempre sendo escolhido, selecionado, interpretado pelo poder do arquivista bem como pelas estruturas técnicas e tecnológicas do arquivo arquivante. Revisando esta reflexão de Derrida, Birman afirma que,

Nada seria mais enganoso, até mesmo ilusório e ingênuo, do que acreditar que o arquivo seria constituído por uma massa documental fixa e congelada, tendo no registro do passado a sua única referência temporal, sem que os registros do presente e do futuro estejam efetivamente operantes no processo de arquivamento. Esse engano e essa ilusão querem fazer crer que o arquivo seja constituído por documentos patentes, isto é, tudo

aquilo que de fato ocorreu de importante no passado estaria efetivamente arquivado sem *rasuras* e sem *lacunas*, ou seja, sem que estivesse em pauta qualquer *esquecimento* (BIRMAN, 2008, p. 109–110).

O futuro tem o estranho poder de operar nos arquivos e acervos justamente ali onde suas memórias se estabeleceram como verdades a serem preservadas e lembradas. No lugar dos “fatos” do mundo temos, então, uma disputa de sentidos que permanece por toda a existência de um acervo, que nunca se encerra, nem mesmo quando um documento é arquivado – isto é, quando uma interpretação definitiva sobre ele é produzida (Que diz o documento? De quem fala? Qual fato ou acontecimento ele registra? De que ano é?). “Enfim, o mal de arquivo seria necessariamente o outro lado do arquivo, frente e verso de uma mesma superfície de inscrições, onde se realizariam as trocas e as circulações discursivas” (BIRMAN, 2008, p. 118).

“Frente e verso de uma mesma superfície de inscrições”. Todo arquivo, diz Derrida, “é ao mesmo tempo *instituidor* e *conservador*. Revolucionário e tradicional. [...] idiomático, aberto e furtado à tradução, aberto e subtraído à iteração e à reprodutibilidade técnica” (DERRIDA, 2001, p. 17, 118, tradução modificada). O arquivo ou acervo tanto produz o documento (dá a ele uma interpretação, um lugar, significado e sentido) quanto o documento produz o arquivo (a reunião de determinado tipo de documentos rubrica a autoridade do arquivo ou acervo em determinada área do conhecimento, tema, personalidade). Tanto o arquivo/acervo produz poder (poder de oráculo, onde recorremos com desejo ardente de memória e verdade) quanto o poder produz (ou destrói) o arquivo/acervo (quem tem ou não direito à memória, e quem pode ou não acessar seus recursos). Porque estão abertos ao futuro, os acervos são, a um só tempo, possibilidade e destruição da memória LGBTI+. Depositada em um acervo, a memória é uma possibilidade de sentido tanto quanto é seu avesso, o esquecimento, forjado no mesmo molde da memória. A suposta “verdade” é nada mais que uma ficção. Os acervos produzem estes sentidos de origem, verdade e memória que alegam somente preservar. Seus “sistemas instauram enunciados como acontecimentos”, como disse Michel Foucault (2008, p. 146). Esta produção atinge um *status* temporário ao dizer-se a morada da verdade e memória dos acontecimentos, todavia, este *status* é efeito do próprio ato de dizer-se enquanto tal. Os acervos são *performativos* (AUSTIN, 1975; BUTLER, 1997, 2009, 2015).

Disto podemos oferecer um exemplo: na cerimônia de instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em maio de 2012, a então Presidente da República Dilma Rousseff disse: “o Brasil merece **a verdade**” (BRASIL..., 2012). Recentemente, em julho de 2019, dias depois da publicação do atestado de óbito de Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, pai do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, com a causa da morte declarada como “causada pelo Estado Brasileiro”⁷, a

⁷ Cf.

<https://sei.mdh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=0856912&codigo_c

eficiência dos trabalhos da CNV naquilo que a ex-presidente havia declarado (isto é, em revelar a verdade ao país) foi questionada pelo atual Presidente da República, Jair Bolsonaro. Ao contrário dos documentos apurados pela CNV, Bolsonaro declarou que o assassinato do pai do presidente da OAB fora um “justiçamento de esquerda” e não um assassinato causado pelos agentes da ditadura militar. Ao ser questionado por jornalistas pela declaração, disse: “E você acredita em Comissão da Verdade? Qual foi a composição da comissão da verdade? Foram sete pessoas indicadas por quem? Pela Dilma?”⁸. Deste modo Bolsonaro interpela em seu discurso os documentos revelados, preservados e produzidos pela CNV justamente em seu desejo de memória e verdade atuando como uma pulsão de destruição. O caso ilustra bem o que Birman comentou sobre o futuro atuando constantemente no processo de arquivamento. A fala do atual Presidente da República tem o poder de atuar nestas memórias já instituídas e desestabilizá-las em sua relação com a verdade destes acontecimentos promovendo outra interpretação – pulsão de destruição e esquecimento da memória e verdade.

Por esta razão, é ingenuidade pensar que a memória das pessoas LGBTI+, assim como das pessoas desaparecidas, sejam uma verdade a ser recuperada e preservada em algum lugar ou documento. Importante ressaltar que isto não é o mesmo que negar que, de fato, as pessoas LGBTI+ tenham sido e continuem sendo constantemente perseguidas e excluídas por conta de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Nem que os nomes revelados pela CNV não sejam de pessoas que efetivamente foram brutalmente assassinadas pela ditadura militar. Trata-se apenas de dizer que o desejo de memória no sentido de um desejo de **uma verdade** a ser preservada e revelada em um acervo, precisa ser considerada em suas lacunas, brechas, interpretações outras que ela própria suscita. Não de modo a impedir estas outras interpretações, mas para compreender que outros sentidos e significados estão desde sempre já inscritos na constituição de qualquer memória e acervo. E mais que isso, são sua própria possibilidade e condição de existência. É ingenuidade pensar que uma vez depositada em um acervo, a memória não possa ser ressignificada ou ser alvo das disputas político-partidárias do nosso tempo, inclusive estas feitas por governantes democraticamente eleitos que incitam modos tão antidemocráticos⁹.

Mas é ingenuidade sobretudo pensar no mal de arquivo como um mal em si, como apenas ameaça ou impossibilidade. É ingenuidade pensar que não haja qualquer potência nesta possibilidade de destruição e esquecimento. Como nos ensinou Foucault (2015, p. 104): “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade ao poder”. Eis que, se

[rc=F0E9F5CF&hash_download=fe4fb6a36e8d0c40f660577356a409d30bb6aa6c538d9b03f2890fb88f315950021d0278806b461e2d104050592de39560974af0f64c86731087a518548554c4&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0>.](https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/30/acredita-em-comissao-da-verdade-diz-bolsonaro-ao-falar-sobre-morte-de-pai-de-presidente-da-oab.ghtml)

⁸ Cf. <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/30/acredita-em-comissao-da-verdade-diz-bolsonaro-ao-falar-sobre-morte-de-pai-de-presidente-da-oab.ghtml>>.

⁹ Cf. <<https://brasil.elpais.com/politica/2020-04-19/bolsonaro-endossa-ato-pro-intervencao-militar-e-provoca-reacao-de-maia-stf-e-governadores.html>> e <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-vai-ato-com-aglomeracao-de-manifestantes-pedidos-de-intervencao-militar-24382154>>.

outras narrativas e discursos perturbam um acervo é porque também são uma possibilidade de sua renovação, de novas inscrições – o que é uma possibilidade democrática também e, justamente por isso, os acervos LGBTI+ são políticos.

Uma resignificação exemplar a partir da potência destas lacunas e esquecimentos na narrativa oficial contada sobre a história do Brasil foi feita pela Estação Primeira de Mangueira no carnaval do Rio de 2019. Com o samba-enredo intitulado *História pra Ninar Gente Grande* a campeã verde e rosa nos provocou do começo ao fim do desfile sobre a “história que a história não conta”, “o avesso do mesmo lugar”, a história de “um país que não está no retrato” do “herói emoldurado” que esconde “sangue retinto pisado”¹⁰. Ou como descreveu o carnavalesco Leandro Vieira, “um olhar para a História do Brasil interessado nas páginas ausentes”¹¹.

Outro caso exemplar é a análise de Foucault em um sensível e potente texto intitulado *A Vida dos Homens Infames* (2006), em que o filósofo se debruça sobre fragmentos de textos muito breves sobre vidas atravessadas por sofrimento e violência, cujas existências foram nestes discursos classificadas como loucas, criminosas, monstruosas, pervertidas. Foucault constatou que:

Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder [...] Não tendo sido nada na história, não tendo desempenhado nos acontecimentos ou entre as pessoas importantes nenhum papel apreciável, não tendo deixado em torno deles nenhum vestígio que pudesse ser referido, eles não têm e nunca terão existência senão ao abrigo precário dessas palavras [...] eles não mais existem senão através das poucas palavras terríveis que eram destinadas a torná-los indignos para sempre da memória dos homens. E o acaso quis que fossem essas palavras, essas palavras somente, que subsistissem. Seu retorno agora no real se faz na própria forma segundo a qual os expulsaram do mundo. Inútil buscar neles um outro rosto, ou conjecturar uma outra grandeza; eles não são mais do que aquilo através do que se quis abatê-los: nem mais nem menos. Assim é a infâmia estrita, aquela que, não sendo misturada nem de escândalo ambíguo nem de uma surda admiração, não compõe com nenhuma espécie de glória (FOUCAULT, 2006, p. 207–208, 209, 210).

Assim, é justamente no encontro com o poder que algumas vidas têm a possibilidade de deixarem seus rastros. E ainda que as narrativas oficiais tratem de expulsar estas vidas e esquecê-las de modo intencional ou não, a constituição mesma deste esquecimento é a possibilidade de que elas possam retornar à superfície como outras memórias e narrativas. É exatamente o que faz a Mangueira em seu samba-enredo, se apropriando das “páginas ausentes” para recontar, numa economia entre memória e esquecimento, novos sentidos da história do Brasil. O erro está, evidentemente, em invocar para esta nova

¹⁰ Cf. <<https://youtu.be/JMSBisBYhOE>>.

¹¹ Cf. <<https://globoplay.globo.com/v/7386631/>>.

produção de sentidos o *status* de uma verdade, ou seja, daquilo que outrora consideramos uma faceta do poder hegemônico para discriminar, expulsar e excluir.

Não se trata também de dar a estes rastros qualquer grandiosidade ou espécie de glória, como diz Foucault na citação anterior. Sua potência está justamente no fato de serem rastros de existências outrora consideradas infames, monstruosas e, mais importante, rastros das relações de poder que um dia operaram a expulsão e exclusão destas vidas e que continuam a operar, evidentemente, sob pretextos tão frágeis quanto antes. Rastros de um encontro entre as tecnologias de poder e as tecnologias de si – estas últimas serão exploradas no tópico a seguir.

ACERVOS LGBTI+ COMO TECNOLOGIAS DE SI

O sentido mais original e geral de tecnologia vem da junção das palavras gregas *techné* (técnica ou “saber fazer”) e *logos* (razão ou conhecimento). Seria, assim, o estudo da técnica, a razão do “saber fazer”, a ciência da técnica. Outro sentido, mais utilizado no senso comum, considera tecnologia tudo aquilo que é novo em matéria de aplicação do conhecimento científico. Esta localiza nos artefatos mais recentes e inovadores ou naqueles que contém as maiores capacidades e/ou funcionalidades (como os computadores e smartphones de última geração, para dar um exemplo), o que torna mais evidente a ideia de tecnologia.

Estas noções seguem um determinismo que implica uma perspectiva linear e evolutiva de tecnologia que, entre outras coisas, acredita na fórmula já conhecida de que “quanto mais tecnologia, mais soluções”. Outrossim, quando não é utilizada como um sinônimo de artefatos, isto é, de produto, objeto, aparelho, a tecnologia é às vezes descrita como a aplicação prática do conhecimento para a solução de problemas – daí talvez a ideia equivocada de que quanto mais tecnologia, mais soluções. Esta é, sem dúvida, uma visão determinista de tecnologia e, segundo o filósofo Andrew Feenberg:

O determinismo se baseia na suposição de que as tecnologias têm uma lógica funcional autônoma que pode ser explicada sem se fazer referência à sociedade. Presumivelmente a tecnologia é só social apenas em relação ao propósito ao qual serve, e propósitos estão na mente do observador. A tecnologia se assemelharia assim à ciência e à matemática devido sua intrínseca [sua] independência do mundo social. No entanto, diferentemente, da ciência e da matemática, a tecnologia tem impactos sociais imediatos e poderosos. Poderia parecer que o destino sociedade é, pelo menos, parcialmente dependente de um fator não-social que influencia isto sem, no entanto, sofrer uma influência recíproca. Isto é o que significa “determinismo tecnológico” (FEENBERG, 1992, p. 3).

Nesta perspectiva determinista, a tecnologia assume a ideia de um artefato neutro que pode servir para o bem ou o mal dependendo do uso que for feito dela. Esta perspectiva separa Ciência, Tecnologia e Sociedade, considerando a tecnologia apenas como um aparato, produto ou aplicação de um conjunto de conhecimentos ou técnicas elaborados pela sociedade. Como disse Feenberg na citação anterior, nesta perspectiva a tecnologia causa “impactos sociais imediatos e poderosos” parecendo ser “o destino da

sociedade” como se fosse um “fator não-social que influencia sem, no entanto, sofrer uma influência recíproca”. O que ela evoca, portanto, é uma noção de tecnologia não somente como um mero produto ou fato externo à própria sociedade, mas como um fator de um desenvolvimento linear. Não há retrocessos, disputas, interesses econômicos ou políticos na fórmula “quanto mais tecnologia, mais soluções”, apenas o desenvolvimento tecnológico linear que garantiria um desenvolvimento social para o bem-estar.

Precisamos, no entanto, olhar criticamente para estas proposições. A separação entre ciência, tecnologia e sociedade permitiria, segundo ainda esta perspectiva, tratar a tecnologia como neutra, despida de interesses, crenças, valores, relações de poder ou da política em si mesma, enfim, como um mero produto. Isto, claro, também advém de uma noção igualmente rasa de que o conhecimento científico estaria desprovido destes mesmos infortúnios, portanto, um artefato, objeto ou produto deste conhecimento aplicado, só poderia ser neutro como a própria ciência que o forjou.

Não é nosso propósito explorar o determinismo tecnológico neste trabalho, mas com estes breves parágrafos pretendemos defender que uma perspectiva de tecnologia menos ingênua, mais crítica e que se relacione com as noções de ciência e sociedade faz-se salutar para que uma análise daquele encontro entre tecnologias de poder e tecnologias de si, de que falamos no tópico anterior, seja possível. Uma perspectiva de tecnologia que não desconsidere sua relação intrínseca com a sociedade e que não se engane em pensar que está livre de interesses, crenças, valores e relações de poder. Seguimos neste trabalho a perspectiva dos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). De acordo com Walter Antonio Bazzo *et al.* (2003, p. 81): “Uma das virtudes dos estudos CTS foi colocar enfaticamente a tecnologia como objeto de estudo merecedor de um importante esforço acadêmico”.

Os estudos CTS buscam compreender a dimensão social da ciência e da tecnologia, tanto desde o ponto de vista dos seus antecedentes sociais como de suas consequências sociais e ambientais, ou seja, tanto no que diz respeito aos fatores de natureza social, política ou econômica que modulam a mudança científico-tecnológica, como pelo que concerne às repercussões éticas, ambientais ou culturais dessa mudança (BAZZO *et al.*, 2003, p. 125).

Assim, não se descarta nesta perspectiva aqueles infortúnios que o determinismo finge não existirem. Para os estudos CTS é importante compreender os interesses, as crenças, valores, relações de poder, as políticas de desenvolvimento científico e tecnológico que permitem ou não que tecnologias sejam criadas, disponibilizadas, compartilhadas e utilizadas em sociedade bem como os efeitos deste mesmo processo de produção científica e tecnológica.

De maneira mais precisa, podemos definir tentativamente a tecnologia como uma coleção de sistemas projetados para realizar alguma função. Fala-se então de tecnologia como sistema e não somente como artefato, para incluir tanto instrumentos materiais como

tecnologias de caráter organizativo (sistemas impositivos, de saúde ou educativos, que podem estar fundamentados no conhecimento científico). A educação é um exemplo claro de tecnologia de organização social. Mas também o são o urbanismo, a arquitetura, as terapias psicológicas, a medicina ou os meios de comunicação. Nestes casos, a organização social resulta ser um artefato relevante. Portanto, se o desenvolvimento tecnológico não pode reduzir-se a uma mera aplicação prática dos conhecimentos científicos, tampouco a própria tecnologia, nem seus resultados, os artefatos, podem limitar-se ao âmbito dos objetos materiais. Tecnológico não é só o que transforma e constrói a realidade física, mas também aquilo que transforma e constrói a realidade social (BAZZO *et al.*, 2003, p. 44).

Desde modo, afasta-se a noção rasa de tecnologia como mero aparato, produto, objeto e assume-se tecnologia como um processo ou uma prática social. Para a bióloga e filósofa estadunidense Donna Haraway,

As tecnologias e os discursos científicos podem ser parcialmente compreendidos como formalizações, isto é, como momentos congelados das fluidas interações sociais que as constituem, mas eles devem ser vistos também como instrumentos para a imposição de significados (HARAWAY, 2009, p. 64).

Como processo, prática social ou instrumentos de criação ou imposição de significados, as tecnologias também devem ser consideradas como **performativas**, isto é, elas produzem efeitos no mundo (AUSTIN, 1975; BUTLER, 1997, 2009, 2015).

Para Feenberg (2009, p. 115) “a tecnologia media e molda os grupos sociais que, por sua vez, mediam e moldam a tecnologia” numa relação que em nada se assemelha aquela em que estariam apartadas ciência, tecnológica e sociedade. Assim, a tecnologia permite às pessoas moldarem suas práticas, construírem a si mesmas, inclusive como *uma identidade* e, ao mesmo tempo, as pessoas também moldam a tecnologia, pedem por novas formas de mediação, de representação disto que alegam ser (suas identidades), mas que na verdade estão sendo constantemente produzidas e moldadas nestas relações.

De modo bastante parecido Foucault elabora uma noção de tecnologias de si. O autor pouco se preocupou em elaborar um conceito rigoroso, mas podemos seguir os rastros deixados por ele. Em seu célebre “História da Sexualidade 1: A vontade de saber”, analisou como a confissão, identificada por ele como uma tecnologia de si, viria a ser “a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo”, que dá ao dispositivo da sexualidade o poder de produzir o sexo (FOUCAULT, 2015, p. 70). Em outro texto, “A Tecnologia Política dos Indivíduos” (2004a), problematizou as tecnologias que dão forma à racionalidade política moderna que se desenvolveram desde os séculos XVII e XVIII, pontuando que são “três [as] principais formas que qualquer tecnologia é levada a assumir ao longo de seu desenvolvimento e de sua história: um sonho, ou melhor, uma utopia; depois, uma prática na qual regras regem verdadeiras instituições; e, finalmente, uma disciplina acadêmica” (FOUCAULT, 2004a, p. 309).

É no seu texto intitulado “Tecnologias de si”, entretanto, que Foucault explora um pouco mais esta noção. Ele inicia afirmando que seu “objetivo por mais de vinte anos tem sido esboçar uma história das diferentes maneiras com que os indivíduos desenvolvem conhecimentos sobre eles mesmos”, como “jogos de verdades” que estão “relacionados a técnicas particulares que os seres humanos utilizam para entenderem a si próprios” (FOUCAULT, 2004b, p. 323). E enumera, então, quatro grupos principais de tecnologias que implicam diversos modos de modificação dos sujeitos:

(1) tecnologias de produção, que permitem produzir, transformar ou manipular as coisas; (2) tecnologias dos sistemas de signos, que permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significação; (3) tecnologias de poder, que determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou dominação, objetivando o sujeito; **(4) tecnologias de si, que permitem aos indivíduos efetuar, com seus próprios meios ou com a ajuda de outros, um certo número de operações em seus próprios corpos, almas, pensamentos, conduta e modo de ser, de modo a transformá-los com o objetivo de alcançar um certo estado de felicidade, pureza, sabedoria, perfeição ou imortalidade** (FOUCAULT, 2004b, p. 323–324, grifos nossos).

São os últimos dois grupos que interessaram Foucault no referido texto e é o último em particular, as tecnologias de si, que nos interessa aqui sobremaneira. O encontro entre as tecnologias de poder e as tecnologias de si (isto é, entre as tecnologias de dominação dos indivíduos e as tecnologias com que estes próprios indivíduos efetuam modificações em seus corpos, pensamentos e modos de ser buscando alcançar felicidade, pureza ou perfeição), é também o que Foucault chamou de “governamentalidade” (FOUCAULT, 2004b, p. 324).

Dos rastros dos encontros entre as tecnologias de poder e as tecnologias de si, as vidas daqueles homens infames puderam “retornar ao real”, como na expressão de Foucault. Podemos emprestar essa reflexão para dizer que, os acervos LGBTI+, enquanto tecnologias de si, permitem às pessoas LGBTI+ a realizarem modificações em seus próprios corpos, pensamentos e ações de modo a construir conhecimento sobre si mesmas. E é nos rastros das relações entre estes acervos como tecnologias de si com as tecnologias de poder que algumas das existências LGBTI+ que foram excluídas poderão igualmente retornar ao real.

Na medida em que são apresentados como lugares de preservação de uma memória e história das pessoas e comunidade LGBTI+, “grande fonte de conhecimento”¹² como afirmou Toni Reis, atual diretor-executivo do Grupo Dignidade, na inauguração do CEDOC, os acervos LGBTI+ na realidade proporcionam que estas pessoas construam condições em que as existências de seus pares possam **significar** além de apenas representar uma verdade esquecida.

¹² Cf. <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/grupo-dignidade-cria-centro-de-documentacao-1.306240>>.

Os acervos LGBTI+ tanto produzem conhecimento quanto são a própria condição e possibilidade da produção de conhecimento das pessoas LGBTI+. Isto é, a produção de conhecimento e memória se torna possível enquanto tal, também, na ação mediada pela estrutura técnica e tecnológica do acervo. Esta memória LGBTI+ não é um conteúdo – por esta razão não pode ser preservada ou lembrada como **uma essência**, como **uma verdade** ou como **uma identidade**. Ela é, antes, uma ação que pensa a própria ação como conteúdo – tal qual outras produções discursivas como nos alertaram autoras e autores como Butler, Foucault, Derrida e Nietzsche, que nos ensinou que “não existe ‘ser’ por trás do fazer, do atuar, do devir; ‘o agente’ é uma ficção acrescentada à ação – a ação é tudo” (NIETZSCHE, 2009, p. 33).

A produção da memória também é feita com os documentos, nas escolhas técnicas e tecnológicas de preservação e disponibilização, no processo de arquivamento em geral, na seleção, organização e disponibilização dos documentos e acervos, e não apenas nos acontecimentos que os documentos ali depositados alegam representar.

Foucault diz ainda que os quatro grupos de tecnologias numerados por ele dificilmente atuam separadamente (FOUCAULT, 2004b, p. 321). Assim, se as tecnologias de poder interpelam as pessoas LGBTI+ como perversas, desviantes e/ou monstruosas, estas respondem com as tecnologias de si na produção de conhecimento e memória sobre si mesmas – ainda que algumas vezes esta resposta escorre em propor uma outra noção de verdade sobre si mesmas.

O erro está em supor que esta produção é mais verdadeira que outras, evidentemente. Mais responsável ou inclusiva, sem dúvida que pode ser, mas não mais verdadeira. É importante lembrar que a produção de uma identidade de qualquer tipo é sempre performativa – logo, o alerta de Butler sempre deve ser lembrado: a performatividade produz aquilo que efetivamente alega representar como essência, como no caso da categoria “mulher” para o feminismo ou de qualquer identidade de gênero ou sexualidade.

Diante da interpelação para relatarem a si mesmas, inclusive em uma situação de violência, preconceito, discriminação ou negação de direitos e de reconhecimento, as pessoas LGBTI+ projetam nos acervos lugares em que podem responder à interpelação do poder narrando **a verdade** sobre si mesmas. Foucault fala sobre os “jogos de verdade” das grandes narrativas científicas, mas estamos emprestando aqui essa reflexão para dizer, claramente, que os acervos também podem replicar, de algum modo, seus próprios jogos de verdade – além de operarem evidentemente como lugares de resistência. Como dissemos, interpeladas pelo poder e de posse de tecnologias de si às pessoas podem construir uma verdade sobre si mesmas, por vezes ensejando estados bastante puros, apenas de resistência, felicidade, sabedoria ou perfeição, longe de qualquer contradição ou aporia. Os acervos LGBTI+, assim, constituem-se como ricos espaços onde esta relação pode ser observada, mas é importante perceber também quando novas verdades são construídas nestes processos. Os modos como as pessoas LGBTI+ têm desenvolvido

conhecimentos sobre si mesmas, inclusive em resposta às tecnologias de poder, também constituem por vezes seus próprios “jogos de verdades”, tal qual aqueles que denunciemos como produtores de exclusão e preconceito.

Em resposta à interpelação do poder, que outros jogos de verdades são construídos pela comunidade fazendo uso dos acervos como tecnologias de si? Pois quando se apresentam como “a memória” da comunidade LGBTI+, de sua luta, de sua resistência, ou quando selecionam os documentos que irão construir estas memórias, esta ação mesma deixa outros documentos de fora, isto é, ela também está atravessada por interesses, valores, crenças e relações de poder. É dizer, enfim, ela também é política.

MAL DE ARQUIVO NO CEDOC

Pretendemos exemplificar, a partir de dois casos concretos envolvendo o CEDOC, toda a problematização anteriormente mencionada sobre arquivo e mal de arquivo.

Primeiro caso: Em 2018 e 2019 duas fotos de algumas das lideranças LGBTI+ brasileiras circularam pelas redes sociais e causaram polêmicas. Na de 2018¹³, 33 instituições LGBTI+ do país são representadas por suas lideranças em uma foto com Damares Alves – que seria nomeada Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, recém eleito. A foto foi tirada após a reunião entre as lideranças e a futura ministra, ainda no período de transição de governo. Na outra foto, de 2019¹⁴, Toni Reis, um dos ativistas gays mais conhecidos do país, foi clicado em afetuoso abraço com a já nomeada Ministra Damares em evento realizado na cidade de Curitiba. Ambas as fotos geraram reações na comunidade LGBTI+. Quando positivas¹⁵, estas reações se sustentam em uma noção frágil de diálogo com o poder público como estratégia para garantir que as ações da pasta voltadas à população LGBTI+ continuem. Quando negativas¹⁶, estas reações argumentam que não há credibilidade em um governo e uma ministra tão publicamente declarados inimigos e contrários das pautas LGBTI+ que sustente tal diálogo e, que este tipo de reunião que a foto registra, resulta em um empréstimo da própria imagem na construção de uma “cara positiva” para o governo. Ao mesmo tempo em que registram uma contradição (uma relação mais que protocolar, menos provável possível entre um movimento social e um governo tão declaradamente contrário à pauta de interesse deste mesmo movimento), as fotos registram também um esforço diplomático para garantir a atenção da pasta à pauta em questão, ainda que isso signifique sinalizar de antemão a satisfação com a simples manutenção dos direitos – “desde que não tenha retrocesso já é um grande ganho”, disse Toni Reis (AGÊNCIA BRASIL, 2018). A segunda foto, em

¹³ Cf. <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/20/ministra-dos-direitos-humanos-de-bolsonaro-se-reune-com-liderancas-lgbt.htm>>.

¹⁴ Cf. <<https://www.facebook.com/jornalistaslivres/photos/menino-veste-rosa-e-menina-veste-azulmaior-l%C3%ADder-lgbti-do-brasil-toni-reis-de-ro/1290773561046518/>>.

¹⁵ Cf. <<https://www.facebook.com/maju.giorgi/posts/10217994605923468>>.

¹⁶ Cf. <<https://www.facebook.com/ABGLTnaLuta/posts/2176968682554202>>.

particular, embora não tenha tido grande repercussão nos veículos tradicionais de informação como a primeira, causou uma reação mais intensa por ultrapassar o que se considera uma relação protocolar aceitável entre duas lideranças que representam grupos com posicionamentos tão opostos – com o detalhe, claro, de que a Ministra representa a posição de um governo. Cabe ressaltar que parte desta proximidade mais que protocolar foi construída sob uma frágil noção de diálogo com o Estado que, como Butler já nos alertou ao analisar o uso da categoria “mulheres” como sujeito do feminismo, precisamos pensar criticamente. Nas palavras de Butler:

A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e produtiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de “sujeito perante a lei”, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei. Não basta inquirir como as mulheres podem ser fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2015, p. 19–20).

Portanto, como pesquisadores, no lugar de ver somente as declarações públicas do Estado brasileiro em suas melhores intenções de manter os direitos já conquistados ou as declarações do movimento social de que o diálogo (e cabe perguntar: qual concepção de diálogo estamos adotando?) é a estratégia, somos alertados por esta reflexão teórica da filósofa a pensar no que ela chamou de função dual do poder. Isto é, assim como no caso das mulheres e do feminismo, devemos não somente inquirir como o sujeito político LGBTI+ pode se fazer representar mais na política, mas compreender como este mesmo sujeito é produzido por estas estruturas e relações de poder e depois esta reprodução é reprimida e o sujeito tomado como fundamento e premissa destas mesmas estruturas e relações. Não se trata de negar este processo, como bem alerta a própria Butler, mas de compreender, como ela coloca ao final de sua citação anterior, como este sujeito político LGBTI+ é produzido por estas estruturas de poder da qual busca emancipação – voltaremos a isto adiante no próximo caso.

Na condição de pessoas envolvidas com a organização do CEDOC, mas sobretudo como pesquisadores, estamos nos questionando – e propondo este questionamento como um exercício de reflexão – que difíceis decisões estes acontecimentos nos suscitam sobre o arquivamento destes documentos no acervo? Se por um lado, o arquivamento das fotos nos causa preocupação sobre uma possível futura interpretação de um consenso entre governo e movimento social, consenso este que não é geral apesar do número de instituições da foto e que poderia muito bem ser interpretado pelo próprio governo de acordo com os seus interesses (tal qual reinterpreta Bolsonaro sobre os trabalhos da CNV),

por outro, escolher ignorar ou excluir estes registros do acervo pode bem ser uma tentativa de ocultar as contradições do movimento social.

Anteriormente dissemos que não se trata de negar o processo em que o sujeito é produzido no e pelo poder. Como disse Butler: “As estruturas jurídicas da linguagem e da política constituem o campo contemporâneo do poder; consequentemente, não há posição fora desse campo, mas somente uma genealogia crítica de suas próprias práticas de legitimação” (BUTLER, 2015, p. 23–24). Assim, devemos refletir sobre esta função dual do poder na constituição dos sujeitos e nos questionar constantemente sobre seus efeitos. Para isto, vamos ao próximo exemplo: Em junho de 2017, a advogada Gisele Alessandra Schmidt defendeu, na tribuna do Supremo Tribunal Federal (STF), a posição do Grupo Dignidade como *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275. Na ação, a Procuradoria-Geral da República (PGR) defende que se garanta às pessoas trans a alteração de seu prenome e designativo de gênero no registro civil, sem necessidade de laudos e/ou procedimentos cirúrgicos de redesignação de sexo, mediante unicamente sua manifestação em cartório. O Grupo Dignidade, como outras instituições LGBTI+, se posicionou favoravelmente a esta tese. Ao final do julgamento, o STF decidiu também favoravelmente ao pedido da PGR. Gisele não apenas foi a primeira advogada trans do estado do Paraná como, também, se tornou a primeira a subir na tribuna do STF. Fato histórico, portanto, que justifica a produção e/ou arquivamento de registros e/ou documentos de tal acontecimento em um acervo LGBTI+ como o CEDOC. Mas, como dissemos, devemos estar atentos para o fato de que este arquivamento também produz o acontecimento e registra o seu avesso, suas contradições. Por um lado, podemos dizer que os registros deste acontecimento no acervo nos permitiram analisar a subversão deste ato performativo de Gisele¹⁷. Isto é, a advogada é uma mulher trans com prenome e designativo de gênero retificados no registro civil, sem ter realizado cirurgia. E ela pede por este direito para as pessoas trans brasileiras. É dizer que: ela pede por um direito que já exerce diante da suprema corte do país porque a corte a reconhece em seu direito aceitando sua inscrição como *amicus curiae* e respeitando seu prenome e designativo de gênero ao chama-la a tribuna e consignar seu nome na ação, em acordo com sua identidade de gênero. Assim como no caso analisado por Butler da marcha de imigrantes ilegais em Los Angeles, em maio de 2006, os imigrantes “estavam utilizando um direito que não tinham para expor publicamente que deveriam ter este direito”, qual seja, o de serem considerados cidadãos, pois somente aos cidadãos é dado o direito de livre associação (BUTLER, 2009, p. 326, tradução nossa). Por outro lado, também a partir das provocações lançadas por Butler sobre a função dual do poder, podemos dizer que os registros destes acontecimento no acervo nos permitem questionar se, com este mesmo gesto, não estaríamos reiterando o poder jurídico

¹⁷ Buscamos analisar mais detalhadamente as possibilidades subversivas que este ato performativo indica em um capítulo do livro “Caminhos da pesquisa em diversidade sexual e de gênero: Olhares interdisciplinares” *no prelo*, que está sendo organizado pelo IBDSEX a partir das mesas do Congresso Internacional LGBTI+ e que tem previsão de lançamento ainda em 2020.

que pode dizer quem é ou não uma pessoa trans no Brasil. Ainda que o STF tenha julgado em favor da ação e o Conselho Nacional de Justiça reiterado a decisão e estabelecido as regras para operacionalizar a mudança, inúmeros casos de dificuldades geradas pelos cartórios foram denunciadas¹⁸. Assim, recorrer ao STF, instância máximo do poder jurídico brasileiro, certamente traz a possibilidade de dignidade para milhares de pessoas trans brasileiras que poderão corrigir seus registros civis, no entanto, ao mesmo tempo, reitera a hegemonia reguladora do poder, como disse Butler, em que só se pode ser trans de acordo com o que acaba de regular este poder jurídico – o que, por fim, reitera seu próprio poder regulador como fonte e possibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos concretos que trouxemos, um mais polêmico que outro, exemplificam como o mal de arquivo é parte constituinte da produção e arquivamento das memórias. Como dissemos reiteradamente, é ingenuidade esperar que este processo possa produzir unicamente a face de uma resistência pura frente ao poder opressor que interpela desde fora estas memórias LGBTI+. Aprendemos com Foucault que esta análise está equivocada. Seria ignorar as disputas, contradições e relações de poder presentes nas próprias escolhas que os arquivistas fazem na produção das memórias LGBTI+. O acervo do CEDOC, por exemplo, é defasado de registros sobre as memórias de mulheres trans e lésbicas que foram importantes na história do Grupo Dignidade – lembramos Marcela Prado, Vania Galliciano, Heliana Hemérito, Rafaelly Wiest. As escolhas que produziram e continuarão produzindo as memórias do Grupo Dignidade e da comunidade LGBTI+ como um todo estão atravessadas por relações de poder que não só não devem ser ignoradas como, assim defendemos, é produtivo que sejam postas constantemente para que possamos refletir sobre nossa participação na reiteração destas relações de poder que desejamos há tanto nos emancipar. Se, como disse Foucault, onde há poder há resistência, então, o contrário também deve ser verdadeiro. Logo, devemos nos perguntar ainda para além dos rastros das resistências, os rastros e a incidência do poder nestas mesmas memórias.

Não que necessitemos esgotar todas as produções de sentido possíveis de um documento, como se fosse possível fazê-lo, mas sim compreender a dimensão dual do poder como disse Butler e que o poder é esta relação produtiva como disse Foucault – que nós, mesmo ao resistirmos, participamos e reiteramos.

Mas não devemos pensar que o mal de arquivo é somente uma força com possibilidade de destruição da memória. Há potência também em considerar esta noção derridiana porque se um sentido único, seja ele de poder ou resistência, não é nunca possível na produção das memórias, é justamente porque novas inscrições são possíveis, novas memórias podem emergir, novos sentidos, o que é uma possibilidade democrática dos acervos. É exatamente o que fez a Mangueira em seu samba-enredo; ou

¹⁸ Cf. <https://www.huffpostbrasil.com/entry/nome-social-dificuldades-cartorio_br_5c51a6b4e4b00906b26f67da>.

Foucault ao revelar as vidas infames justamente ali onde elas se chocavam com o poder; ou, ainda, o que tem feito as diversas pesquisadoras e pesquisadores ao analisarem os documentos históricos como os da ditadura militar e encontrar neles novas inscrições, novos rastros dessa mesma relação com o poder que excluiu, violentou ou discriminou pessoas LGBTI+. No lugar de pensarmos, então, no arquivamento como o registro de uma memória como “verdade” sobre a comunidade LGBTI+, gostaríamos de defender que é mais produtivo pensar **como** os documentos arquivados em um acervo (e tanto seu registro, preservação, disponibilização ou lembrança) tornam possíveis leituras subversivas, profusão de memórias, que possam desestabilizar o poder em sua produção da verdade única.

É por tudo isso que, os acervos podem ser compreendidos como tecnologias de si. Eles permitem, como identificou Foucault, que os indivíduos realizem ações sobre si mesmos, sobre seus corpos, pensamentos, modos de ser, e especialmente sobre o conhecimento que produzem de si mesmos, de modo a atingir algum estado de felicidade, pureza, sabedoria. Os acervos permitem que as pessoas LGBTI+ possam realizar certas operações de produção e arquivamento da própria memória de modo a alcançar um estado de resistência ou desestabilização das normas.

Por fim, podemos compreender como as tecnologias nos constituem e tornam possíveis algumas de nossas ações, até mesmo aquelas mais íntimas com as quais produzimos conhecimento sobre nós mesmos, identidades, subjetivações, memórias e esquecimentos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Em reunião com grupo LGBTI, Damares promete emprego para transexuais. **Exame**, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/damares-se-reune-com-grupos-lgbti-e-promete-campanha-contra-violencia/>. Acesso em: 30 abr. 2020.

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

BAZZO, Walter Antonio; PALACIOS, Eduardo Marino García; GALBARTE, Juan Carlos González; LINSINGEN, Irlan von; CEREZO, José Antonio López; LUJÁN, José Luis; GORDILLO, Mariano Martín; OSORIO, Carlos; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; VALDÉS, Célida. **Introdução aos estudos CTS (Ciência, tecnologia e sociedade)**. Madrid: Editora OEI, 2003. Disponível em: https://www.oei.es/historico/salactsi/Livro_CTS_OEI.pdf. Acesso em: 30 abr. 2020.

BIRMAN, Joel. Arquivo e Mal de Arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. **Natureza humana**, v. 10, n. 1, p. 105–128, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n1/v10n1a05.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BRASIL. Presidente (2011-2016: Dilma Rousseff). **Discurso na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade**. Brasília, 16 mai. 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-instalacao-da-comissao-da-verdade-brasilia-df>. Acesso em: 30 abr. 2020.

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. New York: Routledge, 1997.

_____. *Performatividad, precariedad y políticas sexuales*. AIBR. *Revista de Antropología Iberoamericana*, v. 4, n. 3, p. 321–336, 2009. Disponível em: <https://www.aibr.org/antropologia/04v03/articulos/040302.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2020.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Sujeito e História).

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução: Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FEENBERG, Andrew. Racionalização Subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia. Tradução: Anthony T. Gonçalves. *Inquiry*, v. 35, n. 3–4, p. 301–322, 1992.

_____. Cinco Paradoxos da Tecnologia e da Política de Desenvolvimento. In: OTTERLOO, Aldalice (org.). **Tecnologias sociais: caminhos para a sustentabilidade**. Brasília: s.n., 2009. p. 99–116.

FOUCAULT, Michel. A Tecnologia Política dos Indivíduos. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ética, sexualidade, política**. Ditos e Escritos. Tradução: Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 301–318.

_____. Tecnologias de si. Tradução: Andre Degenszajn. *Verve*, n. 6, p. 321–360, 2004b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/5017/3559>. Acesso em: 30 abr. 2020.

_____. A Vida dos Homens Infames. In: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Estratégia, poder-saber**. Ditos e Escritos. Tradução: Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203–222.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue - As vertigens do pós-humano**. Mimeo. Tradução: Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**. Tradução: Fernando de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2007.

_____. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução: Paulo César De Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: O ARQUIVO EDGARD LEUENROTH COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES NO BRASIL¹

Lara Lucena Zacchi²

Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC)

Luiz Augusto Possamai Borges³

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO: Os traumas sociais, históricos e subjetivos marcados pela ditadura civil-militar brasileira – na história recente e nos corpos dos sujeitos – vêm sendo tensionados a partir de pesquisas e descobertas recentes em arquivos, apresentando novas perspectivas sobre as complexidades, estratégias e resistências realizadas nesse contexto. Nesse sentido, este artigo pretende analisar o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp), fundado em 1974, como um lugar de memória sobre a ditadura brasileira e os movimentos sociais que emergiram e se articularam no Brasil nesse período. Também, objetivamos discutir as redes que o movimento homossexual brasileiro manteve com o movimento lésbico, travesti, trans, de mulheres, feminista, negro e de trabalhadores/as. Dessa forma, o trabalho também possibilita o entendimento do contexto atual brasileiro, na medida que fornece outras estratégias de análise, as quais levam em conta arquivos (documentos, registros de reuniões, fotografias, recortes de jornais), narrativas orais e outras fontes pela ótica LGBTQI+, contribuindo para as contínuas resistências no tempo presente. Assim, entendemos o AEL como um arquivo vivo das sexualidades dissidentes, posto que preserva e disponibiliza fontes de movimentos populares. Por fim, consideramos a fulcralidade social desse arquivo público, capaz de preservar memórias que, em muito, tentam ser obliteradas do curso da História.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento LGBTQI+. Ditadura civil-militar brasileira. Arquivo. Memória.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (FAED/UDESC), bolsista CAPES. Bacharela e licenciada em História pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e do Laboratório de Ensino de História (LEH/UDESC). Telefone: (48) 3721-3521. E-mail: laralucenaz1@gmail.com.

³ Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integra o quadro de pesquisadores/as/xs associados/as/xs do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC), no qual é bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Telefone: (48) 3721-3521. E-mail: luizaugustopossamai@hotmail.com.

RESISTANCE SPACES: THE EDGARD LEUENROTH ARCHIVE AS A PLACE OF DISSIDENT SEXUALITY MEMORY IN BRAZIL

ABSTRACT: *The social, historical and subjective traumas inflicted by the Brazilian civil-military dictatorship period (in recent History and in the bodies of the subjects) have been revisited through recent research and novel discoveries found in memorial archives, leading to new perspectives on the complexities, strategies and resistances carried out in such period. With respect to this matter, this paper aims to reflect on the Edgard Leuenroth Archive (AEL/Unicamp, founded in 1974) as a site of memory regarding the Brazilian dictatorship period and the social movements that were articulated and emerged from the anti-democratic regime in the country. Furthermore, this article sketches a discussion regarding the dialogues that Brazilian homosexual movement sustained with lesbian, trans, feminist, black and worker movements. By doing so, this work brings up the current context experienced in Brazil, as it provides novel analysis approaches that take into account archives (documents, meeting records, photographs, newspaper clippings), oral narratives and other sources through LGBTQI+ optics, which contribute to the continuous resistance in the present moment. Thereof, AEL is understood as an live archive of the dissident's sexualities, since it preserves and makes available popular movements sources. Finally, the social importance of this public archive is considered here as capable of preserving memories that were intended to be obliterated from the course of History, in one way or another.*

KEYWORDS: *LGBTQI+ Movement. Brazilian civil-military dictatorship. Archive. Memory.*

ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA: O ARQUIVO EDGARD LEUENROTH COMO UM LUGAR DE MEMÓRIA DAS SEXUALIDADES DISSIDENTES NO BRASIL⁴

Introdução

Da violência à conscientização

Os caminhos da violência tomam hoje, formas assustadoras. Exemplificando, não só na violência biológica, a psíquica, e em nome da moral e dos bons costumes, que os donos do sistema tentam impi[n]gir na população desinformada, e uniformizada pelos manipuladores da cultura de massa.

[...]

A conscientização viria com a queda dos velhos valores burgueses sobre a sexualidade, e a tomada de consciência sobre o corpo, a mente e a busca dos objetivos (felicidade) de cada um.

De qualquer modo “carinho com respeito”, por você mesmo e pelos outros, nunca fez mal a ninguém.⁵

A epígrafe que abre este trabalho⁶ diz respeito a um trecho de um artigo publicado no jornal *O Corpo*⁷, lançado entre a virada dos anos de 1981 e 1982 no Brasil, período final da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). O periódico, que apresenta esses trechos de protesto, foi produzido pelo grupo Somos/SP, o qual é considerado o primeiro movimento homossexual organizado do Brasil. Algumas edições d’*O Corpo*, hoje salvaguardadas no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL), apresentam reivindicações do movimento homossexual brasileiro que, durante a ditadura brasileira, evocava e ansiava pelo fim da violência e perseguição de Estado instituída sobre todas e todos os corpos que, de alguma forma, resistiam ao poder hegemônico. Ao apresentar essas reivindicações, este documento histórico é capaz de demonstrar parte da luta de uma geração.

Partindo dessas considerações, o trecho nos encaminha para algumas reflexões que serão realizadas nesta pesquisa, como a problematização da importância da consciência e da preservação da memória e do

⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

⁵ Transcrito do jornal *O Corpo*, edição nº 1 dos meses de dezembro de 1981 e janeiro de 1982, produzido pelo grupo Somos/SP (1978-1983).

⁶ O presente trabalho é resultado de nossa pesquisa de campo no Arquivo Edgar Leuenroth, em Campinas/SP, realizada em outubro de 2018 enquanto bolsistas do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e integrantes do projeto “Mulheres de Luta: esquerdas e feminismo (1964-1985)” do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O projeto foi coordenado por Cristina Scheibe Wolff e financiado pelo Edital Memórias Brasileiras – Conflitos Sociais da CAPES.

⁷ O CORPO, 1981. In: AEL/UNICAMP.

patrimônio das sexualidades dissidentes que lutaram no período da ditadura civil-militar no Brasil, preservadas no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O trecho d'O *Corpo*, assim como as centenas de fontes averiguadas no AEL, redimensionam nosso estudo para entendermos uma cartografia de resistências e lutas desempenhadas nesse período e durante a redemocratização brasileira (1985-1989). Nossa abordagem teórico-metodológica se apoia nos campos dos estudos de gênero e das sexualidades, do arquivo e das relações entre História e memória. Portanto, buscamos compreender essas categorias como chaves para pensarmos sobre as potencialidades das fontes documentais existentes no AEL, sobretudo, para o desenvolvimento de novas pesquisas acadêmicas nos campos da História e Arquivologia numa ótica da memória e história das sexualidades dissidentes.

A epígrafe retoma trechos de estratégia que articulam emoções e histórias de vida de uma geração de outrora. Todavia, suas permanências são pulsantes diante do atual cenário sociopolítico brasileiro, também marcado pelo moralismo, conservadorismo e pelo avanço de partidos de extrema direita ao poder político⁸. Em sentido próximo ao que advoga o sociólogo Sam Bourcier, ao nos engajarmos em uma intervenção arquivística e histórica ativa e crítica da memória e do arquivo vivo LGBTQI+⁹, não retomamos ou problematizamos só o passado dos nossos documentos, mas também o momento atual e, consequentemente, o horizonte futuro, igualmente tão presente. Assim, articulamos os tempos históricos, na medida que, ao refletirmos acerca de problemas próprios ao tempo presente, retomamos as experiências do ontem e delineamos expectativas, métodos e resoluções para um amanhã mais crítico e com equidade¹⁰. Portanto, propomos neste artigo, compreender particularidades do AEL e de sua documentação (considerando em especial as coleções pesquisadas), compreendendo-os enquanto espaços que articulam e preservam resistências passadas e presentes, sobretudo de parte da população LGBTQI+¹¹.

Nesse sentido, o fio condutor deste artigo diz respeito à história do AEL e a importância social de seu trabalho arquivístico, pensando-o como um lugar de memória¹² e arquivo vivo LGBTQI+¹³ público, que historicamente vem preservando diversas memórias e patrimônios – materiais e, sobretudo, documentais – de movimentos de dissidência sexual, feministas e dos movimentos de esquerda brasileiros.

⁸ Para entender mais sobre a guinada conservadora e anti-gênero, conhecida também por ideologia de gênero, nos últimos anos no Brasil (Cf. CORRÊA; KALIL, 2020).

⁹ BOURCIER, Sam. *La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l'archive, c'est en nous qu'il bat*, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Importa evidenciarmos que a documentação que o AEL salvaguarda diz respeito a uma parcela considerável da história dos movimentos e lutas das sexualidades dissidentes no Brasil, não dando conta de abranger plenamente suas complexidades e singularidades. Ainda que consideramos o AEL um relevante espaço de memória para a luta destes movimentos, implica aqui reiterar que algumas sexualidades encontram suas histórias mais representadas na documentação do AEL que outras, também por questões que relacionam-se ao contexto histórico representado por estes documentos.

¹² NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: *Projeto História* - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

¹³ BOURCIER, 2018.

Após essas reflexões, pretendemos demonstrar a capacidade do AEL em produzir conhecimentos outros no campo historiográfico, posto que possibilita que seus documentos sejam publicamente utilizados para a pesquisa e o ensino da História. Com a finalidade de estabelecer essas reflexões, apresentamos parte das investigações que vêm sendo realizadas pelo LEGH acerca da memória feminista e dos movimentos das sexualidades dissidentes nas ditaduras dos países do Cone Sul (1954-1990) e a sua relação intrínseca com os trabalhos que temos desenvolvido sobre os documentos contidos no AEL¹⁴.

O Arquivo Edgard Leuenroth: criação, permanência e resistência

O Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) foi fundado no ano de 1974 na Unicamp, abrigado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) a partir da coleta e preservação da documentação pessoal do militante anarquista Edgard Leuenroth – jornalista e líder da Greve Geral de 1917, a primeira grande mobilização dos trabalhadores/as no Brasil. O Arquivo foi criado com o propósito de preservar documentos relacionados à história da formação do proletariado no Brasil¹⁵. Posteriormente, devido à recuperação e doação de uma variedade de documentos que perspectivavam os diversos movimentos sociais brasileiros a partir de seus diferentes vieses¹⁶, o AEL se consolidou como referência de preservação da memória(s) dos movimentos feminista, lésbico, homossexual e travesti¹⁷. Também, de um modo geral, das militâncias de esquerda atuantes no período da ditadura civil-militar brasileira.

Ao refletirmos sobre a fundação do AEL, ressaltamos que foi realizada sob o contexto do Estado de exceção violentamente instituído pela ditadura civil-militar brasileira a partir do Golpe de 1964¹⁸. O período foi marcado pela censura, perseguição, repressão e tortura aos corpos e subjetividades daquelas/es que, de distintas maneiras, ousaram resistir. As múltiplas resistências traduziram-se nas suas mais variadas formas, dentre as quais é possível mencionar, a resistência na luta armada, guerrilha, clandestinidade e exílio; as estratégias de resistência individuais e coletivas desenvolvidas em situação de cárcere político por homens e mulheres; a efervescência dos movimentos feministas, de mulheres e das sexualidades

¹⁴ Agradecemos aqui às contribuições de Jair Zandoná que, enquanto membro de nossa equipe de pesquisa realizada no AEL em outubro de 2018, auxiliou nos diversos processos que envolvem o trabalho aqui desenvolvido.

¹⁵ GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, p. 21-30, 1 mar. 2012.

¹⁶ Atualmente, o AEL abrange uma documentação que também se relaciona com diversos outros temas, tais quais: história do trabalho e da industrialização, do movimento operário, das esquerdas brasileiras, dos partidos políticos, da cultura e dos intelectuais, da questão agrária, dos direitos humanos e justiça, da imprensa, da opinião pública, da saúde e da antropologia. Para saber mais, conferir: <<https://www.ael.ifch.unicamp.br>>. Acesso em: 25 fev. 2020.

¹⁷ Quantitativamente, as coleções que foram doadas e estão disponíveis em relação aos movimentos e populações LGBTQI+ no AEL são centradas no movimento homossexual e lésbico dos anos 1960, 1970, 1980 e 1990. Entretanto, no âmbito qualitativo, há um número pequeno, mas relevante, de documentações raríssimas dos anos 1970 e 1980 de travestis e de um rapaz transexual, ao qual tivemos acesso – como em panfletos, manifestos e correspondências. Para conferir alguns desses documentos (Cf. BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019).

¹⁸ Consideramos relevantes os estudos sobre a contextualização do Golpe de 1964 e suas imbricações sociopolíticas. Contudo, não cabe discutirmos o assunto com tamanha profundidade.

dissidentes que resistiram à repressão ditatorial e, ao mesmo tempo, ao conservadorismo estrutural dos ideais ditatoriais¹⁹.

A repressão ditatorial foi intensificada, sobremaneira, em 1968, a partir da implementação do Ato Institucional nº 5. Instituído pelo ditador Artur da Costa e Silva, o AI-5 estabeleceu o fortalecimento do aparato de censura e da violência de Estado, ao possibilitar o poder da repressão aos militares e governantes para punir aquelas/es que fossem consideradas inimigas/as da pátria²⁰. O enfrentamento ao contexto em questão foi marcado pela manifestação e efervescência de movimentos e organizações ligadas à esquerda brasileira, tais quais os movimentos operários, estudantis, indígenas, rurais, de mulheres, feministas, por exemplo²¹.

Neste mesmo conturbado ano de 1968, Edgard Leuenroth faleceu aos oitenta e sete anos. Foi a partir desse evento, inserido no contexto de censura e de perseguições próprias do regime ditatorial, que os documentos pessoais do jornalista foram deslocados de um galpão, no bairro do Brás na cidade de São Paulo, ao espaço em que se encontra até hoje, na Unicamp²². Inserido no contexto de clandestinidade, o transporte da documentação de Edgard Leuenroth foi realizado sob ameaças de bombas e súbitos ataques. Foi principalmente a partir da iniciativa dos professores Michael M. Hall, Paulo Sérgio Pinheiro, Manoel Tosta Berlinck, Fausto Castilho e o então reitor da Unicamp, Zeferino Vaz, que esse empreendimento foi possível²³.

Sua criação se estabeleceu em meio às distintas ameaças de um regime totalitário e, devido ao trabalho cuidadoso de toda uma equipe, não se dissolveu em esquecimento. Face a essas colocações, compreendemos as maneiras pelas quais foi possível inaugurar um arquivo compreendido como subversivo à sua época. Entendemos que, ao atuar como forma de preservar uma memória ameaçada pelas estruturas dominantes de poder, o AEL tornou-se um espaço de resistência já em seus primeiros anos de atuação, a partir de sua fundação em 1974.

¹⁹ Ao pensarmos sobre essas resistências ao conservadorismo e à repressão do período da ditadura, citamos um movimento organizado em São Paulo, em 1980, no qual se articulou, nas ruas, lutas do movimento negro, feminista, travesti, lésbico e homossexual. Essa passeata emergiu da resistência à chamada “Operação Limpeza” comandada pelo delegado José Wilson Richetti, que almejava marginalizar, ainda mais, os corpos e subjetividades considerados “indesejáveis” pelo Estado moralista e conservador, reprimindo violentamente suas circulações em locais da cidade. Para saber mais (Cf. SIMÕES, 2018).

²⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina. Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. *FGV CPDOC*, s/d. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

²¹ Nesse sentido, citamos alguns dos diversos movimentos e organizações articuladas com a esquerda que, mesmo na clandestinidade e no contexto conservador, existiram e resistiram: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Comando de Liberação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Feminino pela Anistia, as lutas dos Trabalhadores Rurais, o movimento do sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, entre outros.

²² GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, p. 21-30, 1 mar. 2012.

²³ *Ibidem*.

Em seus anos iniciais, houve um relevante trabalho de organização e preservação do AEL, destacando-se o esforço de Marco Aurélio Garcia em administrar por muitos anos o arquivo, o qual obteve um incentivo estatal – a partir da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – que possibilitou a continuidade e fortalecimento do acervo do AEL. Além disso, face ao governo totalitário que ameaçava o conteúdo do acervo no seu período inicial, seus organizadores perceberam a necessidade de microfilmar os documentos recebidos, salvaguardando-os em mais dois lugares: uma cópia foi encaminhada para o Instituto Internacional de História Social em Amsterdam e outra esteve depositada nos cofres do banco Citibank²⁴. O trabalho de coleta e preservação, então, se faz ainda mais significativo se levarmos em conta a já supracitada conjuntura instituída por aparatos do Estado e por uma parcela da sociedade civil, havendo repressão contra quaisquer ideias e manifestações designadas como de esquerda.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, começaram a ser doados os primeiros acervos documentais sobre o movimento homossexual, feminista e lésbico ao AEL. Em 1985, o então diretor Marco Aurélio Garcia, mandou convites aos movimentos homossexuais brasileiros para que doassem seus documentos ao arquivo. Entre 1985 e o início dos anos 1990, começaram a ser doadas as primeiras coleções documentais de grupos dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, encaminhadas tanto por militantes quanto por familiares de pessoas falecidas ligadas aos movimentos desses espaços. Durante esse período foram doadas por ex-militantes documentações de grupos, como do Somos/SP, e os jornais da Turma OK/RJ²⁵, cedidas por Agildo Bezerra Guimarães. Em 1988 chegaram as primeiras documentações do grupo paulista Outra Coisa: Ação Homossexualista/SP²⁶ por meio de Antônio Carlos Tosta – ex-integrante e um dos fundadores do grupo. Em 1989 foram doadas as primeiras documentações do Grupo Gay da Bahia (GGB)/BA, encaminhado por Luiz Carlos Mott, e do Triângulo Rosa/RJ, entregue por meio de João Antônio de Souza Mascarenhas²⁷. No final dos anos 1990, a família de José Bonachera Melgar enviou o restante da documentação do grupo Outra Coisa e uma pequena quantidade de documentações do Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF) de São Paulo. Portanto, as coleções presentes no AEL passaram a remontar a memória de uma parcela de indivíduos e movimentos de dissidência sexual dos anos 1970, 1980 e 1990²⁸.

²⁴ GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, p. 21-30, 1 mar. 2012.

²⁵ A Turma OK, da cidade do Rio de Janeiro, foi um dos primeiros grupos de sociabilidades homossexuais do Brasil nos anos 1960. Para compreender com mais profundidade os grupos de sociabilidade homossexuais dos anos 1950 e 1960 (Cf. GREEN, 2000; PÉRET, 2012; SOLIVA, 2018; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; BORGES; ZANDONÁ, 2020).

²⁶ Em prol de alcançar mais autonomia e independência em suas pautas e ações, o Outra Coisa, assim como o grupo Lésbico Feminista (LF) – que posteriormente se chamaria Grupo de Atuação Lésbico Feminista (GALF) – decidem sair em maio de 1980 do Somos/SP após discordâncias internas. Para entender melhor os cisões dentro do grupo Somos (Cf. ZANATTA, 1996/1997; BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019; IRE; SILVA; LENZI, 2019; BORGES; ZANDONÁ, 2020).

²⁷ Para conhecer o papel da militância de João Antônio de Souza Mascarenhas no movimento homossexual brasileiro (Cf. HOWES, 2003).

²⁸ ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos Ael*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.

Partindo de nossa consideração acerca do AEL enquanto um espaço de resistência desde a década de 1970, refletimos também sobre sua inserção e relevância no tempo presente. O atual contexto brasileiro continua marcado por ideais conservadores, excludentes e desiguais, no qual observamos o fortalecimento da extrema direita no poder e de discursos e práticas antidemocráticas²⁹. Dessa forma, consideramos que o arquivo continua tendo a responsabilidade de resistir frente às classes dominantes, a partir do trabalho diário de uma equipe de profissionais empenhada em manter essas memórias acessíveis. Atualmente, o arquivo segue sendo coordenado por uma equipe e sua vasta documentação continua sendo cuidadosamente preservada e organizada. A necessidade de preservação do arquivo vem acompanhada da ameaça à(s) memória(s) de determinados grupos sociais e políticos, as quais, não raro, tentam ser apagadas do curso da História oficial. Consideramos, então, que o AEL em sua criação e permanência, operou e opera como um “lugar de memória”³⁰, existindo como um espaço de resistência.

O AEL como um lugar de memória e arquivo vivo LGBTQI+ no Brasil

Ao definirmos o Arquivo Edgard Leuenroth como um lugar de memória, o caracterizamos como um espaço imbuído de sentido material, simbólico e funcional – assim como define o historiador Pierre Nora³¹. Compreendemos o AEL como um espaço material, por preservar um determinado conteúdo tangível; como simbólico, por ser capaz de significar determinada experiência de uma minoria obliterada pelas narrativas oficiais, e, por fim, como funcional, por ser capaz de possibilitar a retomada, construção e transmissão de uma determinada memória passível de esquecimento³². Dessa forma, o trabalho de retomada e ressignificação dos documentos em um arquivo se faz pertinente, na medida em que “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações”³³.

Assim, ressaltamos que a documentação do AEL enquanto fonte historiográfica possibilita uma escrita da história que (re)pense e inclua os significados dessas memórias, a partir da utilização e publicização desses documentos enquanto mobilizadores da pesquisa e do ensino de uma história crítica.

²⁹ Vimos, nos últimos anos, projetos como o Escola sem Partido, por exemplo, terem um maior protagonismo na sociedade brasileira. Este projeto dialoga com práticas totalitárias e estimula a censura explícita de professoras/es, sob o disfarce de combater uma suposta “doutrinação esquerdista” nas salas de aula. Também, o projeto visa combater a chamada “ideologia de gênero” nas escolas, reproduzindo ideais conservadores e preconceituosos, que marginalizam sujeitas/os e baseiam-se no machismo e na LGBTQI+fobia.

³⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: *Projeto História* - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

³¹ Ibidem.

³² Ibidem.

³³ NORA, 1993, p. 22.

Ao considerarmos que o silêncio da história das sexualidades dissidentes é um silenciamento político³⁴, percebemos a relevância da produção de narrativas históricas a partir da utilização desses documentos. Ademais, torna-se uma resposta de resistência política tensionar esquecimentos cristalizados na historiografia, contribuindo, assim, para as resistências face às contínuas opressões e possibilitando a produção de novas/outras narrativas históricas que atuem sobre o presente.

As memórias com as quais trabalhamos neste artigo estão vinculadas à documentação do AEL, a partir de sua coleta, digitalização e análise. Durante a pesquisa no arquivo, foram consultadas as seguintes pastas que tematizam as lutas e mobilizações feministas e LGBTQI+: Atobá, Centro da Mulher Brasileira São Paulo, Coletivo Feminista Campinas, Darling, Gente Gay, Grupo Ação de Liberação Feminista – GALF, Grupo Feminista – coleção Elisabeth Souza Lobo, Grupo Outra Coisa, Grupo Somos, João Antônio Mascarenhas, O Snob, Oito de março e Triângulo Rosa.

A partir da coleta dessas coleções, foi possível realizarmos algumas topografias das resistências e lutas exercidas em vários estados da federação durante a ditadura e a redemocratização brasileira. A vasta documentação dessas lutas incluem correspondências, cartazes, panfletos, boletins informativos, registros de reuniões, documentos administrativos e periódicos de diferentes movimentos sociais, feministas e LGBTQI+ brasileiros, tais como: Somos/SP, GALF/SP, Outra Coisa/SP, Somos/RJ, Triângulo Rosa/RJ, Grupo Gay da Bahia (GGB)/BA, Adé Dúdu – Grupo de Negros Homossexuais/BA, Somos/MA, Grupo Dialogay/SE, entre outros.

Levando em conta o conjunto global do patrimônio aqui estudado, seu funcionamento e sua metodologia de trabalho, nos debruçamos em compreender o AEL enquanto um arquivo vivo LGBTQI+³⁵, mas não unicamente. Nesse sentido, qual a principal característica que distingue o arquivo vivo dos demais modelos de arquivos? E, qual a sua função social, cultural e histórica dentro dos espaços aos quais estão inseridos?

Diante desses questionamentos, buscamos pensar o papel que cumpre o AEL em preservar e disponibilizar todas essas fontes, corroborando para a prática de novas pesquisas acadêmicas em várias áreas do conhecimento, como nas ciências humanas e da informação, a exemplo da História e Arquivologia. A partir do auxílio metodológico dessas duas áreas, podemos pensar diferentes perspectivas sobre como preservar as memórias e patrimônios materiais e documentais das sexualidades LGBTQI+, possibilitando, assim, a construção de narrativas outras sobre distintos períodos históricos³⁶.

³⁴ VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria. Outras Histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (Org.). *História & Teoria Queer*. 1ed. Salvador: Editora Devires, 2018, v. 1, p. 123-142.

³⁵ BOURCIER, Sam. *La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l’archive, c’est en nous qu’il bat*, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

³⁶ Ibidem.

Como pontua Sam Bourcier³⁷, o arquivo vivo tem uma metodologia distinta das demais filosofias e modelos de arquivos, como o arqueológico e o administrativo. O arquivo vivo se diferencia sobretudo dos dois últimos pelo grau de crítica às fontes e ao arquivo como um todo. O modelo arqueológico representaria um dos tipos mais clássicos de arquivos, seguindo o modelo tradicional de arquivar e expor vestígios materiais de um passado linear, “natural” e biológico³⁸. Já o administrativo, busca com recorrência, valorizar o passado e construir uma memória coletiva oficial, como feita politicamente e verticalmente pelo Estado. Dessa forma, o arquivo vivo teria uma proposta de ser mais ativo e crítico em todas as suas estruturas de funcionamento e entendimento de um arquivo, da seleção até aos problemas que são colocados às fontes³⁹.

Para o sociólogo, os arquivos nunca devem ser considerados como meros depósitos neutros de documentos. Ao abandonar essa perspectiva passiva e positivista de arquivo e, levando em consideração a virada paradigmática no campo da Arquivologia, complexifica-se o entendimento sobre os mecanismos e as relações de poder que envolvem a atividade de seleção, arquivamento, disponibilização e financiamento das fontes documentais de um arquivo. Torna-se, assim, a experiência arquivística mais profunda e crítica, tal como defendida metodologicamente pelo modelo do arquivo vivo⁴⁰. Levando em conta essa virada no campo da Arquivologia, Bourcier advoga sobre a fulcralidade de sempre se problematizar de forma crítica os silêncios e as permanências sobre o conjunto de documentação em qualquer arquivo, afinal nenhum arquivo está plenamente completo. Considerando que, durante todo o século XIX e grande parte do XX no mundo ocidental, as sexualidades dissidentes foram invisibilizadas, excluídas e marginalizadas de instâncias públicas da vida social, sob um discurso médico-jurídico patologizante e criminal, como não se questionar na atualidade sobre a especificidade e a importância social, cultural e histórica que representam as (r)e(s)istências dos arquivos vivos LGBTQI+⁴¹?

O AEL, enquanto arquivo vivo, além de resguardar a memória de movimentos sociais, como apresentado, cumpre um papel institucional como um arquivo público e situado nas dependências de uma universidade igualmente pública. Portanto, o AEL é uma fusão entre arquivo vivo e administrativo. Seguindo uma metodologia própria, o arquivo busca ser um espaço de preservação da memória coletiva de movimentos sociais e políticos da História do Brasil contemporâneo. Não sendo apenas um depósito de documentos fechados em caixas inacessíveis ou um acervo com meras fontes que buscam construir uma narrativa oficial e linear⁴², o AEL propõe ser um espaço que procura reduzir as zonas de silêncios

³⁷ BOURCIER, Sam. La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l’archive, c’est en nous qu’il bat, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² Ibidem.

sobre movimentos populares. Ao assumir essa prática frente à preservação do patrimônio histórico, o AEL, enquanto arquivo vivo público, corrobora para o exercício da difusão do conhecimento histórico crítico, na função social, política e institucional de colaborar para a pesquisa científica⁴³ e, consequentemente, para o ensino de uma História livre destes determinados silenciamentos.

Refletimos, então, sobre as múltiplas configurações que o AEL é capaz de significar até o tempo presente. A partir do diálogo com a socióloga Elaine Marques Zanatta⁴⁴, objetivamos apresentar alguns dos temas recorrentes nas documentações do arquivo, compreendendo as redes de identificações e informacional individuais e coletivas que o AEL tem a possibilidade de constituir. Ao apresentar um levantamento da documentação do arquivo, Elaine Zanatta realiza uma contextualização acerca dos movimentos homossexuais, lésbicos e feministas no Brasil, ao passo que demonstra trechos de documentos que representaram parte da história de toda uma geração.

A respeito dessa documentação, ressaltamos a presença de exemplares de boletins informativos, panfletos, fotografias, atas e registros de reuniões e encontros de grupos já supracitados. Essa documentação possibilita o entendimento dos processos de emergência desses grupos, as tensões estabelecidas entre si, bem como suas estratégias políticas de sobrevivência face ao contexto em que se inseriram. Além desses documentos, as correspondências e cartas pessoais, a/de coletivos e institucionais trocadas entre os/as sujeitos/as constituem-se enquanto documentos significativos nesse mesmo processo de compreensão dessas histórias. Os diversos encontros, reuniões, discussões, congressos e eventos realizados por esses grupos também são abordados, a exemplo dos registros do II e III Congresso da Mulher Paulista e o I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)⁴⁵. Além de resguardar a memória desses eventos que marcam a história política e das lutas de militantes homossexuais e lésbicos do período ditatorial brasileiro, o AEL preserva em seu acervo, documentações importantes sobre congressos – como o I Encontro de Grupos de Homossexuais Organizados (EGHO), II EGHO, I Conferência Nacional dos Homossexuais da Convergência Socialista, I Encontro dos Homossexuais Organizados do Nordeste (EGHON), I Encontro Paulista dos Grupos Homossexuais Organizados (EPGHO) e o I Encontro de Negros de Negros do Norte e Nordeste⁴⁶ – nos quais o movimento homossexual e lésbico estiveram na organização ou presentes.

⁴³ Segundo relatado pelos/as funcionários/as do AEL em outubro de 2018, há um projeto de digitalização de toda documentação existente sobre o movimento LGBTQI+, entretanto, devido à quantidade imensa de fontes, ainda é um projeto que está em andamento até o presente momento.

⁴⁴ ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos Ael*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ BORGES, Luiz A. Possamai; ZANDONÁ, Jair. Entre lutas, afetos e emoções no Brasil: movimentos de liberação homossexual (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair. *IV Jornadas do LEGH: anais eletrônicos*. Florianópolis: LEGH/UFSC, 2020, p. 399-412.

Também, acentuamos a relevância sociopolítica dos jornais *O Lâmpião da Esquina*, *Mulherio e Chana com Chana* para a história do movimento lésbico, feminista, homossexual e para os movimentos de esquerda do Brasil, presentes e salvaguardadas – com alguns exemplares – no AEL. Esses exemplares, em diálogo com as documentações já abordadas, nos permitem refletir sobre a possibilidade de interlocução entre os movimentos sociais da época, para além de suas tensões⁴⁷. As reivindicações de pautas em comum, bem como a solidariedade e as lutas entre os movimentos feminista, negro, lésbico, travesti e homossexual, tornam-se evidentes em alguns dos documentos encontrados, principalmente naqueles relacionados ao ato público contra a violência e repressão do delegado José Wilson Richetti, em 1980. A fim de exemplificar parte da solidariedade estabelecida entre as lutas desses movimentos, trazemos o documento abaixo:

VIDA AOS TRAVESTIS!

ATO DE PROTESTO AO ASSASSINATO DE TRAVESTIS - DIA 7, SÁBADO, ÀS 23 HS, NA FRENTE DA ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA, NA R. GENERAL JARDIM, ENTRE CÂNDIDO MOTA E DR. VILANOVA. É PRECISO DETER OS ESQUADRÕES DE ASSASSINOS DE TRAVESTIS E A VIOLÊNCIA POLICIAL. [...] SE NÃO PROTESTARMOS, TODAS AS MINORIAS, TODOS OS DIFERENTES SERÃO ALVO DE VIOLÊNCIA E REPRESSÃO. Dia 20, novo Ato e Passeata, às 18:30, na pç da República.⁴⁸

Este panfleto ressalta a importância dada para a mobilização coletiva e articulada de “todas as minorias, todos os diferentes” face ao contexto de violência e repressão estatal sobre determinadas identidades dissidentes. Ainda sobre este mesmo ato de resistência à “Operação Limpeza” do delegado Richetti, destacamos outro documento que ressalta para a questão da articulação de lutas e mobilizações entre movimentos:

[...] O alvo preferido do delegado são os homossexuais, os negros, travestis e prostitutas. Porém, qualquer outra pessoa pode ser detida. Por isso estamos convocando todas as pessoas a participarem do ATO PÚBLICO CONTRA A REPRESSÃO POLICIAL a ser realizado na sexta-feira, dia 13/06/80, nas escadarias do Teatro Municipal, às 18:30 horas. Precisamos dar um basta à essa onda de violência. TODOS AO ATO PÚBLICO.⁴⁹

Assinado por grupos que representavam o movimento negro, lésbico, feminista, de mulheres, homossexual e organizações da esquerda brasileira, este panfleto demonstra a mobilização coletiva de grupos que, não raro, viam a necessidade de articular suas reivindicações e pautas em defesa de seus direitos

⁴⁷ No capítulo “‘Queremos ser o que somos’: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985)”, apresentamos considerações a respeito das tentativas de construção de lutas interseccionais entre esses movimentos (Cf. BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019).

⁴⁸ AEL/Unicamp.

⁴⁹ AEL/Unicamp.

coletivos⁵⁰, contra a repressão do Estado e contra a precarização de suas vidas. A partir do contato com as coleções presentes no AEL, é possível compreender as diversas redes de vínculo e de fortalecimento estabelecidas individual e coletivamente entre os indivíduos que fizeram parte dessa resistência⁵¹.

Com base também nesta documentação citada acima, refletimos sobre a capacidade do arquivo em materializar determinadas memórias, uma vez que é capaz de desenvolver/emergir diversas narrativas a partir de seus documentos. Dessa forma, faz-se necessário ressaltar o papel e a importância social do AEL – enquanto arquivo público – para preservar diversas memórias e patrimônios materiais e culturais de grupos sexuais, étnicos, políticos e sociais que foram fundados, se expandiram e lutaram durante o período ditatorial e na redemocratização no Brasil. Portanto, o AEL assume um lugar de memória em retomar identidades de grupos historicamente marginalizados que lutaram por seus direitos, como o movimento homossexual, lésbico, de mulheres, feminista e negro, por exemplo⁵², operando também enquanto um arquivo vivo de luta.

Gênero, arquivos e memórias sobre as ditaduras: pesquisas feministas realizadas no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC)

Considerado como um “arquivo do feminismo dos tempos de ditadura”⁵³, o Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) vem desde o ano de 2004 conquistando e acumulando uma série de pesquisas e documentos – como periódicos, entrevistas, fotografias, entre outros – que remontam e tematizam as ditaduras do Cone Sul – Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Chile. Numa ótica teórico-metodológica que problematiza as relações de gênero e os feminismos nesses países, suas pesquisas entendem essas categorias como centrais para compreender as relações de poder e as hierarquias nos corpos como um conflito social⁵⁴.

Um dos mais recentes projetos de pesquisa que vigorou no LEGH⁵⁵ e que teve extrema importância para a reflexão e construção desse artigo, assim como para outros trabalhos publicados⁵⁶ com

⁵⁰ BORGES, Luiz A. Possamai; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. “Queremos ser o que somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 209-332.

⁵¹ Ibidem.

⁵² PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. *Patrimônio e Memória* 3, n. 1. 2007, p. 87-100.

⁵³ SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, p. 193-210, dez. 2018.

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Sobre os projetos em andamento realizados no Laboratório, ver: <http://www.legch.cfh.ufsc.br/pesquisas/>.

⁵⁶ Destacam-se os seguintes trabalhos: “‘Queremos ser o que somos’: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985)” (BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019) e “Entre lutas, afetos e emoções no Brasil: movimentos de liberação homossexual (1964-1985)” (BORGES; ZANDONÁ, 2020).

a documentação do AEL, foi o “Mulheres de Luta: esquerdas e feminismo no Brasil (1964-1985)” – financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O projeto – que foi realizado entre 2016 e 2019 – teve como principal objetivo investigar as lutas e resistências feministas exercidas por, sobretudo, mulheres, no período da ditadura civil-militar sob a ótica das relações de gênero. Não somente problematizando as hierarquias de gênero marcadas nos corpos, o projeto considerou também a interseccionalidade dentro das/os integrantes dos movimentos, percebendo as marcas de raça, sexualidade e classe como fundamentais para entender e complexificar o estudo sobre a condição da mulher e das sexualidades dissidentes no período ditatorial. As/os pesquisadoras/es do LEGH que compuseram o projeto – da graduação ao pós-doutorado – se engajaram em investigar as peculiaridades e as pautas do feminismo enquanto movimento político, social e histórico, destacando também para as desigualdades e hierarquias presentes nos grupos de esquerda que atuaram em concomitância contra a ditadura brasileira.

Para a retomada dessas memórias, foram realizados levantamentos de fontes orais e documentais por parte da equipe do LEGH, possibilitando, assim, a construção de novas narrativas históricas sobre o período. Ao longo da pesquisa o acervo do LEGH conseguiu desenvolver trinta novas entrevistas⁵⁷, além da coleta de novos documentos, expandindo seu acervo testemunhal e documental⁵⁸. Além do trabalho com as entrevistas – vinculado à metodologia da História Oral –, o projeto atuou na investigação de arquivos – a partir de viagens de pesquisa de equipes de pesquisadores/as – como feito no AEL, no Centro da Informação da Mulher (CIM), no arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no Arquivo Nacional e entre outros. O trabalho resultou em um livro e em um webdocumentário organizado tematicamente e lançado em novembro de 2019, durante a realização da IV Jornadas do LEGH: Mulheres de Luta⁵⁹.

Os *minidocs* que integram o webdocumentário foram roteirizados a partir do trabalho de equipes em analisar e selecionar trechos das fontes documentais e orais coletados e existentes no arquivo do LEGH, buscando assim construir uma narrativa da trajetória de luta dos movimentos feministas e suas intersecções e conflitos sociais que emergiram com os movimentos de esquerda durante os anos de 1964 a 1985. Assim, é a partir da junção de diversos documentos selecionados, de trechos de vídeos, áudios e fotografias, que se realizaram esse material com fim público e didático, em forma de *site* interativo. Pretendemos, com a produção do webdocumentário, que estes materiais se tornem acessíveis e utilizados

⁵⁷ Atualmente o acervo do LEGH possui mais de 230 entrevistas sobre a militância feminista e de esquerdas durante os anos 1960, 1970 e 1980 nos países do Cone Sul (Cf. SILVA; PEDRO; WOLFF, 2018).

⁵⁸ A respeito das pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e de seu acervo, ver mais em: IRE, Binah; SILVA, Janine Gomes da. O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH: pesquisas e histórias feministas. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina. (Org.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 384-405.

⁵⁹ O livro e os webdocumentários podem ser encontrados no site do Mulheres de Luta. Disponível em: <<https://mulheresdeluta.ufsc.br>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

por diversos públicos, como estudantes de ensino fundamental e médio, professoras/es das redes públicas e privadas de ensino, estudantes universitárias/os, imprensa, movimentos, ONGs, entre outras. Dessa forma, podemos compreender que os produtos do projeto “Mulheres de Luta” propõem extrapolar as barreiras de espaço existentes na academia, democratizar o acesso à informação e contribuir para uma nova forma de pensar a educação histórica sobre a ditadura civil-militar no Brasil, construindo uma plataforma dinâmica e didática que corrobora com o exercício da História Pública⁶⁰. Desse modo, possibilitamos a democratização do conhecimento e a difusão de narrativas que se encontram salvaguardados em arquivos e diferentes lugares de memórias.

Considerações finais

No tempo presente, os caminhos da violência continuam tomando suas formas assustadoras. A violência contra os corpos e sexualidades dissidentes, o machismo, o racismo e o classismo, por exemplo, encontram-se latentes na sociedade brasileira, a qual carrega reminiscências de um passado violento e repressor. Nesse sentido, percebemos a importância de continuar resistindo às estruturas dominantes de poder que sustentam as relações entre os corpos e subjetividades. Afastando-se das situações de violência em direção à conscientização, buscamos tornar pública as narrativas e memórias daquelas/es que existem, até hoje, enquanto resistência.

Nesse sentido, pretendemos, ao longo deste trabalho, realizar a compreensão do AEL enquanto um espaço de memória das sexualidades dissidentes, a partir também da contextualização de grupos de luta contra a ditadura brasileira, a respeito dos grupos homossexuais, lésbicos e feministas, por exemplo. O Arquivo Edgard Leuenroth nos ofereceu subsídios para melhor problematizar esta rede de movimentos contra-hegemônicos que emergiram enquanto resistência às estruturas de poder do período da ditadura civil-militar, possuindo inúmeras fontes raras e, atualmente, atuando como um dos maiores acervos públicos de movimentos sociais do Brasil, sendo, de fato um arquivo vivo da luta LGBTQI+ no Brasil.

Mesmo com a consciência de que o arquivo possui seus silenciamentos e apagamentos – ao passo em que não dá conta de abranger todos os corpos e subjetividades em sua documentação – percebemos a importância dessas histórias serem publicizadas e amplamente divulgadas. A partir do movimento de deslocar essas histórias do âmbito privado ao público, as consideramos capazes de gerar reconhecimento coletivo e promover novas formas de luta.

Para além de preencher lacunas a respeito dos movimentos sociais e LGBTQI+ brasileiros, intencionamos ao longo deste trabalho instigar a pesquisa histórica que pense as diferentes memórias e

⁶⁰ ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História Pública: a comunicação e a educação histórica. *Revista Observatório*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 41-65, abr. 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3465>>. Acesso em: 1 de mar. 2020.

vivências individuais e coletivas salvaguardadas pelo Arquivo Edgard Leuenroth. Pretendemos, então, contribuir para uma historiografia comprometida em promover a inserção de grupos que, por muito, foram negligenciadas/os da História.

FONTES

AEL/Unicamp. Pastas: “Atobá”, “Centro da Mulher Brasileira São Paulo”, “Coletivo Feminista Campinas”, “Darling”, “Gente Gay”, “Grupo Ação de Liberação Feminista – GALF”, “Grupo Feminista – coleção Elisabeth Souza Lobo”, “Grupo Outra Coisa”, “Grupo Somos”, “João Antônio Mascarenhas”, “O Snob”, “Oito de março” e “Triângulo Rosa”.

REFERÊNCIAS

BORGES, Luiz A. Possamai; ZACCHI, Lara Lucena; ZANDONÁ, Jair. “Queremos ser o que somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 209-232.

BORGES, Luiz A. Possamai; ZANDONÁ, Jair. Entre lutas, afetos e emoções no Brasil: movimentos de liberação homossexual (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair. *IV Jornadas do LEGH: anais eletrônicos*. Florianópolis: LEGH/UFSC, 2020, p. 399-412.

BOURCIER, Sam. *La Fièvre des Archives #1 – Le pouls de l’archive, c’est en nous qu’il bat*, Friction Magazine. 05/05/2018. Disponível em: <https://friction-magazine.fr/archives-vie-le-pouls-de-larchive-cest-en-nous-quil-bat/>. Acesso em: 21 fev. 2020.

CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela. *Políticas antigênero en América Latina: Brasil – ¿La catástrofe perfecta?*. Trad. de Jimena de Garay. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), proyecto basado en Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

D’ARAÚJO, Maria Celina. Fatos e Imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. *FGV CPDOC*, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 10 mar. 2020.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Resgate de arquivos: o caso Edgard Leuenroth. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 54, p. 21-30, 1 mar. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/49110>.

GREEN, James N. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Trad. de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927 – 1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*. Homossexualidade. Sociedade, Movimento e Lutas. Campinas, Unicamp/IFCH/AEL, v. 10. n. 18/19. p. 189-313, 2003.

IRE, Binah; SILVA, Camila D.; LENZI, Maria H. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob estado de exceção. In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 185-208.

- IRE, Binah. ; SILVA, Janine Gomes da; O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH: pesquisas e histórias feministas. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina. (Org.). *Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba: Appris, 2019, p. 384-405.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História* - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PELEGRI, Sandra de Cássia Araújo. "O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas." *Patrimônio e Memória* 3, n. 1. 2007, p. 87-100.
- PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2012.
- ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. HISTÓRIA PÚBLICA: a comunicação e a educação histórica. *Revista Observatório*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 41-65, abr. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3465>. Acesso em: 1 de mar. 2020.
- SILVA, Janine Gomes da; PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Acervo de pesquisa, memórias e mulheres: o Laboratório de Estudos de Gênero e História e as ditaduras do Cone Sul. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, p. 193-210, dez. 2018.
- SIMÕES, Júlio Assis. O protesto contra o delegado Richetti em São Paulo. In: CAETANO, Marcio *et al. Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)*. Tubarão: Copiart; Rio Grande: Furg, 2018, p. 39-42.
- SOLIVA, Thiago Barcelos. A confraria gay: um estudo sobre a trajetória da Turma OK. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa. (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 121-135.
- VERAS, Elias; PEDRO, Joana Maria. Outras Histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (Org.). *História & Teoria Queer*. 1ed. Salvador: Editora Devires, 2018, v. 1, p. 123-142.
- ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O Movimento Homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos Ael*, Campinas, n. 5/6, p. 193-220, 1996/1997.

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Grazielly Alessandra Baggenstoss¹

Professora Adjunta do Departamento de Direito, Centro de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

RESUMO: Este trabalho, a partir de revisão bibliográfica narrativa, pretende discutir sobre a relevância das ações relacionadas à existências não normativas; a relevância das ações que nos lembrem de quem somos; de que nossa existência está associada a um contexto em que existimos há muito tempo e que a nossa luta é política - relevância da memória para dizermos quem somos; e sobre a relevância de lembrarmos que as conquistas formais, sedimentadas pelos direitos, não podem perder a sua memória ou o seu contexto de ocorrência. Conta com referências teóricas de base de Donna Haraway e referências mencionadas da Teoria da Representação Social (Denise Jodelet e Serge Moscovici) e da esfera jurídica de direitos fundamentais, especificamente Joaquín Herrera Flores. Busca-se, ainda, pretende-se destacar o processo histórico e político dos direitos, bem como a imprescindibilidade de se impedir o retrocesso de direitos fundamentais a partir da memória.

PALAVRAS-CHAVE: Representações Sociais. Memória Coletiva. Direitos Fundamentais. Direito à Imagem. Direito à Memória.

THE IMPORTANCE OF MEMORY FOR THE RIGHT'S GUARANTEE

ABSTRACT: *This study, based on a narrative bibliographic review, aims to discuss the relevance of actions related to non-normative existences; the relevance of actions that remind us of who we are; that our existence is associated with a context in which we have existed for a long time and that our struggle is political - relevance of memory to say who we are; and on the relevance of remembering that formal conquests, consolidated by rights, cannot lose their memory or their context of occurrence. It has basic theoretical references from Donna Haraway, and mentioned references from the Social Representation Theory (Denise Jodelet and Serge Moscovici) and the fundamental rights, specifically Joaquín Herrera Flores. It also intends to alert the historical and political process of rights, as well as the need to prevent the reversal of fundamental rights from memory.*

KEYWORDS: *Social Representation. Collective Memory. Fundamental rights. Image Rights. Memory laws.*

¹ Doutora e Mestra em Direito, com ênfase em Teoria Crítica do Direito (UFSC); Doutoranda em Psicologia, com ênfase em Psicologia Social Crítica. Fundadora e coordenadora do Lilith - Núcleo de Pesquisas em Direito e Feminismos (CNPq-UFSC). Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Centro de Ciências Jurídicas - CCJ, Campus Universitário, sn, Bairro Trindade, Florianópolis, SC, CEP 88040-900.

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA PARA A GARANTIA DE DIREITOS

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio foi elaborado para o evento “IV Seminário de Política de Acervos – Memórias e Patrimônios LGBT”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, nos dias 04, 05 e 06 de novembro de 2019, em Florianópolis, SC, e teve como proposta "a reflexão sobre identidades e expressões de gênero e sexualidades não normativas que possam ser suscitadas a partir da pesquisa realizada com acervos culturais, no patrimônio de museus, arquivos e bibliotecas". Na oportunidade, a autora deste fez a fala sobre este estudo, pretendendo discutir sobre a relevância das ações relacionadas à existências não normativas; a relevância das ações que nos lembrem de quem somos; de que nossa existência está associada a um contexto em que existimos há muito tempo e que a nossa luta é política – relevância da memória para dizermos quem somos; e sobre a relevância de lembrarmos que as conquistas formais, sedimentadas pelos direitos, não podem perder a sua memória ou o seu contexto de ocorrência. Para tanto, este estudo apresenta, como base epistemológica, o pensamento feminista especificamente a partir Donna Haraway², diante da consciência dos saberes localizados com apoio das representações sociais de Denise Jodelet (1985)³. Estruturalmente, traz-se (a) a referência teórica sobre as representações sociais e a memória coletiva; (b) a crononormatividade, como contraponto de narrativa histórica; (c) a memória como instituto associado ao direito da imagem, a partir da leitura de Herrera Flores sobre direitos fundamentais. O escrito é fundado em revisão bibliográfica narrativa, de aporte indutivo. Busca-se, ainda, pretende-se destacar o processo histórico e político dos direitos, bem como a imprescindibilidade de se impedir o retrocesso de direitos fundamentais a partir da memória.

2. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA COLETIVA

As representações sociais são fenômenos que explicam os fenômenos da vida, possuindo funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circula⁴. Orientam-nos a pensar que conhecemos um objeto ou um fenômeno não por ele em si e não somente pela nossa subjetividade,

² Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7-41, 2009. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

³ JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: Moscovici S (org) *Psicología social*. Barcelona: Paidós; 1985. p. 469-94.

⁴ Sendo formas de conhecimento, as representações sociais constituem uma vertente teórica da Psicologia Social que faz contraponto com as demais correntes da Filosofia, da História, da Sociologia e da Psicologia Cognitiva que se debruçam sobre a questão do conhecimento. Situa-las na ótica da Psicologia Social implica, portanto, discutir tanto aquilo que é compartilhado pelas demais disciplinas — e que faz das representações sociais um campo transdisciplinar — quanto a contribuição específica da Psicologia Social.

mas a partir da intersubjetividade e a partir da do conhecimento ancestral que dá sentido à estrutura individual em que estamos inseridas⁵.

Nessa orientação cognitiva, portanto, as representações sociais manifestam-se por meio de imagens, conceitos, categorias, teorias, marcadores sociais, formas de interação social, dentre outros, que se referem a formas de existência, coexistência, convivência e organização social que são elaborados e compartilhados intersubjetivamente, tendo em vista a promoção de uma realidade em comum que viabiliza a comunicação.

A complexidade de sentidos e concretizações percebidas pelas representações sociais não se dá de modo atemporalizado. A memória é um condutor necessário para o compartilhamento das representações sociais. A par disso, a TRS baliza-se pela categoria de memória coletiva.

Na categoria memória coletiva, cuida-se dos processos de objetivação, ancoragem, de gênese e de transformação de representações em diálogo com a história⁶, – traz, logo, discussões historiográficas sobre memória e história, que são dois modos de gestão do passado e também do conhecimento, tendo em vista que conhecemos os objetos da vida e seus sujeitos a partir de compreensões coletivas ancestrais sobre tais.

Os processos de objetivação e de ancoragem são a base das representações sociais, determinando conteúdo e estrutura. O processo de objetivação, inicialmente, concentra-se no sentido que determinado objeto representado possui em um contexto específico e qual a sua associação com a prática⁷. Esse processo é compreendido de três etapas: seleção construtiva ou descontextualização da informação (em que informações são selecionadas, descontextualizadas e reorganizadas em um esquema hipotético); criação do núcleo ou esquema figurativo (em que se consolida o esquema hipotético em uma estrutura informativa, convertendo imagens em ideias); naturalização (em que os elementos do esquema imagético é relacionado com a realidade, como se real fosse)⁸.

Na sequência, há o processo de ancoragem, em que "o sistema de conhecimentos da representação se ancora na realidade social, atribuindo-lhe uma funcionalidade e um papel regulador da interação grupal"⁹.

⁵ JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: Moscovici S (org) *Psicología social*. Barcelona: Paídos; 1985. p. 469-94.

⁶ VILLAS BOAS, Lúcia. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 244-258, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000200244&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2020.

⁷ CASADO, E.; CALONGE, S. *Conocimiento social y sentido comum*. Caracas: Fondo Editorial de Humanidades y Educación, 2001.

⁸ MOSCOVICI. *A Representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁹ PÁEZ, D. Características, funciones y proceso de formación de las representaciones sociales. In: PÁEZ, D. et al. *Pensamiento, individuo y sociedad: cognición y representación social*. Madrid: Fundamentos, 1987. p. 297-317.

Doise, ainda, apontará a existência de três nuances do processo de ancoragem: a ancoragem psicológica (integração do conhecimento a crenças ou valores), a ancoragem psicossociológica (como os indivíduos se situam simbolicamente em razão das relações sociais) e a ancoragem sociológica (vínculo entre a representação social e o sentimento de pertencimento a um determinado grupo)^{10,11}. Após os processos de objetivação e ancoragem, a representação social torna-se realidade e é incorporado à linguagem e à memória coletiva. Tais processos consistem em construção da comunicação "a partir da transformação de teorias e conceitos complexos em um instrumento para categorizar comportamentos a fim de servir de guia para a ação"¹².

Os saberes localizados trazem a ideia de que a produção de conhecimento e, igualmente, a produção da memória e da história está vinculado a um contexto e a determinadas pessoas. É nesse sentido que os processos relacionados às representações sociais e à memória coletiva traz a reivindicação "[...] ao passado, à história, à memória, tanto para enfatizar o que do passado se insere nas novas representações (a marca do passado e, por consequência, as especificidades do presente) como para compreender como a memória e o conhecimento se articulam, como o pré-construído age sobre a aquisição de informações e saberes novos"¹³. Aqui, então, cumpre-nos a ideia de questionar sobre o passado e sobre qual história é contada, a partir de qual contexto, e por quais pessoas.

3. HISTÓRIA E OUTRAS NARRATIVAS PELA CRONONORMATIVIDADE

Em Hobsbawn¹⁴, compreende-se que “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse sentido do passado na sociedade e localizar suas mudanças e transformações”. A história, assim, enquanto função, pode descobrir os padrões e mecanismos da mudança histórica em geral, e mais particularmente das transformações das sociedades

¹⁰ DOISE, W. Les Représentations sociales: définition d'un concept. In: DOISE, W.; PALMONARI, A. (Dir.). *L'Étude des représentations sociales*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1986. p. 81-94.

¹¹ VILLAS BOAS, Lúcia. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 45, n. 156, p. 244-258, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000200244&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2020.

¹² VILLAS BOAS, Lúcia. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 45, n. 156, p. 244-258, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000200244&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2020.

¹³ ROUSSIAU, N.; BONARDI, C. Quelle place occupe la mémoire sociale dans le champ des représentations sociales? In: LAURENS, S.; ROUSSIAU, N. (Dir.). *La Mémoire sociale: identités et représentations sociales*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002. p. 41.

¹⁴ HOBBSAWN, E. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

humanas durante os últimos séculos ou anos. Em lugar de previsões ou esperanças, é isso que é diretamente relevante para a sociedade contemporânea e suas perspectivas”¹⁵.

Elizabeth Freeman chama o controle da organização biopolítica da temporalidade como crononormatividade, em que há "uso de tempo para organizar os corpos humanos individuais em direção a uma máxima produtividade"¹⁶. É de tal concepção que se parte o questionamento de como as histórias são contadas, quais remanescem e qual o impacto de tais histórias na vida das pessoas, pelas representações sociais e pela memória coletiva.

Como mencionado, na organização do conhecimento da realidade, (a) estabelece-se uma ordem que “possibilite aos indivíduos orientarem a si mesmos e controlar o mundo social em que vivem; (b) para facilitar a comunicação entre os membros de uma comunidade, provendo-os de um código para nomear e classificar os diversos aspectos de seu mundo e de sua história individual e grupal”¹⁷.

Em uma perspectiva geopolítica, tem-se, como narrativa histórica universal, a percepção de que os colonizadores europeus são conquistadores das terras, quando, em uma rotação narrativa, tem-se que produziram genocídio, epistemicídio e ecocídio no contexto Sul Global. Aí, com apoio a reflexões pós-coloniais, quais narrativas buscam mascarar tais violências, sob a justificativa de socialização de uma civilidade padronizadamente violenta.

No campo dos estudos de gênero e da historiografia da comunidade LGBTQI+, tem-se que tais corpos, a partir do prisma narrativo ocidental moderno, são considerados marginalizados, excêntricos, por não estarem no centro da norma social heterocisnormativa branca. São, portanto, corpos invisibilizados, em uma perspectiva de referência e, também, considerados fronteiriços da própria norma.

A crononormatividade, assim, auxilia-nos a refletir sobre quem conta a história sobre determinados corpos: são narrativas das próprias vidas, cientes e conscientes de sua historicidade, existências e afetividades, ou são narrações a partir de outros corpos, que se apoiam em uma epistemologia hierárquica, e que se colocam como centro de referência moralista de vida. Faz-se fundamental, portanto, a contraposição à história única, maniqueísta, orientada por balizas que representam o apagamento de vidas e saberes.

Nesse cenário, os acervos referentes às narrativas que se contrapõe ao discurso hegemônico violento. Os acervos possuem a potência de narrar histórias de contraposição e de questionamento a uma história de invisibilidade da pluralidade humana. Em tal panorama, igualmente, encontra-se a

¹⁵ HOBBSBAWN, E. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2005

¹⁶ FREEMAN, Elizabeth. *Time Binds: Queer Temporalities, Queer Histories*. Durham: Duke University Press, 2010, p. 3

¹⁷ VALENCIA, José Francisco. Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In: SÁ, Celso Pereira de (Coord.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 114.

imprescindibilidade dos acervos e de suas narrativas para promover a noção de identidade ou sentimento de pertencimento aos corpos que tiverem acesso a essas outras narrativas. Aqui, portanto, desenha-se a importância desse todo complexo para a memória dos sujeitos, bem como, incidentemente, para a imagem das pessoas, a qual é um direito fundamental.

4. O DIREITO À MEMÓRIA COMO ADVINDO DO DIREITO À IMAGEM

Os direitos fundamentais, sustentados como as prerrogativas que todo ser humano possui para ter condição de vida digna, são capitulados, no Brasil, na Constituição Federal, a partir do art. 5º. No entanto, essa concepção única dos direitos fundamentais nessa delimitação é reducionista. Joaquín Herrera Flores sugere, para evitar a perspectiva rasa, que o exame sobre tais direitos devem ser vinculados a um exame acurado da realidade social, isso porque os direitos garantem bens da vida, mencionam condições materiais para exigí-los e reivindicam também a importância das lutas sociais na sua concepção e consolidação¹⁸.

Para pensarmos eticamente os direitos fundamentais, podemos percebê-los por três dimensões. Na primeira dimensão, estão categorias genéricas que nos orientam por uma determinada leitura da realidade; são as teorias, as instituições, as forças produtivas, as relações sociais de produção. Em segundo momento, há a categoria das materialidades, em que encontramos: posição; disposição; narrações e historicidade. Em uma última dimensão, tem-se espaço; valores; desenvolvimento e práticas sociais, promovendo a contextualização dos direitos fundamentais¹⁹.

Pelos elementos conceituais teoria, valores, narrativas, instituições, notam-se orientações que são excludentes dos grupos vulneráveis com a comparação da posição, que é o lugar ocupado na intersubjetividade, que se refere especificamente ao acesso a um determinado bem. Isso se verifica com o enlaçamento da narrativa hegemônica, que pondera a heteronormatividade com a central para a coletividade, a partir da crononormatividade. Em contraposição, os elementos materiais denunciam a localização dos corpos vulnerabilizados, pela dificuldade de acesso pela consciência das posições intersubjetivas, e, especialmente pelas motivações históricas de grupos sociais que movimentam os processos sociais.

Assim, os direitos fundamentais não podem somente ser vislumbrados como prerrogativas da lei, mas também como resultados provisórios de lutas sociais, ocorridas por conta do negado ou difícil acesso a determinado bem vital em um determinado contexto. As dificuldades ou barreiras para tal acesso são justificadas por diversas representações sociais que estruturam a sociedade, relacionadas a questões sociais

¹⁸ FLORES, Joaquín Herrera. A (Re) invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2009.

¹⁹ idem.

e econômicas, questões étnicas, diferenças culturais, questões territoriais, orientação sexual – como o é no caso da comunidade LGBTQI+.

Em uma nova perspectiva dos direitos humanos, Flores invoca a necessidade de que os direitos fundamentais “que leve em consideração a realidade da exclusão de quase 80% da humanidade dos ‘benefícios’ da nova ordem global”²⁰. Essa relação intersubjetiva de lutas, bem como a vinculação entre passado e presente dessas reivindicações que devem estar na consciência do imaginário social para que os direitos garantidos sejam concretizados e para que se possam ampliar a cobertura de tais garantias de mais corpos. A presença, portanto, de espaços em que se tenha acesso e consciência à nossa história, como os acervos LGBT, para (re)formulação da nossa memória coletiva, é essencial.

A importância da memória, promovida pelo acervo, o qual estimula a memória coletiva, acionando reformulações das representações sociais discriminatórias, sejam sociais ou institucionalizadas, também alcança, por esse motivo, a percepção de pertencimento dos sujeitos - o que, ainda, alcança a sua própria perspectiva de autoimagem e imagem social, já que se refere a como o sujeito se percebe e se comporta no meio social, sendo aceito ou sofrendo repulsa ou sanções sociais.

A imagem, individualmente considerada, representa a expressão perceptível do sujeito. Assim, sua proteção é considerada um direito fundamental, conforme disposto no artigo 5º, inciso X, da CRFB/88. Além disso, sua proteção também se dá por ser considerada a imagem um dos direitos da personalidade, juntamente com outros direitos, como o direito ao corpo e o direito ao nome. A questão da imagem, individualmente, é consiste na possibilidade de representação da estética humana, como por pintura, fotografia, filme etc. Qualquer ato que ofenda a imagem de um indivíduo é considerado ato ilícito, cabendo-lhe, ao ofensor, responder por indenização por danos morais²¹ e, dependendo do ato, também pela via criminal (respondendo por crimes contra a honra, por exemplo). Em alguns casos, ainda, a ofensa pode ser considerada como lesiva ao coletivo dos grupos vulneráveis, como é o caso do enquadramento de uma fala ao crime de racismo (Lei nº 7.716/89).

É diante dessa linha de pensamento que se desenvolve a importância de se assegurar o direito à memória dos grupos vulneráveis, não só para uma compreensão individual do direito à imagem, mas também para uma observação coletiva da sua historicidade e dos tensionamentos políticos que formataram a ordem jurídica para prever os direitos fundamentais.

Articulada por Baumeister e Leary²², a percepção e necessidade de pertencimento é considerada uma motivação que seres humanos têm para procurar e manter laços sociais profundos, saudáveis e

²⁰ FLORES, Joaquín Herrera. A (Re) invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2009, p. 74.

²¹ O inciso V, do artigo 5º, da Constituição Federal, assegura “o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou a imagem”.

²² Baumeister, R. F., & Leary, M. R. The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, 117(3), 497-529, 1995

relacionados à identificação pessoal e interpessoal. Não é somente o anseio de estar em um determinado grupo social, mas também se refere ao caráter das vinculações promovidas dentre desse grupo, primando por uma concepção de aceitação.

As consequências da percepção de pertencimento são saudáveis e de caráter fisiológico e psicológico, como menor incidência de doenças²³. Em contraponto, "déficits no sentimento de pertencimento foram identificados como prejudiciais às habilidades de socialização, levando à ansiedade e isolamento social (Baumeister, Brewer, Tice, & Twenge, 2007; Brown, Silvia, Myin-Germeys, & Kwapil, 2007; DeWall & Baumeister, 2006). Além disso, o sentimento de solidão tem valor preditivo em relação à mortalidade entre adultos mais velhos (Tilvis et al., 2012) e está relacionada com decréscimos na saúde física e habilidades cognitivas (Hawkey & Cacioppo, 2010)"²⁴.

Tal percepção incide diretamente na questão da imagem e, por conseguinte, da memória, seja individual ou coletiva. A consciência da situação ocupada no processo de acesso aos bens, como consciência de como se atua em tal prática, bem como a compressão da historicidade dos direitos fundamentais são acionadas a partir de fatores que fomentem a construção e a manutenção da memória dos grupos vulnerabilizados. A possibilidade de tais grupos falarem por si, suas narrativas e suas percepções, potencializa a historicidade dos direitos fundamentais, fomentando a construção da imagem, coletiva e individual, dos sujeitos pertencentes aos grupos referidos. Nesse sentido, considerando o critério inclusivo hermenêutico de leitura dos direitos fundamentais, é possível e necessário associar a ideia de direito à imagem com a possibilidade de direito à memória, não expressa no texto constitucional, mas deduzível pelos argumentos mencionados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como problemática do Direito, o sujeito universal, vinculado a uma narrativa universal, pretende-se com prerrogativas de garantia de direitos fundamentais universais. No entanto, na prática, verifica-se que tais direitos não são garantidos a todos nem a todas, exatamente pela orientação crononormativa e heteronormativa nas narrativas centrais. Lida, o discurso jurídico, com uma noção de atemporalidade e

²³ Como os próprios autores apontam, a maior contribuição da teoria da necessidade de pertencimento não foi unicamente apontar a existência de tal necessidade, mas sim salientar seu poder de influência sobre outras variáveis psicológicas e fisiológicas (Baumeister, 2012). Um estudo de Begen e Turner-Cobb (2011) mostrou que a percepção de pertencimento está ligada à incidência de humores positivos e a uma menor incidência de sintomas fisiológicos de doenças. Cf. GASTAL, Camila Azevedo; PILATI, Ronaldo. Escala de Necessidade de Pertencimento: Adaptação e Evidências de Validade. *Psico-USF*, Itatiba, v. 21, n. 2, p. 285-292, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712016000200285&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2020, p. 286.

²⁴ GASTAL, Camila Azevedo; PILATI, Ronaldo. Escala de Necessidade de Pertencimento: Adaptação e Evidências de Validade. *Psico-USF*, Itatiba, v. 21, n. 2, p. 285-292, Aug. 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712016000200285&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2020, p. 286.

descontextualizado, sem o levantamento das lutas políticas, acirradas na prática, para a configuração dos direitos. Assim, apesar de se falar em igualdade, vê-se, de uma leitura sistêmica do Direito brasileiro, que se centra em família cisheteronormativa branca, pautado pelo binarismo homem-mulher heterossexual, que cumpre uma função de economia política excludente. Entende-se, assim, igualmente, que o direito, por essa lente, possui uma função de técnica de poder que promove a manutenção das desigualdades sociais, pois se trata de instituição que produz sujeitos e articula poderes.

Atenta-se, então, à narrativa de contraposição entre o discurso do Estado, que é o Direito, juntamente e a história dos corpos não vistos pelo Estado - essa história, que produz memória, é extremamente imprescindível para a continuidade da existência desse corpos. É imprescindível, assim, destacar que o Direito tem uma história que é localizada, contextualizada, que tutela determinados corpos em detrimento dos outros. É uma ação orientada a que deve ser contraposta, pela denúncia da crononormatividade, pela narrativa dos grupos vulneráveis. Além da contraposição das narrativas, vê-se a imprescindibilidade de compreender a abrangência da memória para os sujeitos presentes neste tempo e neste espaço, elucidando-se sua historicidade coletiva, na percepção de pertencimento, promovendo o acesso à sua imagem e autoimagem, e potencializando-o ao fortalecimento para a garantia de seus direitos.

REFERÊNCIAS

- JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: Moscovici S (org) **Psicología social**. Barcelona: Paidós; 1985. p. 469-94.
- JESUÍNO, J. C. Ancrages. In: BUSCHINI, F.; KALAMPALIKIS, N. (Org.). *Penser la vie, le social, la nature: mélanges en l'honneur de Serge Moscovici*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 2001. p. 267-291.
- CASADO, E.; CALONGE, S. *Conocimiento social y sentido comum*. Caracas: Fondo Editorial de Humanidades y Educación, 2001. (Estudios: Letras)
- PÁEZ, D. Características, funciones y proceso de formación de las representaciones sociales. In: PÁEZ, D. et al. *Pensamiento, individuo y sociedad: cognición y representación social*. Madrid: Fundamentos, 1987. p. 297-317.
- MOSCOVICI. *A Representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DOISE, W. Les Représentations sociales: définition d'un concept. In: DOISE, W.; PALMONARI, A. (Dir.). *L'Étude des représentations sociales*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1986. p. 81-94.
- ROUSSIAU, N.; BONARDI, C. Quelle place occupe la mémoire sociale dans le champ des représentations sociales? In: LAURENS, S.; ROUSSIAU, N. (Dir.). *La Mémoire sociale: identités et représentations sociales*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2002. p. 33-49.
- FREEMAN, Elizabeth. *Time Binds: Queer Temporalities, Queer Histories*. Durham: Duke University Press, 2010.

FLORES, Joaquin Herrera. A (Re) invenção dos direitos humanos. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2009.

Hobsbawn, E. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

VALENCIA, José Francisco. Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In: SÁ, Celso Pereira de (Coord.). Memória, imaginário e representações sociais. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

VILLAS BOAS, Lúcia. História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 45, n. 156, p. 244-258, June 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000200244&lng=en&nrm=iso>. access on 15 Mar. 2020.

VILLAS BOAS, Lúcia Pintor Santiso. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. Cafajeste. Pesqui. São Paulo, v. 40, n. 140, p. 379-405, agosto de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000200005&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 de março de 2020.

LGBTFOBIA MUSEOLÓGICA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS SIMBÓLICAS UTILIZADAS NOS MUSEUS PARA INVISIBILIZAR PESSOAS LGBT

Tony Boita¹

Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Universidade Federal de Goiás (UFG)

RESUMO: O presente artigo apresentará os mecanismos da LGBTfobia museológica. Pretende-se refletir sobre o papel dos museus frente à invisibilização das memórias de pessoas LGBT. Inicialmente serão apresentadas duas cenas etnográficas sobre a diversidade nos museus. Posteriormente pretendo apresentar um panorama sobre a LGBTfobia brasileira e como esse tipo de intolerância pode ser verificado em ambientes museais. Ao final, serão apresentadas estratégias utilizadas por museus convencionais para a superação de fobias e a positivação das memórias LGBT.

PALAVRAS-CHAVE: LGBT. Museus. Fobia. Acervos.

LGBTPHOBIA MUSEOLOGICAL: SOME REFLECTIONS ON STRATEGIES SYMBOLS USED IN MUSEUMS TO INVISIBILIZE LGBT PEOPLE

ABSTRACT: *This article will present the mechanisms of museological LGBT phobia. It is intended to reflect on the role of museums in the face of the invisibility of the memories of LGBT people. Initially, two ethnographic scenes about diversity in museums will be presented. Later I intend to present an overview of Brazilian LGBTphobia and how it works in the museum. At the end, strategies used by conventional museums to overcome phobias and positivize LGBT memories will be presented*

KEYWORDS: *LGBT. Museums. Phobia. Collections.*

¹ Doutorando em Comunicação (UFG), Mestre em Antropologia Social (UFG), Especialista em Gestão Cultural (SENAC) e Graduado em Museologia. É Museólogo e atualmente dirige o Museu das Bandeiras, o Museu de Arte Sacra da Boa Morte e o Museu Casa da Princesa. Email: tonyboita@hotmail.com

LGBTFOBIA MUSEOLÓGICA: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS SIMBÓLICAS UTILIZADAS NOS MUSEUS PARA INVISIBILIZAR PESSOAS LGBT.

Cena I

Era sábado, por volta de 14 horas, fazia calor em uma cidade qualquer. Um grande museu de História recebia em seus espaços duas mulheres travestis negras. Elas estavam lindas, maquiadas e bem produzidas, afinal era a primeira vez que iriam a um museu. Uma delas fazia mestrado, e a outra cursava a graduação em Museologia. Uma usava um cabelo *black* e a outra tinha cabelos curtos.

Na entrada, os olhos dos trabalhadores já as julgavam, alguns cochicharam, outros fizeram piadas, um outro segurava o riso e o outro cuspiu. Em pouco tempo, todos já estavam na porta para olhá-las. Com uma voz irônica, o recepcionista recebeu-as:

- Bem vindos ao Museu de História, como posso ajudar?
- Gostaríamos de visitar o museu, como funciona?
- Como qualquer museu, pelo visto vocês nunca visitaram um.
- Sempre tem a primeira vez, ainda mais para uma estudante de Museologia.

O recepcionista calou-se, mas em seguida continuou.

- Esse é aquele curso que só viado faz, né? - E soltou uma risada juntamente com os demais curiosos.

- Não, também tem travesti e sapatão. Por favor, onde é a entrada?
- Ali - apontou o homem.

Elas seguiram. Já conheciam a realidade brasileira e aquilo não era nada perto de correr da morte, de receber um não no mercado de trabalho por ser travesti ou, ainda, nada pior do que ser chamada pelo nome de nascimento e tornar-se chacota na universidade pelo professor.

Seguiram. Junto a elas, dois seguranças que alisam freneticamente suas armas em uma tentativa de intimidá-las.

Para cada peça, dedicavam todo o tempo do mundo, riam, conversavam e ignoravam o ambiente externo. Liam as legendas com atenção, refletiam sobre as cadeiras, as louças e os objetos arqueológicos. Questionavam como as travestis na década de 40, 50 e 60 viviam.

O Museu já ia fechar e, de forma muito agressiva, foram convidadas a sair.

Cena II

Estávamos em uma reserva técnica higienizando parte do acervo. Eram dois estagiários, um museólogo documentalista e um conservador.

Havia uma estante de metal, grande, daquelas de correr, que possuía oito divisórias. Nas prateleiras havia objetos do cotidiano, louça, faca, taças, talheres. Eram de ouro, prata, bronze, vindas de diversos cantos do mundo.

Lá embaixo, na última divisória, havia alguns objetos danificados, feios e quebrados, mas um chamava a atenção do estagiário: era uma cena homoerótica, na qual dois homens nus reproduziam uma cena de amor e sexo. Curioso, o estudante perguntou:

- Olha, documentalista, que peça interessante! Temos mais informações sobre ela?

- Cruz-credo! Deixa isso quieto. Isso não foi jogado fora ainda por quê?

O outro estagiário rapidamente respondeu:

- Porque precisamos ter uma política de descarte, não é mesmo?

Os profissionais do museu olharam-se com desaprovação. Retiraram a peça das mãos deles, e a conservadora explicou:

- Não podemos preservar tudo, temos que selecionar. Vejam essa pouca vergonha, faz algum sentido em tê-la nesse museu? Como mostrar isso para as crianças, para os visitantes? Museu não é lugar de sexo. Não tenho nada contra, mas não podemos ir contra a normalidade.

O discente fez-se de rogado e, de forma maliciosa, perguntou:

- Mas o museu não está a serviço da sociedade?

A documentalista rapidamente disse:

- Sim, da sociedade, e não da minoria!

Introdução

A partir das narrativas apresentadas, este artigo pretende apresentar e refletir sobre a homolesbotransfobia nos museus, buscando-se aproximar essa reflexão dos dados estatísticos acerca dessas violências. Em seguida, refletiremos sobre o papel e sobre as estratégias de alguns museus para a superação de fobias a travestis, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais e outras sexualidades não normativas. Destaco que utilizei alguns trechos publicados em minha dissertação defendida em 2018 durante o mestrado em Antropologia na Universidade de Goiás, orientado pela professora Dra. Camila Moraes Wichers.

As cenas apresentadas remetem a um problema crucial nos museus brasileiros: a homolesbotransfobia museológica, muitas vezes disfarçada de procedimentos técnicos, de burocracias institucionais ou de conceitos acadêmicos. Não podemos esquecer que, infelizmente, a sociedade brasileira é contaminada pelo racismo, pelo machismo, pela homolesbotransfobia e por tantas outras fobias, e os profissionais dos museus não estão vacinados contra isso. Aprendemos a sermos preconceituosos, mas continuar sendo assim ainda é uma escolha!

Também precisamos destacar que as práticas museológicas e patrimoniais/patriarcais foram produzidas em contextos fóbicos, nos quais alguns grupos foram silenciados e exilados. De fato, esse olhar cultural contaminado de fobias da diversidade inviabiliza diversos grupos, entre eles a população LGBT. Essas fobias técnicas estão presentes em todos os setores do museu: pesquisa, documentação, conservação, ação educativa, expografia, comunicação e até mesmo na gestão. De fato, os museus, mesmo sendo criados há séculos, ainda reproduzem formas preconceituosas e permanecem invisibilizando a diferença e a diversidade.

Chamo de homolesbotransfobia museológica todo e qualquer procedimento da cadeia operatória que é utilizado como argumento para invisibilizar e/ou ignorar as pessoas LGBT, priorizando, escondendo ou até estimulando a desinformação ou a deterioração dos bens culturais museológicos. Em resumo, ao estimular a invisibilização, os museus incentivam a homolesbotransfobia. Ignorar um objeto pertencente a esse grupo é negar o direito às memórias da população LGBT, tão humilhada e maltratada pela sociedade e pelo Estado.

Utilizo a sigla LGBT para falar de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, além das diversas sexualidades não normativas e/ou dissidentes, inclusive o termo *queer*. Opto por essa nomenclatura para respeitar a definição do Plano Nacional LGBT (2009), que, inclusive, previu ações voltadas para a preservação de acervos e da memória LGBT. Segundo o documento (BRASIL, 2009, p.23), deve-se

apoiar, por meio dos mecanismos instituídos pela Lei 8.313/91 – Lei Federal de Incentivo à Cultura, projetos culturais que tratam da temática LGBT, a realização de

estudos sobre a temática LGBT, a preservação do acervo que compõe a memória cultural LGBT, a criação de espaços culturais LGBT e eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual, identidade de gênero e de uma cultura de paz, com vistas a promover e socializar o conhecimento sobre o tema LGBT.

Existe homolebotransfobia no Brasil?

Sim, existe! Ela é violenta, humilhante e assassina. Segundo Jean Baptista, não basta só matar, mas é necessário humilhar, expor em público, desfilar como um troféu, arrancar as genitálias e/ou degolar. Como exemplo podemos citar o terrível caso da travesti Dandara, espancada até a morte e carregada em um carrinho de mão, tudo isso filmado pelos algozes que davam gargalhadas. Para Baptista, esse e outros casos remontam a crueldade da Idade Média. Não há dúvidas de que o Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBT do mundo, mesmo tendo legislações protetivas. Suas mortes são cruéis, violentas e humilhantes. Nesse país não basta matar, há uma necessidade de expor e divulgar as mortes.

Comparada aos 71 países que criminalizam pessoas LGBT, a realidade brasileira é positiva, mas não é a ideal. Fazendo-se uma breve análise de dados, podemos ser surpreendidos ou, no mínimo, ficarmos intrigados conforme o que é apontado em meu trabalho monográfico produzido em 2014 e revisto em 2018 durante o mestrado. Em 2011 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) publicou o primeiro relatório de violência homofóbica no Brasil e, em 2012, o último, utilizando duas metodologias: a primeira delas são denúncias realizadas no Disque 100, e a segunda utiliza dados hemerográficos. Os dados apontam que as pessoas dessa comunidade majoritariamente são mortas de forma brutal antes dos 29 anos (61,47%), normalmente espancadas, apedrejadas, degoladas, incineradas por seus familiares ou vizinhos e, em sua maioria, são pessoas negras (40,55%) (Boita, 2014).

Conforme dissertei no mestrado (BOITA, 2018), em 2013, 40% das mortes do mundo ocorreram aqui, segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB) (GGB, 2013, p. 01), tornando o Brasil um dos países mais violentos do mundo. Em 2017, conforme aponta o GGB, foram assassinadas 445 pessoas LGBT, ou seja, uma a cada dezenove horas. Além disso, partindo deste período até outubro de 2018 já haviam sido assassinadas 346 pessoas a mais. Ressalta-se que nesta análise não foram incluídas as pessoas mortas por diversos erros médicos, muito comuns em pacientes soropositivos, assim como não foram incluídas as pessoas LGBT que se suicidaram.

Segundo o *Dossiê Lesbocídio - As histórias que ninguém conta* ((PERES; SOARES; DIAS, 2018)², que mapeou a violência contra mulheres lésbicas de 2014 a 2017, a violência contra as mulheres lésbicas passa despercebida. Além de não serem "tratadas com a seriedade necessária, o direito das vítimas por justiça e por memória que lhes é negado" (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p.18-19). É importante

² A pesquisa foi desenvolvida pelo Núcleo de Inclusão e do Nós: Dissidências feministas da UFRJ.

destacar que diferentemente do feminicídio, o lesbocídio "são hegemonicamente tentativas de extermínio, catalogadas como crimes de ódio e motivadas por preconceito" (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p.19). Segundo as autoras, o feminicídio é caracterizado como a "violência letal cometida contra as mulheres em função de preconceitos de gênero" (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p.16), enquanto o lesbocídio é entendido como (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p.19)

forma de advertir contra a negligência e o preconceito da sociedade brasileira para com a condição lésbica, em seus diversos âmbitos, e as consequências, muitas irremediáveis, advindas do preconceito, em especial a morte das lésbicas por motivações de preconceito contra elas, ou seja, a lesbofobia. Assim, definimos lesbocídio como morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica.

Destaca-se que os poucos dados existentes são produzidos pelo movimento social, uma vez que o Estado só realizou pesquisas em 2011 e 2012, como vimos anteriormente. Segundo essas estatísticas, pode-se fazer as seguintes constatações:

- Só no primeiro semestre de 2020 a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) já registrou 89 assassinatos;
- Em 2019, a cada 26 horas, 1 pessoa LGBT foi assassinada, totalizando 329 mortes, segundo o Grupo Gay da Bahia;
- No ano de 2017, 41% dos assassinatos a pessoas transexuais e travestis ocorreram no Brasil, segundo a Associação Nacional de Pessoas Travestis e Transexuais (ANTRA);
- Em 2018, 47% das mortes ocorreram no Brasil, segundo a Transgender Europa;
- De 2011 a 2018, ocorreram mais de 2700 assassinatos a pessoas LGBT no Brasil, cerca de 1 morte a cada 28 horas, segundo a Transgender Europa.

De fato, até a violência é um registro importante para os museus e espaços de memória. Segundo Jean Baptista³, a salvaguarda das memórias da violência contra LGBT são fatos importantes e que devem ser preservados, afinal, a comunidade purpurinada ou do *pink money* é exclusiva aos gays brancos de grandes centros urbanos, fora isso, o que resta é a sobrevivência.

Ainda que exista uma legislação potente, no Brasil isso é insuficiente quando o assunto é a violência contra as pessoas LGBT. Além disso, o que nutre esse fato é a cultura fóbica e cristã, a qual ainda vê as relações homoesbotrans afetivas como pecado, perspectiva que estimula o ódio e o

³ Proferido durante palestra no dia 25 de junho de 2020 realizado através do projeto #MusaTemas da Universidade Lusófona.

preconceito. Desse modo, os museus, a cultura e a educação são fundamentais para a mudança estrutural deste processo.

E os museus, o que têm a ver com isso?

No Brasil, existem mais de 3.000 (três mil) museus e menos de 1% desses desenvolvem ou já desenvolveram alguma ação voltada para a comunidade LGBT nos últimos 10 anos. Ao todo, identifiquei 46 instituições museológicas em território brasileiro que desenvolvem ações destinadas a essa comunidade. Além disso, há, no Brasil, três museus exclusivos para a comunidade LGBT: o Museu da Diversidade, em São Paulo, e o Instituto de Arte e Cultura LGBT em Brasília, além do Museu da Sexualidade, o qual mantém suas portas fechadas.

Além disso, prosperam diversas iniciativas comunitárias como a CasAmor, o Ponto de Memória LGBT, a Casa 1 com o Acervo Bajubá, o Grupo Arco-íris, no Rio de Janeiro, o Grupo Dignidade, em Curitiba, o Centro de Estudos, Pesquisas e Memória Cintura Fina, em Belo Horizonte, o Grupo Somos e o Nuances, em Porto Alegre, e a Revista Memória LGBT. Além disso, está consolidada desde 2013 a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, que vem realizando um profundo diálogo com os museus e em 2020 promoverá seu segundo seminário, dedicando-se ao debate LGBT e feminista.

Distante das fobias, alguns museus convencionais destacam-se ao desenvolverem uma Museologia LGBT nestes espaços. Segundo Boita, Baptista e Wichers (2020, no Prelo),

resumidamente, o que chamamos de Museologia LGBT é um conjunto de concepções e práticas realizadas por pessoas que pertencem aos extratos populares dissidentes da matriz heterossexual latino-americana, interessada na salvaguarda dos patrimônios de suas comunidades sem se desconectar do campo da política pública e, conseqüentemente, da superação da realidade opressora a que nossos corpos minoritários são cotidianamente submetidos pelas elites brancas e detentoras das riquezas nacionais.

Nestas instituições, as memórias LGBT são fluidas, incluídas e atuam de forma séria e comprometida em busca da superação das fobias às sexualidades não normativas. Nestes museus, “(...) todos os que trabalham na interpretação do patrimônio certamente compartilham a responsabilidade de apresentar a história com precisão e de contribuir para criar um mundo mais tolerante, atencioso e inclusivo para as gerações futuras.” (FROST, 2016, p. 32).

O Museu das Bandeiras, meu atual local de trabalho, é famoso ao abordar e incluir as pessoas LGBT em seus espaços desde 2012. Mas é somente a partir de agosto de 2018 que a população LGBT é incluída oficialmente em sua missão institucional, bem como em seus programas. A partir de 2019, foram desenvolvidas ações específicas com a equipe da instituição, como o *Seminário Interno do Museu das Bandeiras*, quando foram debatidos temas como gênero e sexualidade em Goiás. O Museu também

apoiou eventos voltados para a visibilidade LGBT, além de distribuir preservativos ao público visitante. Para além da sexualidade, vem incluindo o debate de gênero nos discursos expográficos, questionando a presença e a ausência das mulheres naquele espaço. Desde maio de 2020, a missão do Museu passou a ser,

preservar, pesquisar e comunicar a memória nacional relativa à ocupação na região Centro-Oeste do Brasil, enfatizando as contribuições dos diversos segmentos étnico-sociais presentes neste processo, visando a universalidade do acesso, a sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental, e contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da promoção da inclusão social, da igualdade racial e de gênero, da valorização **da diversidade cultural e sexual**; e do respeito aos direitos e à dignidade humana. (grifo nosso)

O Museu Histórico Nacional também vem transformando-se. Em 2019 os núcleos educativo e de pesquisa passaram a potencializar a diversidade na instituição, abrindo-se para a população LGBT. Entre as ações estão o diálogo com a equipe, o respeito ao nome social, o uso de palavras neutras e a realização de ações educativas evocando grandes personalidades LGBT que ali trabalharam, como é o caso do Clóvis Bornay. Além disso, a instituição realiza debates, eventos e atividades que refletem sobre a presença desse grupo no Museu.

O núcleo de Museologia do Museu Victor Meirelles, preocupado em refletir sobre o seu acervo e sobre as lacunas que existem, passou a buscar estratégias. Uma das mais significativas foi o evento *IV Seminário de Política de Acervos – Memórias e Patrimônios LGBT*, que originou esta publicação reunindo algumas das pessoas que participaram da atividade. Destaca-se que a instituição vem realizando pesquisas e estimulando ações em parceria com a comunidade LGBT. Sem dúvida, o resultado é frutífero e pode ser visto agora por todos. É louvável a coragem dessa equipe em fazer um evento acompanhado de uma publicação, e essa atitude demonstra que são raros os profissionais dispostos a lutar pelo que acreditam.

Em 2016, o Museu da República, sob a curadoria de Mário Chagas, promoveu a exposição *Clóvis Bornay – 100 anos*, narrando a vida e as obras do museólogo e carnavalesco. Ressalta-se que Bornay foi “um funcionário público que trabalhava no Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro. Sua segunda vocação começou a despertar quando competiu no concurso de fantasia do carnaval de 1937” (GREEN, 1999, p.157). Nesta exposição, foi possível conferir uma pequena parte das fantasias e dos acessórios criados por ele, além de documentos pessoais e fotos. Uma exposição simples, que valorizou a memória de uma pessoa assumidamente gay. O Museu da República desenvolveu seis eventos voltados para a temática LGBT⁴. Chamo a atenção para dois deles: a) *XXX Jornada Republicana – Clóvis Bornay – 100 anos Homofobia e Memória LGBT*⁵⁹, ocorrida em 29 de março de 2016, atividade que contou com duas mesas

⁴ Em 2008 o Museu da República promoveu a exposição *Constituição de 1988: a Voz e a Letra do Cidadão/Cidadania* em que houve um protagonismo da comunidade homossexual carioca (VERSIANI, 2009).

redondas, com uma visita mediada à exposição e com o lançamento da edição *Ser Gay na Favela*, da Revista Memória LGBT; b) *39ª Jornada Republicana – Luz Fora da Caverna: O movimento feminista e a questão LGBTTT nos dias atuais*, ocorrida em agosto de 2017. Entre as convidadas estava Ana Muza Cipriano, que coordenou o projeto Memória LGBT no MUF. Esse é um dos poucos museus federais a refletir sobre a questão LGBT através de exposições e debates.

Outra iniciativa válida é o Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro (CCBB), criado em 1989. Em resposta ao questionário da pesquisa, André Luiz Giancontt, do setor de comunicação e administração, afirmou que o CCBB possui um acervo composto por elementos artísticos, históricos e arquivísticos/documentais. Vale notar que mesmo sendo um centro cultural mantido por uma instituição financeira, sua missão permanece sendo a de um banco. A instituição não possui nenhum objeto que possibilite a interpretação da temática LGBT em seu acervo. Em 1997, promoveu a exposição, *Existência do Homoerotismo e Mix Brasil – Festival da Diversidade Sexual*, que ocorreu em 2003 e 2006. Nessa instituição, em 30 de dezembro de 2016, duas mulheres lésbicas foram insultadas e agredidas verbalmente pelo namorado de uma funcionária (terceirizada) do CCBB. Não satisfeito, o jovem rapaz escreveu “FORA LÉSBICA” em um suporte destinado às intervenções do público. Essa é uma das ações fóbicas presentes nos museus e nos espaços de memória convencionais. Como resposta, a instituição demitiu a funcionária envolvida, realizou um boletim de ocorrência, postou uma foto com toda sua equipe e com a frase “#CCBBCONTRAHOMOFOBIA”. Vale destacar que a instituição foi muito ágil em solucionar a manifestação de ódio e não se calou tal qual fez outra instituição bancária que, em 2017, optou por fechar uma exposição do que enfrentar o ódio. No entanto, quando um grande museu ou centro cultural passa a visibilizar memórias silenciadas, ele, assim como nós, passa a ser perseguido, ameaçado e intimidado.

Em Londres, na Inglaterra, o British Museum, inaugurado em 1753, passou a desenvolver ações de visibilidade sobre a memória LGBTQ a partir de 2000. Segundo Stuart Frost (2016), as coleções e histórias narradas pela instituição invisibilizaram alguns grupos e “algumas narrativas foram omitidas até décadas recentes, e as histórias de amor e desejo do mesmo sexo, e experiência LGBTQ, caem nessa categoria” (FROST, 2016, p. 31).

Segundo Frost, em 1830 formou-se uma coleção restrita ao público, composta por matérias gráficas e objetos representativos da sexualidade humana e erótica. Como resultado das aquisições, em 1860 foi criado o Museum Secretum, que permaneceu tendo acesso restrito. Devido às demandas de empréstimo, em 1953 parte da coleção estava disponível ao público em diversas exposições que nem sempre foram interpretadas da forma correta. Em 1999, o British Museum adquiriu um copo/taça de prata romano, que pertencia a Warren. Nesse objeto evidenciam-se duas cenas homoeróticas. Assim como essa peça, outras começaram a aparecer ou a serem ressignificadas.

Mas é somente em 2006 que o British Museum passa a promover duas iniciativas importantes, a primeira é “uma trilha disponível online de objetos que refletiam perspectivas LGBTQ” (FROST, 2016, p.32), a segunda foi uma pequena exposição com duração de quarenta dias, a *The Warren Cup*, que acompanhou um catálogo do mesmo nome, de autoria de Dyfri Willian. Segundo Frost (2016), “a *Warren Cup* aumentou a conscientização sobre o potencial do museu para abordar as narrativas LGBTQ e foi exibido posteriormente em outras exposições do museu” (FROST, 2016, p.32). Em 2013, é publicado *A Little Gay History – Desire and Diversity across the Word*, que retrata peças da história e da memória da comunidade LGBT presentes no acervo da instituição. Em 2017 o museu passa a organizar exposições temporárias, uma das principais foi a *Desire Love identity: exploring LGBTQ histories*, que ficou aberta ao público de maio a outubro de 2017.

O Victoria + Albert Museum (V&A) foi criado em 1852 em Londres, na Inglaterra, e possui apoio público e privado. Seu acervo é composto por elementos históricos, arquivísticos/documentais, artísticos, biográficos, de sexualidade, gênero e outras sete coleções, a saber: fotografias/imagens; escultura, metal, cerâmica e vidro; tecido e moda; asiático. O V&A possui 323 objetos registrados voltados à temática LGBTQ e mais de 912 peças abordando gênero e sexualidade, além de possuir coleções representativas de pessoas travestis, transexuais, lésbicas, gays, bissexuais, *queer* e intersexuais. O museu também intersecciona seu acervo com as categorias de raça e classe. Ainda não foi produzida uma exposição exclusivamente sobre o tema, mas algumas exposições tiveram o conteúdo LGBTQ exposto.

Uma das principais iniciativas é o LGBTQ Gallery Tour, desenvolvido por voluntários do V&A. Nele é possível, através de um mapa, visualizar os objetos na exposição de longa duração registrados como LGBTQ, gênero ou sexualidade. Existe, ainda, a possibilidade de realizar a trilha com o grupo de trabalho de voluntários responsável pela proposta. Sempre no último sábado de cada mês, às 16 horas, eles saem em grupo visitando o museu. Preocupados com o acesso ao conteúdo por pessoas que não podem participar da visita temática, foi disponibilizado um vídeo de 50 minutos em que é feito o percurso dos objetos significativos para a memória LGBTQ⁵. Também é disponibilizado, no *website* da instituição, o *Out objecton Display - A selection of LGBTQ - related son display in the V&A*. Trata-se de um guia que vem sendo construído desde o seu lançamento, em 2014, e atualizado em 2017 com o objetivo de chamar a atenção para os 50 anos de descriminalização da homossexualidade. Neste guia, mais parecido com um catálogo, encontram-se 30 objetos expostos na exposição de longa duração, sua história e localização. O site foi criado como complemento à LGBTQ Gallery Tour.

Portanto, destaca-se que as sete instituições apresentadas desenvolvem de formas distintas ações de preservação e promoção das memórias LGBT. Cada qual com sua singularidade realiza, de formas corajosas, em diferentes contextos, a inclusão de pessoas LGBT em museus convencionais. Soluções

⁵ Disponível em: Disponível em: www.vam.ac.uk/blog/out-in-the-museum/lgbtq-gallery-tour-view-online

simples, experimentais, mas com um grande efeito para a visibilidade das memórias da população LGBT.

Algumas considerações finais

O presente artigo tentou apontar alguns horizontes e ações possíveis em museus e espaços de memória, que positivam a memória das pessoas travestis, transexuais, transgêneros, lésbicas e gays. Cabe ressaltar que, mesmo com os avanços ultraconservadores, o número de ações que positivam a memória LGBT cresce, afinal promover estas memórias subalternas é um ato de resistência.

Existe, ainda, um despreparo das pessoas que trabalham nos museus ou no patrimônio. Ao que parece, a heteronormatividade domina a cultura material, imaterial e a memória. Há um despreparo das instituições museológicas para abordar o tema, no entanto, capacitações e seminários como são desenvolvidos no Museu das Bandeiras, no Museu Histórico Nacional, no Museu Victor Meirelles e no Museu da República são fundamentais quando há a participação da equipe. Tais ações só irão prosperar se a equipe entender que a comunidade LGBT tem o direito à memória, do contrário, não haverá sucesso. Mas acredito que a educação e a cultura são as melhores formas de superar as fobias.

Há uma série de fobias ocorridas em exposições ou em locais de trabalho, e essas são constantes e corriqueiras. Contudo o Centro Cultural Banco do Brasil dá-nos um bom exemplo de como superá-las, registrando um boletim de ocorrência e denunciado de todas as formas o preconceito. Na ocasião, a atitude da instituição foi certa e mostrou que a lesbofobia pode até existir, mas não se pode compactuar com a homolesbotransfobia institucional. Sim, o Brasil é um país fóbico à diversidade sexual.

Destacam-se os exemplos internacionais que, como os brasileiros, só agora saíram da reserva técnica. Um bom exemplo é o British Museum, um museu convencional, consagrado e mundialmente reconhecido o qual, nesta última década, passou a ressignificar o seu acervo e percebeu o grande número de elementos significantes que narram a história e as memórias de pessoas LGBTQ que estavam escondidas em armários, ou seja, saíram do armário (reserva técnica). De fato, esse é um dos primeiros museus convencionais no mundo a fazer tal inclusão e, consequentemente, a fortalecer estes laços da memória e a oportunizar a superação das fobias. Por outro lado, o V&A, preocupado com a diversidade e com o diálogo, vem desenvolvendo alternativas práticas para a difusão, a promoção e a preservação da memória LGBTQ.

Não dá dúvidas de que nas experiências apresentadas em museus convencionais aplicam-se os pilares do que chamo de uma Museologia LGBT. Esta, por sua vez, preocupa-se com o afeto, com a mudança, com a resistência, com a luta política, com as vidas e memórias de viados, lésbicas, sapatões, travestis, transmulheres, transhomens, bissexuais, intersexuais, *queers* e tantas outras sexualidades que são

invisibilizadas e que somente por serem dissidentes perdem automaticamente o direito à memória, à história e consequentemente à vida.

Afinal, quando pensamos em acervos LGBT, estamos pensando em vidas, mortes, luto, memórias, histórias e resistências representadas ou objetos expostos?

REFERÊNCIAS

BOITA, Tony Willian. Memória LGBT: Mapeamento e Musealização em Revista. 2014. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Museologia, UFG, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://www.cienciassociais.ufg.br/up/106/o/TCC_Tony_Museologia_UFG_2014.pdf>. Acesso em: 01 maio 2016.

_____. Cartografia etnográfica de memórias desobedientes. 2018. 211 f. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, 2018. (Dissertação de Mestrado).

BOITA, Tony; BAPTISTA, Jean; WICHES, Camila Moraes. Existe uma Museologia LGBT? In: Museologia LGBT: Cartografia das Memórias LGBTQI+ em Acervos, Arquivos, Patrimônios, Monumentos e Museus Transgressores. Rio de Janeiro. 2020. Editora Metanoia. No Prelo.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). 2009.

FROST, Stuart. INTERPRET EUROPE CONFERENCE, 2016, Mechelen. Interpreting sexuality and celebrating difference: a more inclusive future?. Mechelen: Herita, 2016. 38 p.

GREEN, James N. Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 1999.

GRUPO GAY DA BAHIA. Assassinato de homossexuais (lgbt) no Brasil: Relatório 2013/2014/2015/2016/2017/2018. Disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio-homicidios-2013.pdf>>. Acesso em: 20 oct. 2018.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. 113 p. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossiê-sobre-lesbocídio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2019.

VERSIANI, Maria Helena. A voz e a letra do cidadão. Rio de Janeiro: Jauá, 2009. 131 p.

MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS LGBT, REGISTRO DE UM SEMINÁRIO

Alex Padilha
Fernanda do Canto
Raísa Ramoni Rosa
(Tombô Produções Museológicas)

Entre os dias 04 e 06 de novembro de 2019, representantes de diferentes áreas do conhecimento e também da sociedade civil, se reuniram à convite do Museu Victor Meirelles, localizado na região central de Florianópolis, para discutir a política de acervos em instituições que trabalham com arquivos e memórias LGBT, construindo e vivenciando momentos inéditos e desde já históricos para o reconhecimento desse patrimônio cultural na cidade.

Com uma programação cuidadosamente elaborada pela equipe do Museu, em articulação e estabelecendo parcerias externas, foi possível realizar o IV Seminário de Políticas de Acervos, trazendo como proposta para essa edição as “Memórias e Patrimônio LGBT”, contribuindo para a visibilidade trans, para o desenvolvimento da museologia local e consequentemente para o fomento das discussões em torno deste campo em todo Brasil. A programação foi organizada em mesas de discussão, compostas por representantes de diferentes áreas, acadêmicas ou não, dispostos a discutir uma mesma problemática. Ao longo das trocas de experiências, pode-se perceber, a todo momento, como as áreas, estudos e experiências apresentadas estavam interconectadas, precisando de um espaço em comum que proporcionasse esta troca.

Dentre os grupos envolvidos e com importante participação, estiveram presentes o Núcleo de Estudos e Pesquisas de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades (NeTrans/UFSC), o Instituto de Estudos de Gênero/UFSC, a Rede LGBT de Memória e Museologia Social, Revista Memória LGBT, a Associação Acontece Arte e Política LGBTI+, Associação em Defesa dos Direitos Humanos (ADEH), Curso de Bacharelado em Museologia/UFSC, o Museu da Diversidade Sexual de São Paulo e o Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo,

além de acadêmicos e profissionais das áreas de História, Educação, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Linguagens, Direito, Psicologia e Antropologia, que foram convidados para compor as mesas. Também houve a participação de convidados da sociedade civil com depoimentos enquanto cidadãos trans de Florianópolis, através de sua trajetória de vida e experiências, e do público em geral, que pode circular livremente pelo espaço durante os três dias de evento.

O Seminário foi um marco importante tanto para o Museu, que inovou com o tema proposto, como para a cidade que pode ser palco para a reunião de experiências de gestão de acervos em museus, a partir de um ponto de vista crítico e político, produzindo trocas de conhecimento que atravessam e interessam às áreas do conhecimento que analisam o comportamento humano e buscam entender a relação da sociedade com o seu entorno, tendo o museu como figura central e importante mediador do diálogo entre o público e o arquivo. O evento foi um espaço de escuta ativa, que refletiu sobre a trajetória de vida e de resistência LGBT no Brasil, além de possibilitar o acesso ao conteúdo do que já foi, e do que vem sendo produzido e desenvolvido nesse sentido, dentro de espaços museológicos.

Ao valorizar tais experiências como parte de um patrimônio cultural brasileiro, defende-se a representatividade e a reflexão sobre identidades e expressões de gênero e sexualidades não normativas, reforçando um movimento que já vem sendo realizado por diversas instituições culturais, pesquisadores/as e profissionais. Conservar a memória LGBT passa diretamente pela possibilidade de realizar o registro dos testemunhos diretos de quem vive, convive, estuda e fomenta a pesquisa sobre essa comunidade. Conservar a memória não deixa de ser construir a imagem dessa comunidade, tantas vezes invisibilizada por medo, vergonha e preconceito; e partir das imagens é possível transformar a visão de mundo que se tem sobre determinado assunto.

Parte dessa atmosfera resta agora sintetizada no vídeo registro que se apresenta no seguinte link: <https://youtu.be/IG4WIruVhzY>

Coube à Tombô Produções Museológicas realizar esse registro audiovisual, junto da equipe de comunicação do próprio Museu. Neste sentido, o registro se mostra como ferramenta de discurso, reprodução, salvaguarda e acesso futuro aos pensamentos e posturas compartilhados. Colaborar com essa construção foi prazeroso e acolhedor. A cada fala abriu-se um imenso aprendizado, que foi transmitido e recebido de forma muito respeitosa por todos/as/es, criando-se um espaço onde todos/as/es se sentiram à vontade em estar na companhia de pessoas empáticas e sensíveis. Foi um espaço de reconhecimento do outro e no outro. Sem preconceitos, medo, violência, desrespeito. Apenas escuta e diálogo, muito necessários no tempo presente. Se por um lado as falas ressaltaram a multiplicidade e a importância em se atentar para as diversas questões que transpassam essas vivências, por outro lado mostraram acima de tudo a humanidade, o amor, o respeito e o desejo que se tem de ser como qualquer um/a, de ser como se é.

Por fim, importantíssimo parabenizar a organização por tudo, pelo acolhimento, pela coragem, pelos detalhes; pela definição das mesas, que combinou pessoas de diferentes áreas para discutir assuntos em comum, trazendo perspectivas diferentes. Se podemos compartilhar uma impressão geral é de que saímos de lá transformados/as/es.



Frames do registro audiovisual do evento · duração: 11'57 · acessibilidade auditiva: legendas em português

[\[clique para assistir\]](#)



POSFÁCIO

“IV SEMINÁRIO DE POLÍTICA DE ACERVOS – MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS LGBT”: RELATO E QUESTÕES

Leonardo da Silva Vieira¹

Pesquisador no Memorial da Inclusão e Coordenador
e Pesquisador do Coletivo Memória & Resistência

Durante a primeira semana de novembro de 2019, ocorreu o “IV Seminário de Política de Acervos – Memórias e Patrimônios LGBT” na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Organizado pela equipe do Museu Victor Meirelles/Ibram, o evento teve como objetivo propor a reflexão sobre identidades e expressões de gênero e sexualidades não normativas suscitadas a partir de pesquisas em acervos de instituições de guarda do patrimônio cultural brasileiro, tais como museus, bibliotecas e arquivos.

De início, é fundamental ressaltarmos a relevância deste evento sob variadas óticas. Primeiramente, do ponto de vista político: fruto da ascensão conservadora pela qual passa o Brasil, temos assistido há no mínimo três anos uma série de ataques à diversas iniciativas que se propõem a abordar a diversidade sexual e de gênero da sociedade brasileira – ataques estes intensificados a partir de 2019 com a mudança de gestão do governo federal.

A perseguição a iniciativas culturais pró-LGBT pode ser exemplificada pelo fechamento antecipado da exposição “Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira” pelo Santander Cultural, em Porto Alegre²; pelas ações de censura ao vídeo publicitário do Banco do Brasil, intitulado

¹ Bacharel em História e Mestre em Museologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: leonardo.silva.vieira@alumni.usp.br

² MENDONÇA, Heloísa. Queermuseu: O dia que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. *El País*. São Paulo, 13 set. 2017.

“Diversidade”³; pela suspensão do edital “RDE/FSA PRODAV”, financiado pelo Fundo Setorial Audiovisual, do qual constavam como finalistas algumas produções LGBT⁴; e pelas incontáveis declarações homolesbotransfóbicas pronunciadas pelo atual presidente da República e por sua equipe governamental.

Dado tal cenário, a realização de um seminário, em um museu federal, que se propõe a valorizar a diversidade sexual e de gênero presente em acervos institucionais é louvável pela iniciativa e coragem em constituir-se como ponto de resistência e articulação entre profissionais e demais interessados nas temáticas da memória e patrimônio LGBT.

Em segundo lugar, o Seminário mostrou-se extremamente relevante por suas implicações científicas e culturais. Desde as décadas finais do século XX, diversas áreas têm procurado abordar a diversidade sexual e de gênero em suas iniciativas. O Seminário demonstrou que tal procura tem resultado em importantes frutos, a despeito das dificuldades proporcionadas pelo cenário político brasileiro atual.

Em seguida, destaco o fato de a programação do evento ter conseguido de forma radiante conjugar apresentações de iniciativas desenvolvidas por instituições, de portes diversos, e por múltiplos membros da sociedade civil. A articulação de profissionais e pesquisadores de áreas intimamente relacionadas à gestão da memória e patrimônio e de atores diversos da sociedade civil, bem como de membros da burocracia governamental, é fundamental para que as expressões culturais e suas muitas camadas simbólicas sejam valorizadas de acordo com perspectivas díspares e, portanto, complementares.

Nas próximas páginas, me dedicarei a comentar momentos específicos do Seminário no intuito de registrar minhas impressões sobre o evento, divulgar as discussões ocorridas para o maior público possível – afinal, cabe a nós, preocupados com a disseminação da informação e privilegiados de podermos estar em espaços como este, difundirmos as discussões ocorridas para um Brasil tão desigual economicamente – e relacionar tais discussões com indagações que acompanham muitos daqueles que se interessam pela memória e patrimônio LGBT.

A homolesbotransfobia institucional

Como era de se esperar em um evento como este, a homolesbotransfobia institucional foi alvo de diferentes falas durante o seminário. Tony Boita, por exemplo, nos fez refletir como tal fobia está presente nas instituições de salvaguarda, manifestando-se tanto pelo não interesse em representar a comunidade LGBT no acervo da instituição quanto no apagamento de referências à sexualidade e à identidade de gênero de certas personalidades.

³ WIZIACK, Julio; URIBE, Gustavo. Presidente do BB atende Bolsonaro, demite diretor e tira do ar comercial com jovens 'descolados'. *Folha de S. Paulo*, 25 abr. 2019.

⁴ EXAME. Ministro suspende edital com séries LGBT, após críticas de Bolsonaro. *Exame*. São Paulo, 21 ago. 2019.

Sobre tal ponto, é impossível não lembrar a pesquisa de mestrado produzida pelo autor deste texto, a qual demonstrou que mesmo após 25 anos propondo-se a coletar acervos que permitam discutir questões sobre “papeis sexuais”, o Museu Paulista da Universidade de São Paulo não demonstrou explicitamente nenhum interesse na diversidade sexual e de gênero não-binária⁵.

Mesmo tendo uma expressiva aquisição de acervo durante os anos de 1990 a 2015 baseada no interesse por questões de gênero, o Museu Paulista manteve-se preso à uma perspectiva binária de gênero e não demonstrou preocupação em abordar expressões sexuais da sociedade LGBT paulista. Além disso, não há referência no Banco de Dados da instituição à sexualidade de personagens que possuem coleções no acervo do Museu, como, por exemplo, Mário de Andrade, Santos Dumont e Burle Marx⁶.

As falas do mestrando Juno Nedel e da doutoranda Maria Zanela trouxeram uma série de elementos para pensarmos sobre as implicações de tal fobia para a comunidade de travestis e transexuais. A homolesbotransfobia é responsável pela ínfima presença de travestis e transexuais em ambientes e instituições de salvaguarda, seja como sujeitos e sujeitas produtores e produtoras de conhecimento e narrativas, seja como dignas e dignos de representação nestes espaços; pelo cerceamento do direito de propagar informação sobre identidades de gênero e sexualidades em escolas e universidades; e pelo desrespeito à identidade de gênero e ao nome social de travestis e transexuais em escolas, locais de trabalho e comércios.

A existência da Museologia LGBT

Boita propiciou também a discussão sobre a existência da chamada Museologia LGBT, discussão que interessa particularmente o autor deste texto. Boita argumentou que, baseando-se em Dominique Poulot, é necessário adjetivarmos as museologias e ressaltarmos as identidades de gênero e sexualidades de seus sujeitos produtores. Além disso, a Museologia LGBT seria fruto de mudanças metodológicas que fundamentariam a existência do termo.

Segundo Jean Baptista e Tony Boita, a Museologia LGBT, dentre outras coisas, é uma “museologia plural”, que “pretende problematizar os ‘esquecimentos’ nos museus brasileiros” e “os silêncios sobre a sexualidade de personalidades importantes”, que “apresenta / desmistifica / valoriza as diferenças”, que “milita em favor da igualdade e equidade”, “pretende desnaturalizar a tríade ‘gay + AIDS + prostituição’”, que “explora a polissemia dos objetos”, que “contribui e é solidária com a afirmação e autoafirmação das

⁵ Cf. VIEIRA, Leonardo da Silva. Apontamentos acerca da política de aquisição de acervo no Museu Paulista (1990-2015). 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

⁶ Ver Banco de Dados do Museu Paulista: acervo.mp.usp.br/ObjetosV2.aspx#

diversas identidades sexuais”, que “respeita o protagonismo de cada grupo” e que “não tem o intuito de criar novas teorias”⁷.

Os parágrafos anteriores transparecem explicitamente o caráter político da chamada Museologia LGBT. De fato, é fundamental que nós enquanto pesquisadores, profissionais e militantes explicitemos nossos pilares conceituais, metodológicos e nosso lugar de fala – relacionado à nossa formação, classe, raça, sexualidade, etc.

De acordo com Suzy Santos, assim como a Museologia LGBT, a Museologia Indígena e a Museologia Afro-brasileira, por exemplo, podem ser consideradas museologias afirmativas, pois são “referentes a grupos específicos, que evidenciam os lugares de fala em primeira pessoa”⁸.

Não podemos ignorar, porém, os possíveis riscos provocados pela tendência de pulverização, resultante, em parte, da compreensão contemporânea de que a produção e manutenção de sistemas de opressão atingem os indivíduos de formas diferentes a partir do entrecruzamento de marcadores sociais específicos. Afinal, quando falamos em lugar de fala, falamos da sobreposição de uma série de marcadores sociais.

Sendo assim, a diversidade de classe, raça, posicionamentos políticos, identidades de gênero e preferências sexuais estão abarcadas na chamada Museologia LGBT? Estão abarcadas em museologias de nomenclaturas diferentes, mas com possíveis aproximações, tais como a Museologia de Gênero⁹ e a Museologia Queer¹⁰? Se não estão, é preciso inaugurar quantas museologias mais?

Ampliando os questionamentos sobre tal tópico, considero muito interessante que nos dediquemos a refletir mais sobre tais nomenclaturas. Seriam, essencialmente, ferramentas de demarcação política e de lugar de fala? Seriam áreas de interesse em construção? Seriam perspectivas teórico-metodológicas? Fiquemos na dúvida.

Entre o aquendar e desaquendar

É importante lembrar que ao pensarmos em iniciativas de valorização da memória e patrimônio, desenvolvidas por instituições ou grupos informais, devemos sempre ter em mente que se trata de processos de seleção, constituindo, portanto, ações de cunho intelectual, político e cultural. Sendo assim,

⁷ BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony apud SANTOS, Suzy da Silva. *Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades*. São Paulo, 2017. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa Interunidades em Museologia, 2017, p. 94.

⁸ Ibid., p. 91.

⁹ RECHENA, Aida. Museologia Social e Gênero. *Cadernos do CEOM*, vol. 27 n. 41, 2014, p. 169.

¹⁰ Cf. BRULON, Bruno. Aula Inaugural da Escola de Museologia da UNIRIO. *Proposições para uma museologia queer: um debate sobre o problema da diferença nos museus*. 2018; SANTANA, Luís Felipe Pinheiro Peres de. Sobre identidades e museus: a necessidade de uma Museologia Queer. In: III Seminário Internacional e Intercultural de Museologia, 2017, Goiânia. *Caderno de Resumos*. Goiânia: UFG, p. 33.

muitos dos participantes do evento pautaram a seguinte questão: quais as memórias que queremos lembrar e quais queremos esquecer?

Maria Zanela, por exemplo, questionou quais são as memórias das travestis para além de situações de violência. Tal provocação nos leva a refletir sobre a importância de abordarmos memórias traumáticas, no intuito de denunciarmos as inúmeras formas de violência sofridas pela comunidade LGBT, e também nos debruçarmos sobre memórias não-traumáticas que valorizam as expressões LGBT, procurando, assim, fortalecermos a auto estima destas populações e a noção de comunidade, e, conseqüentemente, incentivarmos espaços de resistência à homofobia.

É nesse intuito, por exemplo, que parte considerável do movimento LGBT enfatiza a necessidade de falarmos sobre a sexualidade de personagens conhecidas da história nacional. Não se trata de focar sobre a vida privada de terceiros, mas sim de valorizarmos trajetórias notáveis de LGBT, de proporcionarmos o reconhecimento das populações LGBT em instituições de salvaguarda e de contribuirmos para o respeito à diversidade sexual.

Ainda sobre este tópico, vale a pena trazermos as considerações da professora de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Grazielly Baggenstoss. Sua fala trouxe à discussão a questão do direito à memória, garantido pela Constituição Brasileira e responsável por, segundo Baggenstoss, complexificar o debate e o conhecimento produzido, reconhecer práticas e modular a coletividade, e a importância da memória coletiva para a garantia de direitos.

As considerações de Baggenstoss são fundamentais para a temática deste texto. Valorizar a memória e o patrimônio LGBT não se mostra importante apenas do ponto de vista cultural mas também, fundamentalmente, do ponto de vista de construção da cidadania. Afinal, é essencial que a comunidade LGBT tenha reconhecida suas memórias ao longo de toda a história da humanidade e que seja compreendida como expressão da diversidade humana.

Memórias marginais

Dentre as inúmeras memórias da comunidade LGBT possíveis de serem valorizadas e musealizadas, encontram-se as memórias sobre sociabilidades e territórios relacionados a “expressões marginais do desejo”, nas palavras de Daniel Kerry dos Santos, professor de Psicologia na Universidade do Sul (UNISUL).

A fala de Santos trouxe à tona diversas iniciativas que abordam práticas sexuais comuns a certos membros da comunidade LGBT, em especial à comunidade de homens gays, travestis e transexuais, tais como a prática do banheiro, a pegação em parques e espaços públicos e a frequência a zonas de prostituição, saunas, cinemas pornôs e festas sexuais. Maria Zanela também tocou nesta discussão ao abordar sobre as “memórias do campo pista”.

Para além do encaminhamento de questões relativas à construção do desejo – como, por exemplo, o fetiche pela adrenalina propiciada pelo sexo em espaços públicos ou por relações sexuais com desconhecidos – as práticas citadas acima propiciam abordagens interessantes sobre encontros afetivos e sexuais efêmeros e protegidos, por um lado, pela ignorância com relação à identidade de seus parceiros e, por outro, pelo ambiente privado encontrado em saunas, cinemas pornô e locais de prostituição. Dessa forma, tais práticas são comuns, dentre inúmeros grupos sociais, a homens que publicamente mantêm relações com mulheres e indivíduos que estão impossibilitados de darem vazão à sua afetividade e sexualidade em outros espaços.

É interessante citar o filme “Não é o Homossexual que é Perverso, mas a Situação em que Ele Vive” (1971), de Rosa von Praunheim. Este filme, de forte caráter militante, argumenta que muitas das situações marginais pelas quais os homossexuais são submetidos não são fruto da perversidade destes sujeitos, e sim são formas encontradas para lidar com o preconceito. A frequência de ida a saunas, cinemas pornô, banheiros públicos e parques públicos, por exemplo, em busca de encontros sexuais, pode ser lido nesta perspectiva.

De toda forma, as falas de Santos e Zanela colocaram uma série de questões para os participantes do evento: como acessar estas memórias? Como abordar estes sujeitos? Como balancear o interesse em visibilizar tais práticas, no intuito de aprofundar a sua compreensão, e sua necessidade de invisibilidade? Como lidar com a efemeridade das territorialidades de pegação e prostituição em processos de musealização e patrimonialização?

Fontes para a produção de narrativas e de conhecimento

É comum, em debates sobre a história e memória de “minorias políticas”, nos vemos confrontados pela máxima de que não existem fontes para construirmos narrativas sobre tais grupos. Esta afirmação é muitas vezes utilizada para justificar a ausência de produção sobre as comunidades negras e LGBT¹¹.

Durante o Seminário, tivemos alguns momentos de discussão sobre essa pretensa ausência de fontes. Na perspectiva de Juno Nedel, existem muitas fontes sobre a comunidade de transexuais, porém, boa parte delas possui discursos problemáticos, afinal há poucas fontes produzidas por indivíduos trans.

A afirmação de Nedel pode ser estendida a todos os grupos da comunidade LGBT, afinal quanto mais recuamos no tempo, mais difícil se mostra obtermos acesso a fontes de autoria LGBT. É preciso, porém, pontuarmos que, como nos lembrou também Nedel, existe uma lógica normatizadora e padronizadora nos arquivos, o que acarreta que muitas coleções tenham sido catalogadas sem a devida

¹¹ Sobre este tópico, cf. GREEN, James Naylor; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil, 1870-1980*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2004.

atenção à sexualidade de seus autores – bem como discutido no tópico sobre a homolesbotransfobia institucional.

Por outro lado, é sabido que nossas instituições de salvaguarda, mais especificamente museus e arquivos, carecem de coleções que abarquem a diversidade sexual da sociedade brasileira. As falas de muitos participantes do evento, tal como Leticia Bauer, porém, trouxeram importantes elementos para lidarmos com tal situação.

Bauer, ao narrar o processo de concepção da exposição “Uma Cidade pelas Margens”, montada no Museu Joaquim José Felizardo em Porto Alegre, nos levou a refletir como é urgente a necessidade de os acervos das instituições museológicas brasileiras serem revistos sob a ótica da valorização da diversidade sexual. Foi também a partir desta revisão que a exposição em questão foi possível¹².

Sobre tal questão, cabe citarmos o projeto *Queering the Collections (QtC)* e o trabalho desenvolvido pelo Museu Britânico nos últimos anos. O projeto citado constitui uma iniciativa da IHLIA LGBT Heritage, da Reinwardt Academie, do Amsterdam Museum e do COMCOL: ICOM International Committee For Collecting, e um de seus pontos mais interessantes é que ele foca suas atenções em discutir a existência de coleções sobre a diversidade sexual em instituições não especializadas na comunidade LGBT.

Esta frente de atuação vai ao encontro da perspectiva de que a diversidade sexual e de gênero interessa não apenas à comunidade LGBT e sim a toda a sociedade. Sendo assim, ao mesmo tempo em que é importante que haja instituições especializadas, é necessário que toda instituição de memória assuma o compromisso de trabalhar em prol da valorização da diversidade sexual e de gênero.

O British Museum tem atuações muito interessantes neste sentido e gostaria de chamar atenção para dois projetos desenvolvidos no museu: o percurso expositivo com objetos da exposição permanente do Museu que fazem referência à diversidade sexual e o livro *A Little Gay History: Desire and Diversity across the World*.

Foquemos nossas atenções primeiramente no percurso expositivo. Richard Parkinson comenta que desde 2007 o acervo do museu tem sido abordado a partir da diversidade sexual e de gênero, primeiramente por Kate Smith, de forma autônoma, e posteriormente pela equipe do museu¹³.

Atualmente, no site do Museu Britânico, é disponibilizado o percurso *Desire, love, identity: LGBTQ histories trail*, montado a partir de 15 objetos da exposição que permitem discussões sobre a diversidade

¹² Cf. BARNART, Fabiano; BAUER, Leticia. 'Sabia que Estaria Aqui': Relatos sobre os Processos Criativos do Projeto 'Uma Cidade pelas Margens'. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 8, n. 1, p. 438-467, 2017.

¹³ COENRAEDTS, Thomas; KNOOP, Riemer; POL, Pauline van der. *Queering the Collections. Tips & tricks voor het nog zichtbaarder maken van gender- & seksuele diversiteit in musea en collecties*. Amsterdam: IHLIA LGBT Heritage, Reinwardt Academie en de auteurs, 2016.

sexual e de gênero. O Museu disponibiliza também uma série de áudios sobre cada peça presente no percurso¹⁴.

O livro *A Little Gay History* nasceu do sucesso do roteiro citado acima e apresenta 40 objetos do acervo da instituição que possuem alguma referência à história LGBT. Este livro constitui um marco para a memória LGBT por sua natureza e abrangência¹⁵.

A experiência do Museu Britânico chama atenção para a possibilidade de que toda instituição museológica possua em seu acervo referências à diversidade sexual, afinal esta diversidade sempre esteve presente nas mais variadas sociedades, classes sociais, temporalidades e territórios¹⁶. Só teremos certeza da validade ou não desta afirmação quando os profissionais responsáveis pelas instituições de memória estiverem interessados a revisitem seus acervos a partir desta perspectiva.

Enquanto a grande maioria dos profissionais e instituições museológicas, por exemplo, se esquivarem desta tarefa, continuaremos a ignorar a histórica diversidade sexual presente nas sociedades humanas.

Outro tópico debatido no Seminário e que está diretamente ligado à existência de fontes para a abordagem da diversidade sexual em instituições de memória diz respeito aos arquivos pessoais. Ana Maria Camargo, docente do curso de História da Universidade de São Paulo e coordenadora do projeto Arquivo Claudia Wonder, desenvolvido no Museu da Diversidade Sexual, tratou, dentre outros tópicos, desta questão.

Camargo abordou o processo de tratamento e catalogação do arquivo da artista Claudia Wonder chamando atenção para certas discussões sobre a natureza de acervo museológico e acervo arquivístico, modelos de catalogação documental, bases para a criação de fichas de catalogação e a natureza neutra e imparcial de fundos de arquivo.

No que se refere ao tópico em questão, a fala de Camargo apontou para a necessidade de as instituições de salvaguarda se debruçarem sobre os arquivos pessoais de LGBT.

Muitos desses arquivos, atualmente, encontram-se dispersos e sob os mais variados estados de conservação. A aquisição de tais arquivos por museus, por exemplo, mostra-se fundamental para garantir a preservação destas coleções e para ampliar as coleções institucionais que se relacionam com a diversidade sexual. É preciso colocar que Bauer também nos trouxe importantes reflexões sobre essa questão ao

¹⁴ Cf. o percurso em: <https://www.britishmuseum.org/visit/object-trails/desire-love-identity-lgbtq-histories#prints-and-drawings>.

¹⁵ PARKINSON, Richard B. *A little gay history: desire and diversity across de world*. Londres: The British Museum Press, 2013.

¹⁶ Cf., por exemplo: CARMO, Paulo Sérgio do. *Prazeres e pecados do sexo na história do Brasil*. São Paulo: Edições Sesc, 2019; TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil*. 4a ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

comentar que a existência de arquivos pessoais contribuiu decisivamente para a montagem da exposição *Uma Cidade pelas Margens*.

Existem arquivos neutros?

A fala de Camargo trouxe também à tona a discussão sobre o caráter neutro, imparcial, da classificação de conjuntos documentais. Relembrando a máxima de que os documentos não falam, e sim os historiadores por meio deles, Camargo defendeu que “os arquivos são inertes e não um discurso”.

A historiadora, porém, foi questionada sobre pontos que colocariam em xeque o caráter imparcial dos arquivos, tais como o processo não-automático de produção e arquivamento de documentos, o que pode levar com que certos critérios sejam levados em conta no momento de arquivamento, especialmente em acervos pessoais, e a definição de modelos e instrumentos de classificação.

A adoção, por exemplo, de um determinado modelo de ficha catalográfica em detrimento de outro pode ser fruto não apenas de “critérios técnicos”. O profissional responsável pela catalogação ou pelo arranjo arquivístico de uma coleção pode direcionar seu olhar para questões de ordem material – tamanho, cor, textura – ou de ordem social – utilização, proveniência –, por exemplo.

Por fim, considerando o tema do Seminário em questão, retorno à discussão sobre a ausência de referências sobre a sexualidade de determinados personagens que legaram coleções aos museus. A não inclusão destas informações em instrumentos de gestão de acervo, como ficha de catalogação e banco de dados, seria uma postura neutra? Esta ausência não estaria contribuindo para direcionar, no mínimo, a análise do pesquisador? Estas e outras perguntas merecem nossa atenção.

Cogestão das memórias e patrimônios LGBT

Como dito na introdução deste texto, um dos pontos fortes do Seminário se deu pela articulação de atores sociais diversos. Ao nos atentarmos à programação do evento, veremos que foram congregadas falas e debates de profissionais, pesquisadores, agentes culturais e militantes pró-LGBT. Nesse sentido, gostaria de chamar atenção para as duas rodas de memória que ocorreram no seminário com a presença de Dinho, Lirous K'yo Fonseca Ávila e Drica Darc Meirelles.

Ediwaldo Pedro de Oliveira, o famoso “Dinho rendeiro”, além de conhecido por ser um dos únicos homens a fazer renda de bilro na capital catarinense, é prestigiado como uma importante referência para a história do carnaval de Florianópolis por organizar desfiles e concursos de fantasia na comunidade do Pântano do Sul.

Durante o Seminário, pudemos assistir ao documentário “As Rendas de Dinho”, dirigido por Adriane Canan, filme que aborda momentos da trajetória de Dinho na comunidade de Pântano do Sul, sua estadia em São Paulo e no Canadá, suas experiências como rendeiro, como carnavalesco e como

transformista, entre outros tópicos¹⁷. Ao final da exibição, pudemos conversar com Dinho sobre suas memórias e o processo de realização do filme.

Lirous e Drica Meirelles compartilharam durante o Seminário suas experiências com a Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), ONG atuante na defesa dos direitos da comunidade LGBT de Florianópolis.

Lirous, assistente social, DJ e presidenta da ADEH, atua como voluntária na Associação desde 2010. Nestes quase 10 anos de envolvimento com a pauta LGBT, Lirous trouxe à discussão suas memórias com relação ao movimento LGBT de Florianópolis, memórias estas que manifestam os desafios e prazeres resultantes de sua atuação. Já Drica, natural de Parintins, estado do Amazonas, conheceu a ADEH ao chegar em Florianópolis depois de ser expulsa de casa pelos pais. No momento atua como voluntária na Associação.

As participações acima deixam explícita a importância de compreendermos que o trato com a memória social demanda a participação de atores diversos, tais como profissionais especializados, militantes e membros da sociedade civil. Esta cooperação é fundamental para termos acesso às múltiplas camadas de significado de uma referência cultural e para gerirmos o patrimônio cultural de forma colaborativa e orgânica com os desejos dos grupos sociais aos quais tal patrimônio se refere. Esta perspectiva de trabalho é chamada por muitos de cogestão ou gestão colaborativa – ou “autoridade compartilhada”, de acordo com Benito Bisso Schmidt.

Diversos grupos e coletivos pró-memória LGBT têm desenvolvido iniciativas na perspectiva da cogestão do patrimônio, dentre os mais recentes estão a CasAmor, de Aracaju, o Centro de História Oral e Memória Social LGBT de Jundiaí, o Coletivo Memória & Resistência, de São Paulo, o Instituto Cultura Arte Memória LGBT+, do Distrito Federal, e o Ponto de Memória Aquenda as Indacas, de Vitória¹⁸.

Ainda sobre algumas iniciativas brasileiras, quando recuamos um pouco no tempo nos deparamos com as propostas do Acervo Bajubá, de São Paulo, do Ponto de Memória LGBT, de Maceió, da Rede LGBT de Memória e Museologia Social, com núcleos em diversas cidades do país, e da Revista Memória LGBTIQ+.

Considerações Finais

Procurei neste texto apresentar um panorama das principais discussões ocorridas durante o *IV Seminário de Política de Acervos – Memórias e Patrimônios LGBT*, bem como de relacioná-las com questões que, a meu ver, permeiam, os campos da Museologia, do Patrimônio e da História LGBT de forma geral.

¹⁷ AS RENDAS DE DINHO. Direção e roteiro: Adriane Canan. Produção: Flávia Person. Santa Catarina: 2019. Digital (25 minutos).

¹⁸ VIEIRA, Leonardo da Silva. Notas sobre iniciativas contemporâneas de cogestão das memórias LGBT. Revista Memórias LGBTIQ+, p. 10 - 15, 05 abr. 2020.

Longe de apresentar um relato detalhado de todas as falas ocorridas durante o evento, meu desejo ao escrever este texto foi registrar e provocar algumas reflexões que me parecem importantes para uma gama variada de indivíduos interessados na memória e patrimônio LGBT.

O interesse em indicadores de memória da comunidade LGBT no Brasil é algo recente. Mesmo que tenhamos desenvolvido algumas iniciativas extraordinárias, sinto que temos muito a caminhar: nos falta avançarmos na construção de políticas públicas, nos diferentes níveis de governo, de valorização efetiva das memórias e patrimônios LGBT; nos falta fazer circular a informação sobre as iniciativas desenvolvidas recentemente no Brasil e no mundo; nos falta tirarmos do armário dezenas de personagens conhecidos da sociedade brasileira, bem como de nos dedicarmos à história de inúmeros indivíduos LGBT brasileiros, famosos ou anônimos.

Para darmos conta destas e de outras demandas, considero essencial que reflitamos sobre as questões colocadas ao longo deste texto. Não devemos, porém, esperarmos respostas únicas e cristalizadas para muitas delas, mas devemos almejar a compreensão de suas complexidades e a construção de consensos para que possamos caminhar em busca de objetivos em comum.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Mota. MUDANÇAS SOCIAIS / MUDANÇAS MUSEAIS, Nova Museologia/Nova História - Que relação?. *Cadernos de Sociomuseologia*, [S.l.], v.5, n. 5, jun. 1996. Disponível em: <<http://bit.ly/2RGYy8p>>. Acesso em: 30 maio 2018.

AMARAL, Flávio. Os quatro caminhos para o lete: o mergulho de objetos, coleções e acervos LGTTQ na desmemória. *Anais do II Seminário Internacional Museu, memória e ativismo*. Goiânia, GO, 2014, p. 237 249.

BAPTISTA, Jean; BOITA, Tony. Memória e esquecimento LGBT nos museus, patrimônios e espaços de memória no Brasil. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação SESC*, v. 5, p. 108-119, 2017. Disponível em: <<https://www.sescsp.org.br/files/artigo/70a5e644/a393/463e/a32c/38a11c4c671c.pdf>>. Acesso: abr. 2020

BARBUY, Heloisa; ORNSTEIN, Sheila Walbe. Museu Paulista: Contribuições Acadêmicas e Políticas Públicas. In: GOLDEMBERG, J. (Coord). *USP 80 anos*. São Paulo, Edusp, 2015.

BARNART, Fabiano; BAUER, Leticia. 'Sabia que Estaria Aqui': Relatos sobre os Processos Criativos do Projeto 'Uma Cidade pelas Margens'. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 8, n. 1, p. 438-467, 2017. Disponível em: <<https://revistas.apps.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/10367>>. Acesso: abr. 2020.

BRULON, Bruno. Aula Inaugural da Escola de Museologia da UNIRIO. *Proposições para uma museologia queer: um debate sobre o problema da diferença nos museus*. 2018.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Prazeres e pecados do sexo na história do Brasil*. São Paulo: Edições Sesc, 2019

CARVALHO, Vânia Carneiro de. 2014. Interior objects collection in a history museum: shifting from donations to research-based acquisitions. *University Museums and Collections Journal*, 7, 9-19.

COENRAEDTS, Thomas; KNOOP, Riemer; POL, Pauline van der. *Queering the Collections. Tips & tricks voor het nog zichtbaarder maken van gender- & seksuele diversiteit in musea en collecties*. Amsterdam: IHLIA LGBT Heritage, Reinwardt Academie en de auteurs, 2016.

EXAME. Ministro suspende edital com séries LGBT, após críticas de Bolsonaro. *Exame*. São Paulo, 21 ago. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/ministro-suspende-edital-com-series-lgbt-apos-criticas-de-bolsonaro/>>. Acesso: abr. 2020.

GREEN, James Naylor; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil, 1870-1980*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2004.

HOONAARD, Lonneke van den; KNOOP, Riemer; PARRY, Manon S.; SCHRAM, Kevin. *Queering the Collections. Annual Report 2016*. Amsterdam: IHLIA, 2017. Disponível em: <http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/comcol/pdf/QnC_Annual_Report_2016_FIN_Xa_lc_web.pdf>. Acesso: abr. 2020.

MAKINO, Miyoko; SILVA, Shirley Ribeiro da; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. O Serviço de documentação textual e iconografia do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10-11, n. 1, p. 259-304, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2qGfReE>>. Acesso: maio 2018.

MENDONÇA, Heloísa. Queermuseu: O dia que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. *El País*. São Paulo, 13 set. 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>. Acesso: abr. 2020.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Plano Diretor do Museu Paulista da USP. São Paulo, Museu Paulista, 1990 In: VIEIRA, Leonardo da Silva. *Apontamentos acerca da política de aquisição de acervo no Museu Paulista (1990-2015)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia) - Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-01102018-094720/pt-br.php>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

PARKINSON, Richard B. *A little gay history: desire and diversity across the world*. Londres: The British Museum Press, 2013.

RECHENA, Aida. Museologia Social e Gênero. *Cadernos do CEOM*, vol. 27 n. 41, p. 153-174, 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/2601/1500>>. Acesso: abr. 2020.

RIGHETTO, Guilherme Goulart. *#TRANSLiteracy: competência em informação voltada às pessoas trans**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

SANTANA, Luís Felipe Pinheiro Peres de. Sobre identidades e museus: a necessidade de uma Museologia Queer. In: *III Seminário Internacional e Intercultural de Museologia*, 2017, Goiânia. Caderno de Resumos. Goiânia: UFG, p. 33.

SANTOS, Suzy da Silva. *Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades*. São Paulo, 2017. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia, Programa Interunidades em Museologia, 2017.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil*. 4a ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

WIZIACK, Julio; URIBE, Gustavo. Presidente do BB atende Bolsonaro, demite diretor e tira do ar comercial com jovens 'descolados'. *Folha de S. Paulo*, 25 abr. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/04/presidente-do-bb-atende-bolsonaro-demite-diretor-e-tira-do-ar-comercial-com-jovens-descolados.shtml>>. Acesso: abr. 2020.

revista eletrônica
**ventilando
acervos**

v. especial
julho 2020

MEMÓRIAS E PATRIMÔNIOS LGBT



**Revista Eletrônica
Ventilando Acervos**

Rua Victor Meirelles, nº 59 - Centro
CEP: 88010-440 / Florianópolis, SC
(48) 3222.0692 / reva@museus.gov.br
ventilandoacervos.museus.gov.br

**Grupo de Estudos
Política de Acervos**

politicadeacervos.wordpress.com
facebook.com/groups/195510243869349